



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO: DISPUTA ENTRE JOSÉ SERRA E DILMA  
ROUSSEFF PELA PRESIDÊNCIA NA CAMPANHA ELEITORAL NO ANO DE 2010.

CARLA KARINA FREITAS DA SILVA

Recife

2012

CARLA KARINA FREITAS DA SILVA

ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO: DISPUTA ENTRE JOSÉ SERRA E DILMA  
ROUSSEFF PELA PRESIDÊNCIA NA CAMPANHA ELEITORAL NO ANO DE 2010.

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de  
Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade  
Católica de Pernambuco, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em Ciências  
da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Karl Heinz

Recife

2012

S586a

Silva, Carla Karina Freitas da

Análise crítica de discurso : disputa entre José Serra e Dilma Rousseff pela presidência na campanha eleitoral no ano de 2010 / Carla Karina Freitas da Silva ; orientador Karl Heinz, 2012.

108 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem, 2012.

1. Análise crítica do discurso. 2. Educação. I. Título.

CDU 801

CATÓLICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO: DISPUTA ENTRE JOSÉ SERRA E DILMA  
ROUSEFF PELA PRESIDÊNCIA NA CAMPANHA ELEITORAL NO ANO DE 2010.

CARLA KARINA FREITAS DA SILVA

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de  
mestrado em Ciências da Linguagem, na Universidade Católica  
de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários para  
obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Aprovado em 23 de março de 2012.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. KARL HEINZ EFKEN – ORIENTADOR

---

Prof. Dr. MOAB DUARTE ACIOLI – UNICAP

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. TANY MARA MONFREDINI CORDEIRO DE MOURA – MEMBRO  
EXTERNO / UFRPE

RECIFE-PE  
2012

Dedico este trabalho a Graciete, minha mãe, que me ensinou que estudar nunca é demais.

O discurso não é analisado apenas como um objeto “verbal” autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política. Assim, em vez de simplesmente analisar uma conversa entre vizinhos, talvez seja necessário fazer o trabalho de campo de uma vizinhança, observar como as pessoas falam em bares ou em outros lugares públicos e descrever muitos outros aspectos relevantes desses eventos comunicativos, tais como a situação temporal ou espacial, circunstâncias especiais, ou participantes e seus papéis comunicativos e sociais, as outras várias atividades que se realizam ao mesmo tempo, e assim por diante.(DIJK, 2008, p.12)

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, por me abençoar com o seu amor paterno.

À professora Dr. TANY MARA MONFREDINI, minha orientadora da monografia, por me dar a ideia de fazer esta dissertação baseada na análise de discurso.

Ao Professor KARL HEINZ EFKEN, meu orientador, por estar sempre a minha disposição e ter se tornado um grande amigo.

Aos meus pais, que me tanto lutaram pela minha formação e me ensinaram a ter disciplina e com certeza estão tão felizes quanto eu.

A minha irmã que eu amo tanto e que torce sempre por mim.

Aos meus avós que são meus segundos pais, por preocuparem com o meu bem-estar.

As minhas tias e meu tio por estarem sempre ao meu lado.

Aos meus primos que são as grandes alegrias da minha vida.

A Diego, meu namorado, que entendeu meus anseios e que me deu muita força a cada dia de digitação.

Aos professores do Mestrado que, com muita sabedoria e competência, conduziram seus trabalhos.

Aos meus colegas do Mestrado, que com muita alegria e companheirismo me fizeram um bem indescritível.

Aos funcionários da Pós-Graduação que nos atenderam com dedicação, principalmente Nicéias, Alessandra e Sérgio.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram na tessitura desta dissertação.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar os discursos dos presidentiáveis Dilma Rousseff e José Serra durante as Eleições 2010. Seleccionamos três discursos de cada um dos presidentiáveis (um pronunciamento e dois debates, um do 1º turno e outro do 2º turno) sobre a educação no Brasil, buscando compreender os conceitos, as propostas, as justificativas das ações planejadas de cada um dos então presidentiáveis em relação à educação. Analisamos o uso de alguns operadores argumentativos a fim de entender essa ideologia partidária que perpassa o discurso político. Vimos como o político desenha seu caráter positivo e ao mesmo tempo desenha o caráter negativo do adversário, o tom apelativo e a polifonia inseridos no discurso. A teoria da análise crítica do discurso embasou esta pesquisa, a partir da relação entre texto, prática social e prática discursiva, pois ela enfatiza o papel de alguns discursos emblemáticos que reproduzem o poder social como é o caso do discurso político. Analisamos não sujeitos falantes, mas sim sujeitos discursivos, sujeitos inseridos em uma determinada conjuntura social, um lugar histórico, social e ideologicamente marcado. Durante as análises, percebemos que a então presidentiável Dilma Rousseff sempre enfatizava as ações do atual presidente Lula, pois Lula estava presente em Dilma. Essa é uma estratégia persuasiva, porque a popularidade de Lula exaltava Dilma. Mas, em outros enunciados, a candidata se contradizia criticando alguns pontos negativos do governo Lula a fim de ampliar o número de adeptos. Já o então presidentiável José Serra não mencionou o nome do ex-presidente Fernando Henrique devido a sua baixa popularidade em relação a Lula. Essa menção minimizaria a imagem dele. Serra apelava bastante para o emocional e fazia isso muito bem porque essa é uma característica dos neoliberais. Dilma apresentou uma visão mais ampla e real em relação à educação. Enquanto Serra fugiu um pouco da realidade, tendo uma visão fragmentada da educação, enfatizando suas propostas para o ensino técnico.

Palavras-chave: Análise Crítica de Discurso. Discurso Político. Educação.

## **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the speeches of presidential Rousseff and Jose Serra during the 2010 elections. We selected three speeches from each of the presidential candidates (one statement and two debates, one of the 1st round and another in the 2nd round) on education in Brazil, seeking to understand the concepts, proposals, justifications of the planned actions of each then presidential candidates regarding education. Analyzed the using some argumentative operators in order to understand this ideology that permeates political discourse. We have seen how the politician draws its positive character while drawing the negative character of the opponent, appealing tone and polyphony inserted in the speech. The theory of critical discourse analysis based this research, from the relationship between text, discursive practice and social practice because it emphasizes the role of some symbolic discourses that reproduce social power such as political discourse. We analyze non-speaking subjects, but discursive subjects, subjects inserted in a particular social situation, a historic place, socially and ideologically marked. During analyzes, we realized that the then presidential candidate Rousseff always emphasized the actions of the current president Lula as Lula was present in Dilma. This is a persuasive strategy, because the popularity of Lula praised Dilma. But in other statements, the candidate is contradicted by criticizing some negative points of the Lula government to expand the number of fans. Ever the presidential candidate Jose Serra did not mention the name of former president Fernando Henrique due to its low popularity in relation to Lula. This reference would minimize the image himself. Serra appealed to the very emotional and did it very well because this is a characteristic of neoliberalism. Dilma presented a broader view and the real in relation to education. While Serra fled a bit of reality, having a fragmented view of education, emphasizing his proposals for technical education.

keywords: Critical Discourse Analysis. Political Discourse.Education.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. ANÁLISE DE DISCURSO.....	16
1.1. A perspectiva teórica francesa.....	22
1.2. A perspectiva teórica inglesa.....	27
1.2.1. Teoria dos Atos de Fala.....	29
1.2.2. Os postulados conversacionais de Grice.....	30
1.3. Análise de Discurso sob a perspectiva crítica.....	31
1.3.1. O discurso.....	36
1.3.2. Discurso Político.....	44
1.3.3. Educação.....	50
2. TESSITURA METODOLÓGICA.....	61
2.1. Os sujeitos do estudo.....	62
2.2. Procedimentos.....	63
2.3. Categorias de Análise Textual e das Práticas Discursivas.....	63
2.3.1. Análise da prática social e relações.....	64
2.3.2. Caráter do enunciador.....	64
2.3.3. O tom apelativo.....	65
2.3.4. Polifonia.....	65
2.3.5. Os operadores argumentativos.....	65
3. ANÁLISES.....	67
3.1. Operadores argumentativos.....	71
3.1.1. Classe argumentativa.....	71
3.1.2. Explicação.....	79
3.1.3. Pressuposição.....	85
3.1.4. Comparação.....	86
3.1.5. Conclusões contrárias.....	88
3.2. O possível como regra.....	92
3.3. Caráter do enunciador.....	94

3.4. O tom apelativo.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	105
ANEXOS	

## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro I – Aumento do salário mínimo de 2000 a 2012.....	72
Figura 1. Concepção tridimensional do discurso.....	37
Figura 2. Modelo das três dimensões analíticas indispensáveis no discurso.....	37
Figura 3. Reforço na sala de aula.....	76

## INTRODUÇÃO

A campanha eleitoral tem uma grande repercussão, toda a sociedade envolve-se com esse importante contexto sócio, histórico e político. Nesse contexto, os eleitores conhecem um pouco sobre a vida, a carreira, as propostas, as visões, as crenças, os valores dos candidatos, dos partidos aos quais eles estão filiados e dos financiadores das suas campanhas através dos seus discursos divulgados pela mídia.

A campanha eleitoral traz discursos que apresentam diversas desqualificações em relação aos adversários devido ao contexto que é de disputa. Os candidatos competem todo momento para se elegerem e, dessa forma, utilizam diversas estratégias para persuadir o eleitor para que vote nele. Muitas pessoas não percebem que muito do que é colocado em um discurso eleitoral está ligado aos interesses dos políticos a fim de conseguirem seus objetivos.

O discurso político é um discurso persuasivo sendo, em alguns casos, manipulador porque manipula a mente dos eleitores que por sua vez influencia as ações deles de acordo com os interesses do político. Os candidatos devem preparar bem o que vai ser dito, porque qualquer erro pode prejudicá-los.

O discurso político é, essencialmente, manipulador de ideologias e assume como força de coerção social, o objetivo primeiro de (re) organizar a sociedade. Nesse sentido, os discursos dos governantes também constituem o legado histórico de um povo. Observar o discurso político sob esta perspectiva talvez possa, quem sabe, nos revelar os mecanismos da transformação que a sociedade brasileira vem atravessando e, mais ainda, a identidade de um povo que valoriza a oratória e que é capaz de se render às palavras de um líder e permanecer calado enquanto os rumos de sua história são traçados. (PEREIRA; BASTOS; PEREIRA, 2009, p. 297)

Os discursos dos políticos são apresentados em forma escrita ou oral através de pronunciamentos e debates. Nos pronunciamentos os presidentiáveis têm mais tempo e mais liberdade para discursar, ao contrário, os debates marcam as oposições e o candidato tem um tempo cronometrado para perguntar, responder e poucos minutos para a réplica e a tréplica.

Analisamos os discursos políticos sobre educação durante a campanha para as eleições 2010 por entender a influência que tem o discurso político na educação. Analisamos o discurso político em relação à educação porque a estrutura política é um das questões que influencia na evolução do sistema educacional. E sabemos que o legislador é aquele que pode atuar de acordo com os interesses da sociedade ou de acordo com seus interesses.

Interessou-nos entender como os então presidentiáveis (José Serra e Dilma Rousseff) veem a educação e nos inquietamos para entender porque os políticos estão sempre cheios de boas intenções em seus discursos e a educação no país ainda é uma forma de desigualdade social. Então, faremos a análise de suas propostas à luz da Análise Crítica de Discurso

A análise leva-nos a falar sobre o contexto histórico da Análise de Discurso para explicar-mos o porquê de termos escolhido a ACD (Análise Crítica de Discurso) em nossa pesquisa. Cada corrente da análise de Discurso tem seus estudiosos, portanto na Análise Francesa apresentamos Pêcheux e Orlandi, já na Análise Inglesa apresentamos Halliday, Harris e Grice. E na Análise Crítica de Discurso apresentamos Fairclough, Dijk, e Citelli, pois identificamos o uso dos operadores argumentativos a fim de analisar como a ideologia partidária perpassa esses discursos. Usamos a ACD em nossas análises, pois ela nos ajudou a compreender mais profundamente a dinâmica do discurso político.

Há cinco candidatos à presidência nessas eleições, mas selecionamos apenas os então presidentiáveis Dilma Rousseff e José Serra porque eles se mantiveram numa disputa acirrada durante a candidatura e foram os dois presidentiáveis que chegaram ao 2º turno. Analisamos um pronunciamento e dois debates (um do 1º turno e um do 2º turno) de cada um dos presidentiáveis no contexto da televisão brasileira (debates na TV Bandeirantes e na TV Globo) e em pronunciamentos disponibilizados na internet (youtube).

Nesse sentido, o objetivo geral da presente dissertação foi analisar as lutas e as posições ideológicas articuladas pelos então presidentiáveis na proposta da política educacional. Entre os objetivos específicos, procurou-se identificar os operadores argumentativos para compreender a ideologia partidária que há por trás deles, compreender como os discursos se tornam persuasivos e até manipuladores

por meio dos apelos emocionais e da insinuação de resolver os problemas educacionais, identificar as relações de dominação inerentes ao discurso político e compreender a concepção de educação que está sendo colocada pelos então presidenciáveis.

No primeiro capítulo, como fundamentação teórica, reconstruímos a história da Análise de Discurso e suas correntes: Análise de linha francesa, Análise de linha inglesa e a Análise Crítica de Discurso. Mostramos os conceitos de cada análise em relação ao discurso, em relação ao contexto, aos efeitos ideológicos, ao pesquisador.

No segundo capítulo, como tessitura metodológica, primeiro explicamos sobre o método utilizado nessa pesquisa e o que os discursos deixaram transparecer. Apresentamos os sujeitos do estudo, os procedimentos, as categorias de Análise Textual e das Práticas Discursivas. Especificamos através da Análise da prática social e relações as referências mais específicas que nos ajudou a analisar os discursos políticos educacionais: matriz social do discurso, efeitos ideológicos e políticos do discurso, caráter do enunciador, o tom apelativo, polifonia e os operadores argumentativos.

No terceiro capítulo, como resultados e análises, iniciamos reformulando o histórico dos dois partidos (PT e PSDB) aos quais estão filiados José Serra e Dilma Rousseff respectivamente. Apresentamos os sujeitos dos discursos no contexto político e depois disso, iniciamos as análises dos seus pronunciamentos e dos debates através da Análise Crítica de Discurso.

## 1. ANÁLISE DE DISCURSO

Querer fazer a história da análise de discurso é uma tarefa muito complexa, pois ela nasceu de encontros e de evoluções, que foram produzidos em contextos epistemológicos e ideológicos particulares. É possível retratar a história da análise de discurso, mas não se pode fazê-la depender de um só ato fundador, já que ela resulta, ao mesmo tempo, da convergência de correntes recentes e da renovação de práticas de estudos muito antigos de textos (retóricos, filológicos e hermenêuticos). Diante disso, faremos um esboço histórico especificando os contextos epistemológicos e os quadros intelectuais que contribuem para a sua formação.

A Análise de Discurso surge através de outro olhar sobre as práticas linguageiras e redimensionamento do objeto de análise. A trajetória da Análise de Discurso ainda não previamente inscrita no campo do saber, passa pela necessária consolidação das opções teórico-metodológicas que vem sendo capaz de realizar, instituindo no novo espaço epistemológico produzido no âmbito dos estudos da linguagem um processo de rupturas e continuidades em relação a certa tradição, o que exige reiterados momentos de legitimação.

Análise de Discurso surge no fim dos anos 60, devido ao aprimoramento de uma análise de texto que se vinha praticando e que tinha prioritariamente uma visão conteudista, característica central da Análise de Conteúdo. Dois elementos caracterizaram a abordagem da Análise de Conteúdo: de um lado, o desenvolvimento de uma dada psicologia social em sua versão behaviorista; de outro, era claro o predomínio de uma concepção de linguagem influenciada pelos esquemas de comunicação, principalmente aquele elaborado por Roman Jakobson que desenha uma comunicação homogênea e linear.

A Análise de Conteúdo é um "conjunto de técnicas de análise das comunicações" que se destaca a partir do início do século XX, pela preocupação com recursos metodológicos que validem suas descobertas. Nós temos um modelo de análise bastante rígido sistematizado, de corte positivista, herdeiro de um ideal preconizado pelo Iluminismo. A Análise de Conteúdo fornece técnicas precisas e objetivas que sejam suficientes para garantir a descoberta do significado. A ideologia é vista como um desvio da descoberta científica. Portanto, as investigações em

Análise de Conteúdo são calcadas nas noções de objetividade.

No fim da década de 1960, Pêcheux dizia que um ponto de vista científico no tratamento das práticas languageiras só poderia emergir por intermédio da construção de um objeto de investigação (o discurso) e de um aporte teórico conceitual. Pêcheux modificou alguns aportes teóricos da Análise de Conteúdo para remodelar os contornos científicos dos estudos da linguagem. O surgimento da Análise de Discurso se caracteriza não só por uma reorientação teórica da relação entre o linguístico e o extralinguístico, mas também pela postura do observador em relação ao objeto de estudo.

A análise de discurso nos propõe o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico. A Análise de Discurso, portanto, não negligencia a relação entre o texto e seu entorno (o lugar social determinado) e afirma ainda que há interferência do pesquisador em toda atividade de pesquisa. Dessa forma, Pêcheux formula a necessidade de perceber o ideológico como elemento constituinte da realidade lingüística.

Leclerc (1979), na introdução de seu livro *L'Observation L'Homme*, diz que aquele que é observado não é o homem, mas os indivíduos ou os grupos sociais e culturais. Isso implica dizer que todo pesquisador, observador, em nosso caso analista de discurso é comprometido com suas crenças e valores.

Embora todo Homem seja comprometido com suas crenças, isso não significa que toda análise do sujeito, do discurso seja inválida por ter um caráter subjetivo. Como afirma Pêcheux (1975), embora “não possamos jamais encontrar um puro discurso científico, separado de toda ideologia”, pois “todo discurso é discurso de um sujeito”. Esse pesquisador, um sujeito ideológico, deve trabalhar de forma científica, sistemática para que sua análise não se torne um “achar” do pesquisador. A *Análise de Discurso* nos dá a possibilidade de fazer uma análise linguística de forma científica, considerando o contexto histórico e a ideologia que perpassa o discurso.

Não há, em Análise de Discurso, um espaço para definir um limite entre um interior (a linguagem) e o seu exterior (o social ou o psicológico). Há sim uma

articulação entre esses planos. É desse ponto de vista que um pesquisador em Análise de Discurso elaboraria sua pergunta – uma pergunta que explicitaria seu desejo de intervir (ou a impossibilidade de não intervir) em uma determinada produção de realidade.

Para compreender a Análise de Discurso é necessário conhecer os conceitos sobre discurso, sentido (efeito de sentido), enunciação, ideologia, condições de produção e sujeito discursivo. Esses conceitos que serão apresentados no decorrer do texto estão inter-relacionados e se implicam.

Courtine (1982) mostra-nos que a ordem do discurso é distinta da ordem da língua. O discurso deve ser pensado na sua especificidade, que consiste numa relação determinada entre língua e ideologia, designada como “materialidade do discurso”: “(...) o discurso materializa o contato entre o ideológico e o linguístico: por um lado representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas” (certas construções sintáticas, por exemplo, mostram essas contradições), e, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior do ideológico” .

Para que seja feita uma análise discursiva é preciso evitar reduzir o discurso à análise da língua, ou fazer apenas um trabalho histórico sobre a ideologia. É necessário fazer simultaneamente a análise linguística e a análise histórica das condições de formação dos conjuntos ideológicos como discurso.

Conforme coloca Pêcheux (1975), o quadro epistemológico da Análise de Discurso apresenta-se como a articulação de três regiões do conhecimento científico: o **materialismo histórico**, a **linguística** e a **teoria do discurso**. Dessa forma, a linguística através da análise sintática e dos processos de enunciação nos remete ao objeto discursivo, o qual explicitará a determinação histórica dos processos semânticos, ou seja, a produção dos efeitos de sentido (teoria do discurso) que está relacionada às diferentes formações ideológicas.

O processo de Análise de Discurso significa interpretar o sujeito discursivo inserido em um determinado contexto sócio-histórico e ideologicamente marcado, produzindo sentidos. Os sentidos não são estanques, pois são produzidos de acordo com os contextos socioideológicos em que o sujeito está inserido. Dessa

forma, a ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem. Sobre essa relação entre a palavra e a ideologia Pêcheux (1997, p.190) explica:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Portanto, reconhecemos que temos a possibilidade de falar sobre o discurso a partir do social e do ideológico que também têm existência na história. E dessa forma, o discurso deve ser pensado/ analisado dentro do contexto em que foi construído, ou seja, dentro do contexto social em que está inserido o falante. É importante entendermos também como o sentido é construído no discurso para estabelecer e sustentar as relações de dominação.

No discurso são usados diferentes tipos de linguagem influenciados pelos diversos tipos de situação social (por exemplo, ‘discurso político’, ‘discurso jurídico’, ‘discurso pedagógico’, ‘discurso das consultas médicas’, ‘discurso publicitário’, ‘discurso de jornal’). Portanto, cada enunciador utilizará através dessas diferentes linguagens materializadas pela sua ideologia ou formação discursiva uma interação com o ouvinte.

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a ‘doença mental’, a ‘cidadania’ ou o ‘letramento’) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso. (FAIRCLOUGH,2008, p. 22)

Segundo Pêcheux (1975), não existe discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido, sendo assim, trabalha a relação língua-discurso-ideologia é a partir do discurso que podemos observar a relação entre sujeito e ideologia. A ideologia é conhecida, como sistema de crenças, valores, formas e práticas sociais dos sujeitos.

Para compreendermos o sujeito, na Análise de Discurso, é importante compreender, logo de início, um ser que está em constante relação com

outros sujeitos. O sujeito discursivo é um ser social e ideológico, inserido em um espaço coletivo, em um dado momento da história. A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade histórica e/ou social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico. (FERNANDES, 2008, p. 24)

Como afirma Fernandes (2008), citado acima, o sujeito é constituído por diversas vozes e isso é considerado um importante ponto para a compreensão desse sujeito discursivo. É necessário saber quais são as vozes que estão presentes em sua voz, pois o sujeito apresenta-se através delas. E a partir daí será possível fazer uma análise adequada desse discurso.

Os estudos sobre esse sujeito heterogêneo, que tem diversas vozes presentes em sua voz, foram elaborados por Mikhail Bakhtin que utiliza o termo “polifonia” na obra sobre a criação em Dostoievski. E Oswald Ducrot define “polifonia” como a incorporação que se faz de declarações, desejos atribuídos a outros enunciadores à terceiros ou à opinião pública. Há uma divergência entre a concepção de polifonia em Ducrot e Bakhtin, mas como define Paveau e Sarfati (2006, p. 184-185)

Bakhtin e Ducrot não falam da mesma coisa quando empregam a palavra *polifonia*, mas eles perseguem, entretanto, um objeto comum: colocar em discussão a unicidade do sujeito falante. Lembramos que, para Ducrot, a enunciação é o acontecimento histórico que constitui a aparição de um enunciado (é uma realidade concreta), o qual se distingue da frase, entidade abstrata. Sua teoria da enunciação inscreve-se em uma semântica lingüística: se a frase tem uma significação, o enunciado tem um sentido, isto é, a descrição que ela dá de sua enunciação.

Ao mesmo tempo e independente um do outro Bakhtin e Ducrot desenvolveram o conceito de polifonia. E durante esses últimos anos tentou-se reconciliar essas duas abordagens polifônicas para que ela servisse como uma ferramenta eficaz para a análise de discurso. A polifonia designa o coro de vozes que se manifesta no discurso. Dessa forma, tem-se o pensamento do outro constituindo o nosso não sendo possível separá-los radicalmente. A polifonia funciona em vários níveis de análise. Ela é marcada por vários meios lingüísticos

(lexicais, sintáticos etc.), ela se manifesta na interpretação do discurso.

Ao constatar que o sujeito dialoga com um amplo conjunto composto por outros sujeitos, com a realidade que o envolve, Bakhtin retoma suas reflexões acerca do plurilinguismo no romance e ressalta a presença da polifonia como as diferentes vozes no romance. Essas vozes são socialmente organizadas e possibilitam o estabelecimento de relações sociais. (FERNANDES,2008, p. 27)

O sujeito e o discurso são formados da interação com diferentes segmentos da sociedade ou em um mesmo ou diferentes contextos sociais. Dessa forma, entendemos o porquê da inserção de diferentes discursos na formação do sujeito discursivo. Tido por Bakhtin (2009), sujeito polifônico.

Acredita-se que a linguagem não poderá ser estudada fora dos quadros sociais, visto que seus sentidos são histórico-sociais; razão pela qual os conceitos de *condição de produção de discurso*, de *formação discursiva* e de *formação ideológica* são postulados pelos estudiosos da AD como sendo fundamentais para o estudo da linguagem.

Pêcheux sugere que cada posição incorpora uma ‘formação discursiva’ (FD), um termo que tomou emprestado de Foucault. Uma FD é “aquilo que em uma dada formação ideológica... determina ‘o que pode e deve ser dito’ (Pêcheux, 1982:111, itálico no original). Isso é compreendido em termos especificamente semânticos: as palavras “mudam seu sentido de acordo com as posições de quem as usa”. (FAIRCLOUGH,2008, p.52)

Mesmo que haja as mesmas palavras ou expressões em duas diferentes formações discursivas as relações entre essas e outras palavras serão diferentes nas duas FDs e também, os sentidos dessas palavras diferirão nos dois casos. Isso ocorre porque os sujeitos sociais são constituídos a partir de FDs particulares e seus sentidos. Dessa forma, as formações discursivas revelam formações ideológicas que elas possuem (as integram) e Fernandes (2008, p. 39) define que há diferentes discursos em uma mesma formação discursiva:

(...) podemos atestar que toda formação discursiva apresenta, em seu interior, a presença de diferentes discursos, ao que, na Análise de Discurso, denomina-se **interdiscurso**. Trata-se, conforme assinalamos, de uma **interdiscursividade** caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes

lugares.

De acordo com essa afirmação de Fernandes (2008), citada acima, entendemos que os discursos constituem-se de discursos outros, historicamente marcados, que se transformam e modificam-se com o passar do tempo. Portanto, uma formação discursiva apresenta elementos vindos de outras formações discursivas.

Para a Análise de Discurso, dada a natureza heterogênea de seus objetos de estudo, o discurso, o sujeito e a identidade devem ser observados a partir de ocorrências linguístico-discursivas, uma vez que os enunciados apontam para posições-sujeito. É no social que se definem as posições-sujeito, não-fixas, marcadas por mutabilidade, e a análise de discursos deve fazer aparecer esses elementos e explicitar suas formações e transformações históricas. (FERNANDES, 2008, p. 34)

Desde os estudos de Pêcheux (1968), na França, alguns historiadores interessaram-se pelos estudos em análise de discurso, voltando-se para a problematização da língua, do discurso enquanto diálogo, historicamente marcado. Desses estudos surgiram diversos estudos sobre a análise de discurso. Alguns linguistas também interessados na análise de discurso fizeram apenas uma análise gramatical. Outros, conhecidos como analistas críticos de discurso afirmam ser o discurso da classe dominante influenciador das mentes da classe dominada, mas afirmam que a classe dominada resiste a esse poder e daí surgem as transformações históricas. Diferentemente dos estudos de Pêcheux na Análise de discurso de linha francesa que veem no discurso uma função unilateral, na qual os grupos dominados resistem ao poder dos grupos dominantes, mas logo suas vozes são logo abafadas pelo poder da classe dominante.

### 1.1. A perspectiva teórica francesa

A chamada “escola francesa de análise” de certa tradição intelectual europeia (e, sobretudo da França) une reflexão sobre texto e sobre história. Nos anos 60, envolvida pelo estruturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, uma articulação entre a *linguística*, o *marxismo* e a *psicanálise*. A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não só de linguistas como de historiadores e de alguns psicólogos.

A década de 60 do século XX foi marcada por grande efervescência no campo das ideias, principalmente na área das Ciências Sociais. Isso ocorreu devido aos acontecimentos políticos e sociais que assolaram o mundo ocidental nesse período e, em especial, na França.

Apesar das condições sócio-históricas, “maio de 68” pode ser considerado um momento com características fundacionais, pois marcou o início da renovação do pensamento político e social. É o momento em que o Materialismo Histórico influencia a forma de se pensar as Ciências. Linguistas, historiadores, filósofos, sociólogos, psicólogos (em ruptura crítica com a Psicologia Social), procuram renovar o pensamento no interior das Ciências Sociais.

Na França em 68, há uma “paisagem disciplinar” (Gadet,1993) bem delineada, bem definida, em termos de Ciências Sociais. Pêcheux na AD fez um trabalho interdisciplinar conhecido como “entremeio” de outras disciplinas, respeitando as especificidades de cada uma delas. Pêcheux tinha plena clareza de que um analista de discurso é um estudioso de discurso que estabelece relações entre as Ciências Sociais e a Linguística.

A construção teórica da Análise de Discurso, iniciada na década de 1960 na França, é marcada por deslocamentos. O projeto de Michel Pêcheux de elaboração desse campo disciplinar caracteriza-se por revisões e mudanças em seus conceitos essenciais e configura-se, basicamente, em três épocas que se distinguem. Essas três épocas, denominadas AD1, AD2 e AD3, constituem-se pela elaboração e reelaboração dos conceitos que constituem a Análise de Discurso de linha francesa.

O primeiro momento da Análise de Discurso foi pensado como uma exploração metodológica de uma noção de *maquinaria discursiva*. Essa noção resulta de uma posição estruturalista pós-saussureana e pode ser compreendida como um conjunto de discursos produzidos em um dado momento. Discursos produzidos em um *dado* campo e em um determinado momento eram considerados homogêneos e fechados em si.

No final da década de 60, a maior utopia para Pêcheux era a de desenvolver uma maquinaria capaz de realizar a análise automática de discurso,

com um auto grau de objetividade, cientificidade, fidelidade com a verdade, sem possibilidades de erros.

Como afirma Fernandes (2008), nessa primeira época da Análise de Discurso, o sujeito foi tratado como assujeitado, mas com a ilusão de ser a fonte do discurso. O trabalho de análise, segundo essa proposta focalizava cada sequência linguística como um pré-requisito para a análise do *corpus*. Portanto, temos um procedimento com começo e fim predeterminados.

Já na segunda época da análise do discurso (AD2), definida pelo próprio Pêcheux (1990, p.314), começa a fazer explodir a noção de maquinaria estrutural fechada uma vez que o dispositivo da formação discursiva está em relação paradoxal com seu exterior. Entende-se que uma formação discursiva constitui-se de outras formações discursivas, denominado por Pêcheux de *pré-construído*. Portanto, surge nesse momento a noção de interdiscurso designando o exterior de uma formação discursiva.

No terceiro e último momento da Análise de Discurso (AD3), temos a desconstrução da noção de maquinaria discursiva fechada. Nesse momento, Michel Pêcheux apresenta interrogações em torno do seu trabalho: são direções referíveis em um trabalho de interrogação-negação-desconstrução das noções postas em jogo na AD.

Na AD3 são abandonadas as ideias de homogeneidade atribuída às noções de condição de produção do discurso e a ideia de estabilidade em reconhecimento da desestabilização das garantias sócio-históricas. Surgem diversas interrogações em relação ao sujeito do discurso e sobre a Análise de Discurso em si, enquanto procedimento de análise, e até mesmo sobre uma redefinição de uma política de Análise de Discurso.

Segundo Brandão (2004, p. 17), a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação linguística a exigir de usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência socioideológica.

Há algumas concepções de Pêcheux (1975, p. 75) referentes à proposta

de tomar a linguística *stricto sensu* como instrumento de análise dos aspectos sintáticos e dos processos de enunciação e de integrá-la à teoria de discurso, voltada para a investigação do modo como ocorrem, social e historicamente, os processos de produção de sentido, e que privilegia o caráter ativo desses processos.

Pêcheux tinha grande interesse nas pesquisas linguísticas e isso o levou à fundação da Teoria de Discurso, tal como a conhecemos hoje. Sua fundação se dá, de fato, na mudança de uma análise técnica em relação ao objeto para a análise em que o objeto é tomado como prática científica.

A Análise de Discurso de Linha francesa (ADF) privilegia em seus estudos a noção de sujeito e de interdiscursividade, acrescentando a ambos as noções de história e de ideologia. Segundo Orlandi (2002), o sujeito é concebido como essencialmente histórico; razão porque sua fala é sempre produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo e, desse modo, a noção de sujeito histórico articula-se a de sujeito ideológico.

Há um quadro epistemológico colocado por Pêcheux, para a Análise de Discurso, que se apresenta como articulação de três regiões do conhecimento científico: o **materialismo histórico** como teoria das formações sociais e suas transformações, a **linguística** como teoria ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação e a **teoria do discurso** como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Além disso, segundo Pêcheux, essas regiões são atravessadas por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica (que deverá ser explicitada) em que uma das questões centrais é a *leitura*, do efeito-leitor como constitutivo da subjetividade. Ao distinguir os três níveis (o *linguístico*, o *discursivo* e o *ideológico-cultural*), Pêcheux deixa claro que a AD que tem como objeto a análise não subjetiva do sentido passa por uma fase da análise linguística.

A Análise de Discurso --- quer se a considere como um dispositivo de análise ou como a instauração de novos gestos de leitura \_\_\_ se apresenta com efeito como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise. E isto se compreendendo o entremeio seja no campo das disciplinas, no da desconstrução, ou mais precisamente no contato histórico

com o linguístico, que constitui a materialidade específica do discurso.  
(PÊCHEUX, 1975, p. 8)

Pêcheux avança em seus trabalhos de análise feitos através dos entremeios, mas não deixa de levar em consideração a forte presença da materialidade da linguagem e da história. Temos, portanto, um sujeito pragmático no qual se ligam materialmente o inconsciente e a ideologia.

A Análise de Discurso alia o linguístico ao sócio-histórico, dois conceitos tornam-se pontos principais dessa teoria: o de **ideologia** e o de **discurso**. As duas vertentes que vão influenciar os conceitos de Pêcheux sobre essa corrente francesa serão os conceitos de Althusser sobre ideologia e, do lado do discurso, os conceitos de Foucault.

Pêcheux assim como Althusser acreditava na possibilidade de elaboração de uma teoria geral das ideologias, desistindo dessa ideia mais tarde. Isso ocorre porque Pêcheux se depara com um problema durante seu trabalho: “o das ligações entre o objeto de análise da teoria do discurso e o objeto da linguística”. (HENRY, 1993, p. 35)

Percebemos que além da relação da AD com o Estruturalismo, tendo como um dos aspectos a adoção de “uma possível teoria gramatical”. É importante ressaltar que Pêcheux foi instigado pelo gerativismo chomskiano, pois para o filósofo de sólida formação linguística, a concepção de língua como instrumento de comunicação é muito restrita, porque ele acredita que a língua está em constante relação com a ideologia e a história.

Para Pêcheux (1969), por exemplo, o discurso é um funcionamento (e não um produto acabado) integrado a condições de produção. Nesse sentido, o discurso é “parte de um mecanismo em funcionamento” relativo a normas da estrutura ideológica correspondentes a um dado lugar no tecido social; ele contém as marcas de sua produção social, cujo centro é o mecanismo de circulação dos investimentos de sentido nos atos de intercâmbio social, nos processos de instauração de “efeitos de sentido”.

Para Orlandi (2002), a noção de funcionamento é a noção básica para se entender a possibilidade de sistematização dos fatos constitutivos da significação de um discurso. Ela afirma ainda que a análise de discurso deve distinguir a **semântica**

**linguística** (estudo formal do funcionamento lingüístico) da **semântica discursiva** (análise científica de discurso que une os processos às condições de produção). É precisamente para esse caráter dinâmico do discurso que Pêcheux chama a atenção. Ele atenta para essa relação entre o linguístico e o extralingüístico.

O analista de discurso deve levar em consideração as condições de produção de sentido nas marcas deixadas através da interlocução, ligando tudo isso às formações discursivas (determina o que pode, o que deve e de que forma deve ser dito) e às formações ideológicas (a cada formação social constitui-se um certa ideologia). Portanto, entendemos que há um discurso determinado pelo social, para um destinatário determinado, com objetivos determinados.

Esses elementos seriam objetos de análise a partir da noção de funcionamento discursivo, definido por Orlandi (1981) como atividade estruturante de um discurso determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas; manifestar-se-iam aí não só a representação dos protagonistas do discurso como sua relação com a formação ideológica.

O indivíduo está marcado socialmente, é determinado por alguns fatores sócio-históricos e ideológicos. Mas há a possibilidade do sujeito de colocar da sua forma. Sendo também determinado pelas formações imaginárias. Elas são construídas através dos dizeres influenciados pelo contexto. As formações imaginárias representam situações, são só idéias que se tem do outro, uma antecipação que se tem em relação ao outro.

Ao mesmo tempo em que Pêcheux desenvolve seus estudos sobre análise de discurso analisando o lingüístico e o extralingüístico chegando por fim a entender a ideologia como um importante fator para a análise de discurso. Temos os analistas ingleses fazendo análises gramaticais e analisando interações, os atos comunicativos, análises de conversações.

## 1.2.A perspectiva teórica inglesa

O conceito de teoria do discurso, que a entende como extensão da linguística sob a perspectiva norte - americana, justifica-se pelo fato de que nela, frase e texto são considerados como elementos isomórficos com análises em diferentes graus de complexidade (BRANDÃO, 2002, p. 22 ).

Harris, inicialmente, propõe a aplicação dos mesmos métodos distribucionalistas de análise, levados além da fronteira da frase, mostrando o funcionamento do discurso. Entendemos que com a análise de um conjunto de uma língua tem-se a Linguística Descritiva. Com a análise dos conjuntos todo de um só texto tem-se a Análise de Discurso.

Harris atribui ao discurso uma análise puramente formal, buscando listar classes, segmentos, estruturas, tipos, extensional-objetiva-sistematicamente. De maneira geral, para os anglo-saxões, a Análise de Discurso corresponde à análise conversacional. Portanto, o discurso é concebido como um “todo específico”, uma sequência estruturável individualmente, frases “pronunciadas ou escritas uma depois da outra por várias pessoas numa só situação. É um conjunto não arbitrário de frases.

A língua(gem) se manifesta, em discurso seguido, quer este seja um enunciado reduzido a uma palavra ou uma obra em dez volumes, um monólogo ou um discurso político. Nesse sentido, sua meta é o estudo da distribuição relativa de elementos numa cadeia de fala seguida. A Análise de Discurso de Harris, sendo uma extensão da Linguística Distribucionalista, analisa a distribuição dos morfemas no “enunciado seguido” (texto). Seu objetivo de análise são as ocorrências e a distribuição dos elementos.

Harris que mais do que uma simples maneira de mostrar como a gramática da língua se ilustra nesse discurso, quis depreender estruturas, e particularidades no interior delas, semelhanças e diferenças entre elas.

Mais do que O QUE diz o texto, as significações próprias na escolha dos morfemas, que o COMO o diz depreender esquemas de recorrência de morfemas, correlações formais, e evidenciar padrões definidos para textos, para indivíduos, para estilos, para temas dados. (SILVA, 1999, p. 178)

De acordo com Paveau & Sarfati (2006, p. 160), o método que Harris propõe é o das classes de equivalência. Sejam os seguintes enunciados:

*Aqui, as folhas caem no início de abril*

*Aqui, as folhas caem no meio do outono*

*As primeiras chuvas chegam no início do verão*

*Nós começamos a nadar no início de outubro.*

As expressões *no início de abril* e *no meio do outono* são equivalentes, porque aparecerem no mesmo contexto imediato. O mesmo ocorre com as expressões: *as primeiras chuvas chegam* e *começam a nadar* que também são reconhecidos como tendo a mesma classe de equivalência.

A Análise de Discurso harrissiana tem por objetivo mostrar que frases não surgem aleatoriamente, que existem regras para esse encadeamento. Nesse caso existe uma gramática desse encadeamento, diferente da gramática da língua.

Temos também a Teoria dos Atos de Fala que tem Austin, filósofo americano, como pioneiro.

#### 1.2.1. Teoria dos Atos de Fala

Filósofos da América Analítica de Oxford, tendo como pioneiro J. L. Austin, seguido por Searle, Strawson e outros, passaram a refletir sobre os diversos tipos de ações humanas que se realizam através da linguagem: os *atos de fala*, *atos de discurso* ou *atos de linguagem*. Portanto, considerou a linguagem como forma de ação. Afirmando que todo dizer é um fazer.

Austin faz a distinção entre três tipos de atos: locucionários, ilocucionários e perlocucionários. De acordo com Koch (2003), todo ato de fala é, ao mesmo tempo locucionário, ilocucionário e perlocucionário, ou seja, sempre que se interage através da linguagem profere-se um enunciado linguístico dotado de certa força que irá produzir no interlocutor determinado(s) efeito(s), ainda que não aquele(s) que o locutor tem em mira. Para que a fala alcance os objetivos do locutor, é necessário que o interlocutor seja capaz de *captar* sua intenção, caso contrário, o ato será inócuo. Koch (2008, p. 18) explica a função de cada ato de fala:

O ato **locucionário** consiste na emissão de um conjunto de sons, organizados de acordo com as regras da língua. O ato **ilocucionário** atribui a esse conjunto (proposição ou conteúdo proposicional) uma determinada força: e pergunta, de asserção, de ordem, de promessa, etc, (...) Ato **perlocucionário** é aquele destinado a exercer certos efeitos sobre o interlocutor: convencê-lo, assustá-lo, agradá-lo, etc., efeitos que podem

realizar-se ou não.

Outra distinção encontrada na Teoria dos Atos de Fala é entre atos *diretos* e *indiretos*. O ato de fala é reconhecidamente *direto* quando utiliza formas lingüísticas especializadas para tal fim: certos tempos ou modos verbais, determinados tipos de entonações, determinadas expressões. Já o ato de fala *indireto* é aquele realizado através de formas típicas de outro tipo ato. Nesse caso nosso conhecimento prévio, conhecimento de mundo vão nos permitir compreendê-lo.

### 1.2.2. Os postulados conversacionais de Grice

De acordo com Koch (2003), para Grice, o princípio básico que rege pessoas se propõem a interagir verbalmente, elas cooperam para que a interlocução transcorra de maneira adequada.

Este princípio assume quatro máximas:

- **Máxima da Quantidade:** “não diga nem mais nem menos do que o necessário”.
- **Máxima da Qualidade:** “só diga coisas para as quais tem evidência adequada; não diga o que não sabe ser verdadeiro”.
- **Máxima da Relação (Relevância):** “diga somente o que é relevante”.
- **Máxima do Modo:** “seja claro e conciso; evite a obscuridade, a prolixidade, etc.”.

Essas máximas podem entrar em conflito, ou seja, uma pode sobrepor-se à outra (s). O locutor pode não agir de acordo com uma das máximas de forma intencional. Logo, teremos uma implicatura conversacional.

Sabemos que a linguagem não se restringe apenas a utilizações dessas máximas conversacionais de Grice. Pois a linguagem é capaz de trazer toda uma malícia e manipulação durante a conversação. As pessoas estão constantemente brincando, jogando, ironizando, criando pressuposições que, por sua vez, geram subentendidos através do dito. Por isso, entraremos no histórico da análise crítica de discurso que desvenda o que vem por trás dos discursos.

### 1.3. Análise de Discurso sob a perspectiva crítica

A Análise Crítica de Discurso é herdeira da linguística crítica que tem como responsáveis pela sua criação os livros *Language and Control* (Fowler et al., 1979) e *Language as Ideology* (Kress & Hodge, 1993) publicados em 1979. Esses autores trabalhavam na Universidade de East Anglia, Norwich.

Eles estavam preocupados fundamentalmente com as correlações entre a estrutura linguística e a estrutura social da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à teoria lingüística funcionalista associada a Michael Halliday (1978, 1985) por apoiar a concepção de que a gramática de uma língua é como um sistema de opções. A linguística crítica tinha o desejo de distinguir-se da lingüística regular devido a suas origens disciplinares.

Como afirma Fairclough (2008; p. 47):

São rejeitados dois 'dualismos prevaletentes e relacionados' na teoria lingüística: o tratamento dos sistemas lingüísticos como autônomos e independentes do 'uso' da linguagem e a separação entre 'significado' e 'estilo' ou 'expressão' (ou entre 'conteúdo' e 'forma').

Para além da reivindicação da tradição linguística britânica referida, a linguística crítica abre-se à interdisciplinaridade, devido à busca do empréstimo de conceitos em diferentes teorias e pela redefinição do objeto de estudo que advoga e que lhe permite utilizar noções usadas noutras áreas. Portanto, há a busca da *modalidade*, da *gramática sistêmico-funcional*, *transformação*, da *gramática generativa*, *ato de fala*, da *pragmática*, por exemplo. Isso ocorre com a noção de *discurso*, que, embora já usada no âmbito da análise de discurso, vê o escopo da sua conceitualização alargado, quando introduzida na Linguística Crítica (LC).

Os analistas/ linguistas críticos partilham com os analistas de discurso uma concepção de discurso como fragmento/parte/instância de uso da linguagem; todavia, enquanto os analistas/lingüistas críticos têm como noção de discurso aquilo que remete para a noção de uso linguístico, têm o discurso como uma prática social, em relação, portanto com outras práticas sociais, determinada pelo social. Muitos modelos de análise de Discurso e análise de Conversação, desenvolvidos desde os anos 70, são análises estruturais afastadas da realidade social.

Em oposição à prática da linguística regular e da sociolinguística, tomando mais uma vez uma posição conforme Halliday, a linguística crítica toma textos completos (escritos ou falados), como objetos de análise. Ela difere de outras abordagens na atenção que dedica à gramática e ao vocabulário dos textos. Há muita referência à 'transitividade', o aspecto da gramática da oração ou da frase relacionado ao modo como representa a realidade. Afirmam que os textos incorporam ideologias e o propósito é a 'interpretação crítica' de textos.

De acordo com Fairclough (2008: 49),

Na linguística crítica, há uma tendência a enfatizar demais o texto como produto e a relegar a segundo plano os processos de produção e interpretação de textos. Embora se afirme que o objetivo da linguística crítica é a interpretação crítica do texto, dando atenção ao social, tendo o texto (discurso) como ação social, ela deixa de lado os processos de produção e interpretação. Outra limitação da LC é que ela dá uma ênfase unilateral aos efeitos do discurso na reprodução da sociedade. Ela nega o discurso como domínio discursivo em que se realiza a luta de classes.

Na linguística crítica se concebe a interface linguagem-ideologia muito estreitamente. Primeiro, outros elementos do texto podem ter significância ideológica, além da gramática e do vocabulário. Segundo, a linguística crítica preocupa-se em analisar apenas um monólogo escrito, deixando de lado o diálogo falado. Terceiro, deixa-se de lado a pressuposição dos intérpretes sobre coisas que não estão explícitas no texto e que podem ser de natureza ideológica.

Recentemente, os linguistas críticos fizeram sua própria crítica do trabalho anterior (Kress, 1989; Fowler e Threadgold, 1988), que denominam "semiótica social". E assim surgiram os trabalhos de Norman Fairclough e de outros investigadores que, como ele e por outras vias, acabaram por vir a trabalhar na área (Teun A. Van Dijk, Ruth Wodak ou Theo Van Leeuwen, e outros), A partir daí há uma maior atenção ao desenvolvimento de uma teoria social do discurso, com uma orientação para a luta e para a mudança histórica no discurso.

Houve o intuito de formulação de uma teoria geral dos processos discursivos, da construção e circulação do significado, mas, aliás, momentos de crescimento e desenvolvimento da linguística crítica, ou, mais corretamente a passagem da linguística crítica para a Análise Crítica de Discurso.

Fairclough (1985: 747), por um lado, reivindica a semelhança, mas, por outro, recusa a confluência de princípios, metodologia e objetivos com a linguística crítica. Ele afirma que há uma relação entre a linguística crítica e a Análise Crítica de Discurso que é o nome 'crítica', mas não por meio de suas visões, seus objetivos, suas práticas.

Fairclough defende que é preciso desnaturalizar o que foi naturalizado, ou seja, o que foi dissociado dos interesses e da classe ou grupo social particular que o gerou e, conseqüentemente, assumido como senso-comum, como sendo baseado na natureza das coisas e das pessoas. Dessa forma, ele contraria os lingüistas críticos que preocuparam-se com a descrição lingüística.

Outro momento de grande importância seminal para o desenvolvimento da análise crítica de discurso é o ano de 1990, com o surgimento de uma revista internacional da especialidade, intitulada *Discourse & Society* e subintitulada *An International Journal for the Study of Discourse and Communication in Their Social, Political and Cultural Contexts*.

Essa revista foi dirigida por Teun A. Van Dijk e publicada por uma grande editora do Reino Unido. As publicações marcam o reconhecimento da Análise Crítica de Discurso como motivadora das publicações acadêmicas. Encontram-se nas revistas os nomes dos investigadores que trabalham na área e também dos investigadores de outras áreas que dialogam com a ACD, como a psicologia social, a sociologia e a teoria política.

A ACD situa-se entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, fundamentada pela TCD (Teoria Crítica de Discurso) que surge sob a inspiração de Foucault na década de 80, com a proposta de fazer uma análise textualmente orientada e oferecer uma contribuição significativa para a compreensão dos processos sociais às transformações econômicas e culturais contemporâneas.

A Análise Crítica de Discurso (ACD) é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o **abuso de poder**, a **dominação** e a **desigualdade social** são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. (DIJK, 2008, 113)

Os analistas críticos têm uma posição explícita em relação ao que será

criticamente analisado. Seus propósitos são compreender, desvelar e, em último caso, opor-se à desigualdade social. Para os analistas críticos é fundamental a consciência explícita do seu papel como analistas críticos.

Encontramos uma perspectiva mais ou menos crítica em diversas áreas, tais como a pragmática, a análise da conversação, a análise da narrativa, a retórica, a estilística, a sociolinguística, a etnografia, a análise da mídia, entre outras. Mas possuem um método de estudo diferente, dependendo dos objetos de investigação, da natureza dos dados estudados, dos interesses e das qualificações do pesquisador.

De acordo com Dijk (2008, 13),

(...) é importante notar, que apesar desse pluralismo metodológico, há preferências e tendências em função do enfoque especial dos ECD (Estudos Críticos de Discurso) sobre os aspectos de abuso de poder e, portanto, mais geralmente, sobre as condições e consequências sociais da escrita e da fala.

A ACD utiliza qualquer método relevante para fazer suas análises. São métodos usados, em grande parte, pelos estudos de discursos em geral. Portanto, análise de discurso em si não é um método. A ACD é, sim, um domínio de práticas acadêmicas.

Tendo a consciência explícita do seu papel na sociedade, os analistas críticos confirmam ainda a relação entre o conhecimento acadêmico e sociedade, reconhecendo que o discurso acadêmico não é apenas uma parte inerente da estrutura social, mas também é influenciado por ela.

Dessa forma, a reflexão acerca do papel dos acadêmicos na sociedade e na polis transforma-se em uma parte inerente da tarefa proposta pela análise de discurso. Isso talvez signifique, entre outras coisas, que os analistas de discurso orientam suas pesquisas em solidariedade e cooperação com os grupos dominados. (DIJK, 2008, 114)

Portanto, em primeiro lugar, as práticas acadêmicas dos ECD são selecionadas de modo que a análise possa contribuir para evidenciar a influência que tem os grupos dominantes sobre os grupos dominados. Em segundo lugar, as práticas acadêmicas dos ECD concentram-se nas relações entre a estrutura social e

a estrutura discursiva. Afirmando que a estrutura social influencia as opções linguísticas, ou os discursos como um todo. Estando certos que a estrutura social também é influenciada pela estrutura discursiva.

Podemos concluir que os ECD se concentrarão, em geral, naqueles sistemas e estruturas da fala ou da escrita que podem variar em função de condições sociais relevantes do uso linguístico, ou podem contribuir para conseqüências sociais específicas do discurso, tais como influenciar as crenças e ações dos ouvintes e leitores. Mais especificamente, os ECD preferem focar aquelas propriedades do discurso que são mais tipicamente associadas com a expressão, a confirmação, a reprodução ou o confronto do poder social do(s) falante(s) enquanto membros dominantes.(DIJK, 2008, 14)

Para tanto, as análises empíricas em ACD devem movimentar-se entre o linguístico e o social, pois o discurso é compreendido como um elemento da prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade. O discurso é socialmente constitutivo e constituído socialmente, dessa forma, os discursos estão relacionados aos domínios sociais em que são proferidos, conforme as ordens de discurso a que se filiam.

Fairclough e Wodak (1997: 271-280) sintetizam os principais fundamentos da ACD da seguinte maneira:

- 1) A ACD aborda problemas sociais;
- 2) As relações de poder são discursivas;
- 3) O discurso constitui a sociedade e a cultura;
- 4) O discurso realiza um trabalho ideológico;
- 5) O discurso é histórico;
- 6) A relação entre texto e sociedade é mediada;
- 7) A análise de discurso é interpretativa e explanatória;
- 8) O discurso é uma forma de ação social.

Há diversas formas de se analisar criticamente um discurso, mas é

importante enfatizar a interpretação e explanação das estruturas do discurso que aborda objetos sociais. A ACD em geral, está preocupada em saber como são reproduzidos no discurso a ser analisado a “dominação”, o “poder”, a “desigualdade” a “ideologia”, a “hegemonia”, a “estrutura social”.

Portanto, o uso da linguagem, ou seja, as escolhas lexicais, o discurso, a comunicação pertencem ao micronível e o poder, a dominação e a desigualdade social pertencem ao macronível de análise.

### 1.3.1.O discurso

Ao usar o termo ‘discurso’ proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. (Fairclough, 2008, 91). Portanto, temos um discurso como modo de ação, um modo que possibilita as pessoas agirem sobre o mundo e especialmente sobre os outros. Ou seja, as pessoas podem influenciar o mundo e especialmente outras pessoas.

É importante essa relação dialética entre o discurso e a prática social e a estrutura social que é um efeito da primeira. O discurso também é influenciado, moldado, pela estrutura social. Portanto, os eventos discursivos variam em sua determinação estrutural, de acordo com o contexto social em que estão inseridos. Essa é uma das contribuições de Foucault sobre a formação discursiva de objetos, sujeitos e conceitos.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2008, 91)

Fairclough (2008) distingue três aspectos construtivos do discurso, denominados por ele como *função identitária* está relacionada aos modos como as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a *função relacional* as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a *função ideacional* aos modos pelos quais os textos significam o mundo.

A prática discursiva reproduz identidade social, as relações sociais, as crenças e os valores relacionados ao contexto social, isto é, a instituição social em que o sujeito está inserido. Além disso, contribui para transformar a realidade social. O discurso é influenciado pelo meio social e tem o poder de influenciá-lo também.

Há o modelo tridimensional de ACD proposto por Fairclough em 1989 e aprimorado em 1992 que distingue três dimensões no discurso — **texto**, **prática discursiva** e **prática social**, segundo propósitos analíticos. Nesse modelo, a análise é, portanto, dividida em três etapas, sendo as três etapas representadas pela figura abaixo:



FIGURA 3.1 Concepção tridimensional do discurso Fairclough (2008 p. 101)

Esse modelo tenta reunir três tradições analíticas indispensáveis no discurso. São três dimensões importantíssimas para a ACD: a **análise textual** é conhecida como 'descrição', pois é uma análise do vocabulário, da gramática, da coesão textual e por fim da estrutura textual. Já as partes da **análise discursiva** e da **análise da prática social** são conhecidas como interpretação.

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura Textual	Produção Distribuição Consumo Contexto Força Coerência Intertextualidade	<b>Ideologia</b> Sentidos Pressuposições  <b>Hegemonia</b> Orientações Econômicas , Políticas Culturais, ideológicas

A **prática social** é o modo como as pessoas produzem seu mundo ativamente. É um modo de ação historicamente situado. Já a **prática discursiva** define como as práticas dos sujeitos são moldadas, influenciadas pelas estruturas sociais, envolvendo, dessa forma, os processos de produção, distribuição e consumo. É importante salientar também que as práticas dos sujeitos influenciam, moldam as estruturas sociais, as relações sociais, as relações de poder. Toda essa influência ocorre de forma tanto consciente como inconsciente.

A característica marcante da ACD é a preocupação com as relações de poder, abuso do poder, pois O discurso está entrelaçado com o poder social de diversas maneiras: o discurso classifica o poder, exprime poder e está presente onde há disputa ou desafio ao poder.

O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, garantir a sua manutenção, subvertê-lo e/ou alterar sua distribuição a curto e em longo prazo. A linguagem constitui diferenças de poder nas estruturas sociais hierárquicas. Pouquíssimas estruturas linguísticas não foram colocadas, em nenhum momento, a serviço da expressão do poder através do processo de metáfora sintática e textual. (FRAZÃO, 2007, p. 73-74)

O poder é expresso através da linguagem. Por isso, aquele que faz uso da linguagem exerce o poder pelos seus interesses e contra os interesses daqueles que são controlados. O poder é reconhecido como o controle de um grupo sobre as ações de outros grupos. Através do poder inserido no discurso controla-se a mente das pessoas para indiretamente controlarem-se as ações delas. Para que isso ocorra é preciso que o grupo dominado conheça as crenças, os desejos, os planos dos grupos dominantes. Dessa forma, o poder de grupos dominantes limita a liberdade de grupos dominados.

Esse tipo de poder mencionado anteriormente é conhecido como o poder simbólico, poder no qual não é preciso que se utilize a força física para poder controlar um determinado grupo social. Para que utilizar a força física se pode persuadir, doutrinar, manipular um determinado grupo social. Dessa forma, existindo o poder simbólico temos as elites simbólicas (gerenciadores das mentes do público),

tais como, políticos, a mídia, jornalistas, professores, advogados e todos aqueles que possuem os recursos socialmente disponíveis: status, posição, posto, riqueza, conhecimento, privilégios. Um dos mais importantes privilégios é o acesso diferencial ao discurso público. que são reconhecidos como gerenciadores das mentes do público.

(...) pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcialmente ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (tipicamente crítica). Ou, ao contrário, elas têm que falar ou escrever como são mandadas a falar ou escrever.(DIJK; 2008, p. 18)

Para que se controle a mente e se controle indiretamente a ação de membros de um grupo é preciso não só que seja exercido o poder na fala ou na escrita do locutor, mas também que se tenha o conhecimento do contexto que por sua vez influencia o discurso. Então, o primeiro passo para que se controle da mente de outrem é preciso controlar seus contextos.

Isso significa que precisamos examinar em detalhes as maneiras como o acesso ao discurso está sendo regulado por aqueles que estão no poder, como é tipicamente o caso de uma das formas mais influentes de discurso público, qual seja, o da mídia de massa: Quem tem acesso à (produção da) notícia ou aos programas, e quem controla tal acesso? Quem é capaz de organizar entrevistas coletivas que serão assistidas por muitos jornalistas? Os *releases* de quem estão sendo lidos e usados? Quem está sendo entrevistado e citado? As ações de quem são definidas como notícias? Os artigos de quem ou cartas ao editor estão sendo publicados? Quem pode participar de um programa de televisão? E , de forma mais geral, a definição social ou política é aceita e levada a sério?(DIJK, 2008, p. 18-19)

As próprias estruturas do discurso são controladas, pois o contexto influencia no que pode ou deve ser dito, e como isso pode ou deve ser organizado (com que palavras, com que operadores argumentativos, que tipo de orações). Tudo isso traz os efeitos ideológicos, a matriz social e o poder inseridos no discurso.

O controle da mente envolve muito mais do que apenas a compreensão da escrita ou da fala; envolve também o conhecimento pessoal, as experiências prévias, as opiniões pessoais e as atitudes sociais, as ideologias e as normas ou valores, entre outros fatores que desempenham

um papel na mudança da mentalidade das pessoas. (...) A ilusão de liberdade e diversidade pode ser uma das melhores maneiras de produzir a hegemonia ideológica que servirá aos interesses dos poderes dominantes na sociedade, incluindo as empresas que fabricam essas próprias tecnologias e seus conteúdos midiáticos e que, por sua vez, produzem tal ilusão.(DIJK, 2008, p.20-21)

Os analistas críticos de discurso reconhecem que as relações sociais são estruturadas através do poder que em alguns casos é neutro ou positivo. Mas o que a ACD quer analisar é o abuso do poder, o poder que é usado de forma negativa, que pode prejudicar as pessoas, tentando dominá-las. Esses são usos ilegítimos do poder.

A dominação cobre igualmente os vários tipos de *abuso de poder comunicativo* que são de interesse especial para os analistas críticos de discurso, tais como a manipulação, a doutrinação ou a desinformação. Outros exemplos não discursivos de dominação vêm à mente; a experiência cotidiana, as histórias e notícias jornalísticas são repletas de exemplos. O assédio sexual de mulheres por homens, a violência dos pais, a corrupção política, o abuso de poder e a violência pela polícia, o terrorismo e antiterrorismo, as guerras etc. Apenas menciono essas situações para enfatizar que os ECD só podem estudar uma pequena (mais importante) parte de todas as formas de dominação e desigualdade. (DIJK, 2008, 28)

Para a ACD a linguagem não detém o poder por si mesma, a ideologia é responsável pela criação e pela manutenção do poder no discurso. Ou seja, a linguagem detém o poder pelo uso dos falantes. Para fazer uma boa análise de discurso é necessário identificar e decifrar as ideologias. Portanto, a ACD analisa de que forma o poder é representado no discurso, instituindo, reproduzindo e mantendo a desigualdade social.

Como afirma Bakhtin (2009, p. 15), todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. Portanto, reconhecemos que a palavra é o signo no qual se confrontam as ideias, os valores sociais; trazendo como conseqüências os desentendimentos, relações de dominação e resistência.

O conceito de ideologia tem duzentos anos e nesse período muitas foram as controvérsias a respeito dele. Este termo “ideologia” foi primeiramente

usado pelo filósofo francês Destutt de Tracy, em 1796, na obra *Elements de idéologie*, para descrever seu projeto de uma nova ciência ligada ao pensar, conhecida literalmente como a “Ciência das Ideias”.

Genealogicamente seria a “primeira ciência”, pois todo o conhecimento científico envolveria a combinação de ideias. Ela seria, também, a base da gramática, da lógica, da educação, da moralidade e, finalmente, “a maior de todas as artes, isto é, a arte de regular a sociedade de tal modo que o ser humano encontraria ali o maior auxílio possível e, ao mesmo tempo, o menor desprazer de sua existência. (THOMPSON, 2008, p. 45)

Estando Destutt de Tracy e seus companheiros do *Instituto Nacional* intimamente ligados à política do republicanismo. Napoleão os ajudou, mas ao mesmo tempo, devido a essa ligação, o mesmo imaginou ser uma ameaça às suas ambições auto-cráticas. Por isso Napoleão rejeitou esse conceito de ideologia afirmando ser uma doutrina especulativa abstrata e perigosa. A ideologia passa a ser uma doutrina irrealista e sem objetivo.

As concepções de ideologia de Marx trazem o termo “ideologia” impregnado de uma carga negativa. Assim como Napoleão critica a visão dos filósofos alemães como sendo abstrata e ideológica. Os alemães não faziam uma relação entre a filosofia alemã e a realidade alemã.

Conforme Brandão (2004; p. 19-20), Marx e Engels identificam a “ideologia” como a separação que se faz entre a produção das ideias e as condições sociais e históricas em que são produzidas. Por isso é que eles tomam como base para suas formulações apenas dados possíveis de uma verificação puramente empírica. Ou seja, dados que correspondem às ações dos indivíduos, os fatos reais, as condições materiais de existência.

No ponto de vista marxista, a maior parte das ideologias traduz os interesses de grupos dominantes, pois dessa forma eles continuam dominando e tendo privilégios em relação a outros grupos. Por exemplo, o racismo branco que tem ideias sobre as diferenças raciais para defender os privilégios dos brancos. A ideologia também serve como base para movimentos que lutam por mudanças sociais. Eles precisam de diversas ideias que expliquem e justifiquem suas lutas, seus objetivos.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, de meios de produção espiritual. [...] Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e distribuição de ideias de seu tempo e as suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época. (MARX E ENGELS, 1965, p. 14)

A ideologia, segundo uma concepção marxista, é instrumento de dominação de classe. Faz com que suas ideias passem a ser ideias de outros grupos. Como afirma Thompson (2009, p.77), embora Marx estivesse correto em enfatizar a importância das relações de classe como uma base de desigualdade e exploração, ele pareceu negligenciar, ou menosprezar outros tipos de relações. Ele refere-se apenas à ideologia da classe dominante tomando como ponto de partida dos seus estudos a crítica ao capitalismo e à ideologia burguesa. Marx não dá o devido destaque à relação entre os sexos, entre os indivíduos e o estado, entre estado-nação.

Tem-se outro conceito de ideologia em Althusser. Ele fez uma reelaboração da teoria marxista de ideologia, essa reelaboração tem sido muito influente atualmente nos debates sobre discurso e ideologia. Althusser afirma que os 'aparelhos ideológicos de estado' (instituições: escola, mídia, empresa, Igreja, quartel) são locais onde ocorre a luta de classe que ocorre através do discurso.

Para Louis Althusser (1985), os meios de comunicação são responsáveis pela reprodução da ideologia. Esse filósofo francês partiu da concepção marxista de que o Estado aparece como defensor do bem comum. Mas o que ocorre realmente é que o Estado defende apenas os interesses da classe dominante, reproduzindo os valores do capitalismo e as condições adequadas para o modo de vida capitalista.

É aí então que entra o papel do Estado que, através de seus Aparelhos Repressores \_\_ ARE \_\_ (compreendendo o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc.) e Aparelhos Ideológicos \_\_ AIE \_\_ (compreendendo instituições tais como: a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação), intervém ou

pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração. (BRANDÃO, 2004, p. 23)

A grande diferença entre os ARE e os AIE é que os ARE funcionam de uma maneira na qual prevalece a repressão (inclusive física), funcionando secundariamente pela ideologia. Já nos AIE funcionam de uma maneira que prevalece a ideologia, embora secundariamente funcionem pela repressão. Althusser afirma que o funcionamento da ideologia dominante está nos AIE.

Mas há uma contradição na teoria de Althusser, pois impõe uma visão unilateral e reprodução do poder dominante. Devido a essa excessiva importância dada à reprodução da ideologia dominante há um reforço da passividade da classe dominada. Dessa forma, o filósofo conceitua a ideologia como um cimento social universal e os aparelhos ideológicos do Estado como modos de luta de classe. Esse é um modo determinista e estruturalista. O sujeito é assujeitado porque é determinado por um contexto social, político e econômico.

Entendo que as ideologias são significações/ construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção ou transformação das relações de dominação. (Tal posição é semelhante à de Thompson (1984, 1990), de que determinados usos da linguagem e de outras 'formas simbólicas' são ideológicos, isto é, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação). (FAIRCLOUGH, 2008, p. 117)

Na concepção de Fairclough, também aceita por Thompson, diferentemente da concepção de Althusser a ideologia dominante não é aceita como uma imposição unilateral. Pelo contrário, faz-se uma referência à transformação, os mesmos afirmam que há uma "luta ideológica como dimensão da prática discursiva". Eles aceitam que há ideologias nas práticas discursivas que são naturalizadas, mas isso não deve ser enfatizado.

As relações sociais não reproduzem apenas as condições materiais da vida social, mas também a reprodução dos valores e crenças compartilhados socialmente. Valores e crenças ocorrem continuamente e são renovados ao longo

do tempo, moldando as ações e as atitudes dos indivíduos.

Thompson (2009, p. 14-15), distingue dois tipos gerais de concepção de ideologia. Há “concepções neutras de ideologia” que denominam fenômenos ideológicos sem implicar que esses fenômenos estejam ligados aos interesses de um determinado grupo e sem implicar que eles sejam enganadores. Já as “concepções críticas de ideologia” possuem um sentido negativo, implicam que o fenômeno é ilusório, enganador e está ligado aos interesses de um determinado grupo social.

Ao estudar a ideologia, não estamos simplesmente interessados em categorizar e analisar um sistema de pensamento ou crença, nem em analisar uma forma ou sistema simbólico tomado em si mesmo. Ao contrário, estamos interessados em alguns dos que podem ser chamados de *usos sociais das formas simbólicas*. Estamos interessados em se, em que medida e como (se for o caso) as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas. (THOMPSON, 2009, p. 17-18)

### 1.3.2. Discurso Político

O discurso político será nosso objeto de análise, e como já foi mencionado os políticos têm especial utilização dos meios de comunicação social. Esse é o tipo de discurso no qual prevalecem as ideologias dos partidos e do próprio político, trazendo o poder que muitas vezes é utilizado de forma negativa para persuadir, ou, em certos casos, manipular a população.

Nosso conhecimento e opiniões sobre políticos, partidos ou presidentes são adquiridos, mudados ou confirmados pelas várias formas de fala e escrita durante nossa socialização (Merelman, 1986), pela educação formal, pelo uso midiático e pela conversação. Assim, o processamento de informações políticas é frequentemente uma forma de processamento discursivo, também porque boa parte da ação e da participação política é realizada pelo discurso e comunicação. (DIJK, 2008, p. 197)

É necessário analisar a unicidade individual e a variação do discurso político e também a sua relação com o social, com outros partidos políticos, com os interesses de alguns empresários que financiam as campanhas eleitorais. Não

esquecendo do contexto social político que é relevante para a análise de discursos.

De acordo com Van Dijk (2008, p.198) há vários níveis e dimensões do domínio político. O nível base consiste de atores políticos individuais, como também de suas crenças, discursos. O nível intermediário consiste de grupos e instituições políticas. E o nível mais alto consiste nas ordens do discurso e processos sociopolíticos, cultural e histórico.

Esses níveis nos mostram a importância de considerar primeiramente o discurso em sua individualidade, pois o político em seu discurso utiliza seus interesses, suas crenças e valores pessoais de maneira única caracterizado por um determinado contexto único. Mas não podemos deixar de considerar que essa pessoa fala através de um partido e de empresários que patrocinam sua campanha através de certos interesses. Portanto, o político expressa as ideologias e as atitudes do grupo no qual ele está inserido.

(...), ao fazer isso, ele ou ela está colocando em ação um sistema de democracia parlamentar, reproduzindo a ordem de discurso da democracia e das ideologias democráticas e pressupondo uma *base comum* historicamente variável, de conhecimentos, normas e valores culturais, compartilhados por todos ou outros grupos da mesma cultura. (DIJK, 2008, p.198)

Dessa forma, entendemos que no discurso político há crenças socialmente partilhadas no grupo que está inserido o político, mas o candidato também tem conhecimentos pessoais, crenças pessoais, por isso sua subjetividade também estará expressa. Portanto, há uma relação dessas crenças sociais, políticas e pessoais com o discurso. O discurso não só caracteriza as atitudes e ideologias que o político partilha com outros grupos, ou com seu partido, mas também caracteriza a sua subjetividade, as suas opiniões. Por isso afirmamos que há no discurso político a relação entre a ação do grupo, ação individual e o discurso.

E para que o falante, principalmente, o político, possa saber que informações serão relevantes em seus discursos, ele precisa saber algo sobre a situação comunicativa corrente de sua fala e de sua escrita, é preciso presumir as crenças de seus receptores. Eles precisam saber tudo sobre o contexto em que estão falando, em que ocasião estão falando, para quem estão falando para

utilizarem apenas o que for interessante para os interlocutores.

Essa maneira de formular as relações entre texto e contexto é a forma padrão. Ela tem, porém, uma falha teórica séria porque relaciona dois tipos de entidades que não podem simplesmente ser relacionadas de forma direta, a saber as estruturas de uma situação social (participantes, cenários, ações) e estruturas de discurso. Além do mais, se fosse o caso, todas essas pessoas numa determinada situação social falariam da mesma maneira. (DIJK, 2008, p. 209)

De fato, não é o contexto social, a situação social que faz com que o locutor fale da maneira que fala, mas sim a forma como locutor interpreta socialmente determinada situação. Portanto, o que o discurso traz não é necessariamente a situação social, mas a maneira como ela é interpretada pelo falante. Por isso afirma-se que não há uma relação direta entre o texto, o discurso e o contexto.

Isso explica porque toda fala e escrita mesmo que sejam utilizadas para falar do mesmo assunto, ou seja, de um determinado tema, haverá sempre as diferenças, pois há o individual, a subjetividade que perpassa o seu discurso. O que estará em seu discurso não será necessariamente o seu contexto, mas a forma como ele interpreta o seu contexto social.

Por isso políticos, principalmente em época de campanha, enfatizam bastante em seus discursos os problemas do país em relação à educação, saúde e segurança, mas os discursos apresentarão divergências entre si, devido à diferença de conceitos que marcam seus discursos.

Também tem sido sugerido que os muitos gêneros do discurso político (pronunciamentos, debates, propagandas, *slogans*, tratados internacionais, negociações de paz etc.) são definidos primeiramente pelos termos contextuais e depois pelos textuais. O discurso político não é inicialmente definido pelo tópico ou pelo estilo, mas antes por quem fala com quem, como, em que ocasião e com que objetivos.

O discurso político elabora três grandes movimentos estratégicos: **divulgação**, os políticos precisam divulgar suas campanhas dizendo quem são, de onde vêm, quais seus objetivos. Para isso utilizam broches, bandeiras, símbolos. A

**adesão** faz com que os políticos mantenham seus adeptos e ampliem também as bases de apoio. Já as **justificativas/ explicações** introduzem operadores argumentativos: porque, que, já, pois. E de acordo com Citelli (2008, P. 86):

Se a divulgação pode gerar adesões, a manutenção ou continuidade delas dependerá da capacidade de o partido/candidato/instituição explicar e justificar suas ações. É preciso dirigir-se com alguma constância ao público para dizer o que está sendo feito, por que determinadas iniciativas foram ou não tomadas.

Não podemos deixar de mencionar as grandes características do discurso político: primeiramente, temos as **ideologias** que são compartilhadas pelo grupo, podendo ser organizadas por ideologias subjacentes. Os discursos trazem marcas de ideologia de onde se originam. Trazem as visões de mundo, os valores nos dando a possibilidade de reconhecer as filiações dos políticos.

O **apelo emocional** é outra característica importante do discurso político porque o político por diversas vezes apela para o emocional a fim de convencer o eleitor a votar neles. São estratégias apelativas expressas em frases, expressões com carga afetiva utilizadas para cumplicidade entre o político e o eleitor.

O que Citelli (2004) chama de **caráter do enunciador** é uma das formas pela qual o político consegue persuadir a população, desenhando seu caráter positivo e, ao mesmo tempo desenhando o caráter negativo, desqualificando o adversário. Dessa forma, a situação e a oposição se revezam-se entre o ethos e o antiethos.

Há também no discurso político, o **possível como regra**. Nesse caso, cada candidato deve dizer que poderá solucionar os problemas sociais, em especial, os problemas relacionados à saúde, educação e segurança. Pois se não confirmar essa possibilidade, o candidato não terá votos sendo visto como incompetente.

De acordo com Citelli (2000, p. 89),

Seja em virtude de uma certa cultura política que a ceita a promessa como motivo eleitoral seja pelo medo de confessar impossibilidades seja pelo pressuposto segundo o qual o pacto de verdade não rende votos, o fato é

que saídas \_\_\_\_ algumas quase milagrosas \_\_\_\_ existem para todos os males que nos assolam. E isso em curto espaço de tempo, visto ser praticamente impossível a um candidato dizer que não conseguirá resolver questões de segurança, desemprego, crescimento industrial, ou que necessitará, digamos de 20 anos para sanar tais problemas.

Temos também o uso mais típico do pronome “nosso”, “nós” que além de mostrar com que grupo o falante se identifica serve também para excluir outros grupos, usando em determinados momentos o pronome “Eles”.

A polarização discursiva de Nós e Eles, típica do discurso político, não somente reflete as representações mentais de pessoas sobre quem se falou (ingleses VS. Mulçumanos), mas também as categorias dos participantes (representados em modelos de contexto) para quem se falou numa situação comunicativa (Nós conservadores VS. Eles da oposição Labour). (DIKJ, 2008, p. 222-223)

Fizemos também um estudo da semântica argumentativa de Ducrot com um viés crítico. Os operadores argumentativos persuasivos cunhados por O. Ducrot criador da Semântica Argumentativa (ou Semântica da Enunciação) têm por objetivo mostrar a força argumentativa dos enunciados, para onde eles apontam. Ducrot costuma denominar como *marcas lingüísticas da enunciação e da argumentação*. Pois o uso da linguagem é inerentemente argumentativo.

Dentro desta concepção, entende-se como **significação de uma frase** o conjunto de instruções concernentes às estratégias a serem usadas na decodificação dos enunciados pelos quais a frase se atualiza ,permitindo percorre-lhe as leituras possíveis. Trata-se de instruções **codificadas, de natureza gramatical**, o que leva, portanto, ao reconhecimento de um **valor retórico (ou argumentativo) da própria gramática**. (KOCH, 2002, p. 101)

Há enunciados que tem por objetivo de fazer com que o interlocutor chegue a uma determinada conclusão. Na gramática de cada língua há morfemas que ligam as frases que são conhecidos como operadores argumentativos (conectivos). São esses os elementos considerados pela gramática tradicional como tendo apenas a função de relacionar os enunciados. Mas a semântica argumentativa mostra que são eles justamente que determinam o valor argumentativo dos enunciados.

A classe argumentativa, constituída de um conjunto de argumentos que

nos remete a uma determinada conclusão por serem orientados para o mesmo sentido, é introduzida em muitos discursos. São eles: **e, também, ainda, nem (=e não), não só... mas também, tanto...como, além de..., além disso..., a par de..., etc.**

Os enunciados também fazem comparações entre pessoas, lugares, valores e para isso introduzem os operadores argumentativos que estabelecem essas relações de comparação entre elementos para uma determinada conclusão são eles: **mais, menos que, tão...como**, etc.

Há também operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias: **mas, embora**. Ducrot (2011, p. 104) considera o operador argumentativo por excelência:

(...) pose-se dizer que, ao coordenarem-se dois elementos semânticos **p** e **q**, por meio do morfema, *mas*, acrescentam-se a **p** e **q** duas ideias: a) que existe uma conclusão **r** que se tem clara na mente e que pode ser facilmente encontrada pelo destinatário, sugerida por **p** e não confirmada por **q**, isto é, que **p** e **q** apresentam orientações argumentativas opostas em relação a **r**; b) que a força de **q** contrária a **r** é maior que a força de **p** a seu favor, o que faz com que o conjunto **p** *mas* **q** seja orientado no sentido de não  $\neg$  ( $\neg$ R)

Essas são, entre outras, estratégias persuasivas do discurso político. Os discursos políticos são tipicamente persuasivos, pois os políticos tomam posições políticas, expressam suas opiniões e as de seu partido e ,ao mesmo tempo, atacam as opiniões dos outros políticos e as de seus partidos através da argumentação.

Falando em persuasão percebemos que há uma diferença em relação à manipulação. Persuadir é tentar convencer através do diálogo de que aquilo que é dito é verdadeiro, é real, é preciso eu seja praticado, etc., sendo o receptor *livre* para pensar ou agir como desejar. Já a manipulação não ocorre através do diálogo, pois o outro não é interlocutor, o outro é apenas um meio para um fim. Tem-se o interesse de manipular o outro para que ele defenda os interesses do locutor (de quem fala). Nesse caso, encontramos o abuso discursivo de poder, *dominação* que tem especial atenção na Análise Crítica de Discurso (ACD).

Obviamente, a fronteira entre a manipulação (ilegítima) e persuasão

(legítima) é indefinida e dependente do contexto: alguns receptores podem ser manipulados por uma mensagem que não tem a mesma capacidade de manipular outros. Além disso, os mesmos receptores podem ser mais ou menos manipuláveis em diferentes circunstâncias, estados de mente e assim por diante. Muitas formas de persuasão comercial, política ou religiosa podem formalmente ser legítimas eticamente, mas os indivíduos ainda assim podem se sentir manipulados por elas, ou os analistas críticos podem julgar que essa comunicação está manipulando as pessoas. (DIJK, 2008, p. 235)

Como afirma Van Dijk (2008), a maior parte da manipulação ocorre através da fala e da escrita; os que são manipulados não são tipicamente os seres humanos, mas, sim, suas mentes; a manipulação é uma forma de interação conversacional, pois mesmo implicando poder e abuso de poder, também tem uma abordagem social.

Como proposto, a manipulação é uma prática comunicativa e interacional na qual um manipulador exerce controle sobre outras pessoas, normalmente contra a vontade e interesses delas. No uso cotidiano, o conceito de manipulação tem associações negativas \_ manipulação é *ruim* porque é uma prática que viola as normas sociais. (DIJK, 2008, p.234)

A manipulação da Análise Crítica de Discurso não se trata do uso da força física como é exercida na ciência da computação, na medicina, entre outros casos. Esse é um tipo de manipulação que ocorre através das ações comunicativas. No caso do discurso político no qual ele manipula seus eleitores, ou seja, a mente dos eleitores para que eles hajam em prol dos seus interesses.

### 1.3.3. Educação

O homem relaciona-se com o mundo pelo simples fato de estar nele, transformando-o e transformando-se. Dessa forma, o homem se educa e sente a necessidade de transmitir aos outros homens seus conhecimentos adquiridos através de suas experiências sendo mediado pela educação.

Assim, na medida em que se transforma, pelo desafio que aceita e que lhe vem do meio para o qual volta sua ação, o homem se educa. E, na medida em que comunica os resultados de sua experiência, ele ajuda os outros homens a se educarem, tornando-se solidário com eles. (ROMANELLI, 2010, p.23)

As instituições educacionais nasceram da necessidade dos mais velhos transmitir seus conhecimentos aos mais jovens. Mas na realidade o que houve, no Brasil, foi a imposição e a preservação de modelos importados de educação. Nesse caso, a escola foi utilizada mais para fazer comunicados do que para mediar a comunicação, tornando-se uma instituição ritualista. Tudo isso foi influenciado pela forma como foi colonizado o país, pois na fase colonial a escola foi também o instrumento que serviu para impor e preservar a cultura transplantada.

Como afirma Romanelli (2010, p. 14) há três fatores que

(...) interferem na evolução da organização do ensino: o **sistema econômico** que pode ou não criar uma demanda de recursos humanos que devem ser preparados pela escola. A **evolução da cultura**, pois a herança cultural influi sobre os valores e as escolhas da população que procura a escola. E o **sistema político**, pois a forma como se organiza o poder também se relaciona diretamente com a organização do ensino, em princípio porque o legislador é sempre representante dos interesses políticos da camada ou facção responsável por sua eleição ou nomeação e atua, naquela organização, segundo esses interesses ou segundo os valores da camada que ele representa.

O que seria interessante para o sistema educacional brasileiro é que esses três fatores atuassem de forma integrada, pois o sistema educacional resulta da necessidade do contexto, mas muitas vezes ele atua de forma desequilibrada devido ao jogo de forças que esses fatores mantêm entre si. Por volta dos anos 20, o sistema econômico, a evolução da cultura e o sistema político deixaram de atuar de forma harmônica, até esse momento não tinha havido nenhuma reforma educacional nacional.

Conforme Romanelli (2010, p. 14 e 15):

A contar da década de 30, o ensino expandiu-se fortemente, por causa do crescimento sensível da demanda social de educação. O crescimento da demanda foi, por sua vez, o resultado de dois fatores concomitantes: o crescimento demográfico e a intensificação do processo de urbanização. O primeiro é responsável pelo crescimento da demanda potencial de educação e o segundo, pela evolução dessa demanda, que se torna aos poucos demanda efetiva. A expansão do ensino, todavia, apesar de grande, foi deficiente, tanto em seu aspecto quantitativo, quanto em seu aspecto

estrutural.

Em relação ao aspecto quantitativo houve três tipos de deficiência: **número insuficiente de escolas, má qualidade de ensino, discriminação social acentuada**. E em relação ao aspecto estrutural, havia um tipo de escola que, existindo anteriormente, já não correspondia às necessidades sociais e econômicas da época e era bastante seletiva, pois tinha por objetivo educar os alunos para as carreiras liberais para que eles pudessem manter seu *status*. Temos, desde então, uma sociedade marcada por desníveis, pois não havia um sistema educacional de qualidade que pudesse acompanhar a expansão econômica e as mudanças socioculturais.

A manutenção e o aprofundamento dessa defasagem, por seu lado, estão relacionados com as contradições políticas ocasionadas pela luta existente entre vários setores das camadas dominantes na estrutura do poder. Essa relação se torna evidente na organização do ensino que evoluiu, refletindo aquela luta, de modo que se pode perceber, nessa evolução, ora a conciliação das facções opostas, ora a predominância de uma delas, sendo a tendência geral favorável às facções conservadoras. A predominância dos interesses da facção conservadora, por seu lado, tornou-se responsável por duas formas de controle da expansão do ensino: o controle quantitativo: criaram uma estrutura de ensino rígida e discriminante. E o controle qualitativo que favoreciam o ensino acadêmico e prejudicavam a expansão do ensino técnico. (ROMANELLI, 2010, p. 15)

Não se valorizou o ensino técnico devido ao sistema político que desejava preparar os alunos para as carreiras liberais. Essa desvalorização do ensino técnico se deu devido a herança cultural europeia que tinha uma cultura letrada, o passado colonial escravocrata que estigmatizou o trabalho manual e a forma como se deu a industrialização do país com a ascensão da tecnologia. A escola foi utilizada para manter a desigualdade social, pois a educação foi uma forma de privilégio de poucos. Aquela minoria que chegava até ela, procurava ascender socialmente ou manter seu *status*.

Nas sociedades subdesenvolvidas, de modo geral, a educação tem desempenhado papéis eminentemente conservadores. (...) Nos países ou áreas onde, apesar do subdesenvolvimento, existe já um certo grau de industrialização ou de modernização, a educação escolar tem estado quase sempre em atraso em relação ao desenvolvimento. Isto porque existe um

momento em que a modernização técnica, mesmo quando importada, acaba para exigir um dinamismo maior do sistema de produção e consumo, o que gera necessidades cada vez mais urgentes de absorção das camadas sociais não consumidoras, de um lado, e da qualificação de mão de obra de outro. É então que se faz sentir mais profundamente a inadequação do sistema educacional ao sistema econômico. (ROMANELLI, 2010, 25)

À medida que se desenvolve a industrialização do país surge a necessidade da **expansão** escolar. O antigo e discriminatório sistema de ensino não favorece a economia da nação. Por isso, o sistema econômico sente a necessidade de pressionar o sistema educacional para que o mesmo renove-se. E é assim que os países subdesenvolvidos percebem o atraso escolar. O problema é que há a preocupação em renovar o ensino para adequá-lo à necessidade da economia, mas se esquece de analisar o que provocou a defasagem do ensino.

Não podemos deixar de mencionar que o capitalismo avançou rapidamente em algumas regiões, mas em outras o latifúndio persistiu e junto com ele persistiram os valores, a cultura, a ignorância das massas. Portanto, a expansão escolar não se deu ordenadamente em todo o país, por isso existe a desigualdade regional atualmente no Brasil.

De acordo com Romanelli (2010, 66), entre 1900 e 1970, porém, as diferenças são bem sensíveis: a população cresceu quatro vezes, a densidade demográfica aumentou quase cinco vezes, a população urbana cresceu mais de cinco vezes e o índice de alfabetização dobrou.

É importante salientar que em 1950 foi considerado alfabetizado todo aquele que respondesse a pergunta: “Sabe ler e escrever?” Se houvesse dúvida a pessoa teria que escrever o seu nome. Entretanto, após essa data, só foram consideradas alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever um simples bilhete.

(...) entre os anos de 1920 e 1940, a taxa de urbanização dobrou, (...), e a taxa de analfabetismo experimentou sua primeira queda sensível, que só seria superada na década de 50 e 60, quando o índice de alfabetização conheceu seu maior progresso. Este se deveu ao fato de que a começar de 1947 lotam instaladas, na maior parte dos municípios brasileiros, as classes

de ensino supletivo, em horários vespertino, noturno para pessoas de mais de 14 anos. Elas já existiam antes, mas em número inexpressivo. A evolução da matrícula nessas classes poderá dar-nos uma ideia do trabalho que foi realizado pela chamada Campanha Nacional de Educação de Jovens e Adultos e Adolescentes Analfabetos, no período de 13 anos. (ROMANELLI, 2010, 67)

No período entre 1920 e 1964, houve vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica. Foram esses movimentos que caracterizaram a Revolução Brasileira que tinha como objetivo implantar o capitalismo no Brasil. O momento de maior mudança no Brasil foi a década de 30 na qual o tenentismo saiu vitorioso.

De 1930 a 1945 Getúlio Vargas esteve no poder, marcando de 1930 a 1937 um período instável e de 1937 a 1945 uma ditadura. Durante esses anos houve disputas entre tenentistas e constitucionalistas, estes desejando uma constituição e aqueles desejando que Vargas continuasse.

Durante os quinze anos que Getúlio esteve no poder o desenvolvimento econômico ocorreu por forte influência do governo. O Estado foi um grande propulsor do desenvolvimento, pois tinha como objetivo implantar a indústria pesada. E o capital internacional sofreu sérias restrições nessa época.

O modelo getuliano, segundo Ianni, nasce da combinação de interesses econômicos e políticos do proletariado, da classe média e da burguesia industrial, para favorecer a criação e a expansão do setor industrial. Mas é evidente que o confronto de forças tinha de aparecer. E ele se fez a partir do momento em que o capital internacional decidiu implantar-se plenamente na economia do mercado interno. A morte de Getúlio Vargas foi a consequência do confronto das forças que desejavam a internacionalização da economia com as que defendiam um desenvolvimento independente. Representou, portanto, a vitória das primeiras. (ROMANELLI, 2010, 61)

O governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) se deu por golpes e contragolpes, evidenciando a luta ideológica que havia no Brasil. Juscelino venceu as eleições porque tinha o mesmo modelo populista de Vargas e porque houve a coalizão dos dois partidos criados por Vargas: PT e PSD. Seu governo foi bastante otimista e apresentava uma ideologia desenvolvimentista. Ao contrário de Vargas permitiu a introdução do capital internacional.

(...) foi também nesse governo que se acentuou a distância entre o modelo político, com base na política de massas, criado com Vargas, e o modelo econômico com base na internacionalização da economia. Essa distância gerou a crise política que veio a culminar na reorientação total do processo, a contar de 1964. (ROMANELLI, 2010, 60)

Jânio Quadros com seu caráter populista e personalista não foi fiel ao seu partido. Tentou manter uma política externa independente, por isso ele não conseguiu manter o desenvolvimento econômico do governo anterior e passou apenas sete meses no governo. Ele foi sucedido pelo seu vice-presidente João Goulart que foi ministro do trabalho no governo de Getúlio Vargas.

Os velhos interesses latifundiários e a burguesia industrial temiam a política de massas. João Goulart não obtivera apoio das forças armadas. As bases populares de seu governo não eram sólidas, devido ao nível cultural, ao grau de interesses e ao nível real de consciência política do povo. Tampouco as esquerdas estavam contentes com sua atuação dúbia. Sua tomada de posição pró-esquerda, à última hora, não conseguiu salvá-lo do dia 31 de março de 1964. A própria esquerda foi surpreendida pela rápida reação dos militares. (ROMANELLI, 2010, 56)

O Golpe Militar foi o conjunto de eventos ocorridos em 31 de março de 1964, e que culminaram em 1 de abril de 1964. Os militares tiraram o então presidente João Goulart do poder, ficando com o poder em suas mãos. Esse regime estava ligado politicamente aos Estados Unidos da América, trazendo grandes modificações na política, econômica e social do país. Desde então, todos os cinco presidentes que se sucederam afirmavam ser continuadores da Revolução de 64. Nessa época, houve um atraso na educação em relação ao que já estava em desenvolvimento.

Pois, na década de 40, dois anos após a ditadura de governo Getúlio Vargas surgiu a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes Analfabetos no período de 13 anos que pretendia a alfabetização em três meses. Muitas pessoas despertaram para a importância da escola e os números do analfabetismo decresceram.

O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas

necessidades do consumo que essa produção acarreta. Ampliar a área social de atuação do sistema capitalista industrial é condição de sobrevivência deste. (ROMANELLI, 2010, 62)

Em 1942 as Leis Orgânicas que organizaram o ensino técnico foram promulgadas e então, surgiram cursos técnicos de aprendizagem rápida para aqueles que precisavam conseguir um emprego em curto prazo. Com a criação do SENAI (1942) e do SENAC (1946) muitos jovens puderam se profissionalizar em um curso rápido e com aparelhos adequados que no momento as escolas não possuíam. Desde então, as camadas populares passaram a procurar o ensino primário e o ensino profissionalizante e as elites procuravam principalmente o secundário e a universidade que já existia desde o século 20.

(...) tornou-se evidente que o sistema oficial de ensino em seus ramos secundário e superior, continuou sendo o sistema das elites, ou, ao menos das classes médias e altas, enquanto o sistema “paralelo” de ensino profissional, ao lado das escolas primárias, passou a ser mais acentuadamente o sistema educacional das camadas populares. (ROMANELLI, 2010, 174)

Mais tarde, com o governo Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) e de João Goulart (1961 a 1964) com o advento da industrialização era necessário instruir a população para expandir o capital. As indústrias exigiam funcionários qualificados e as Universidades não tinham condições de suprir às demandas do comércio, pois estavam em decadência por ter como objetivo único manter o *status* das elites com formas tradicionais de ensino. Assim, essa defasagem deixava de ter funcionalidade até mesmo para os grupos dominantes.

E foram as pressões internas e externas que fizeram com que o Governo resolvesse modernizar o ensino com o objetivo de expandir o capitalismo ocidental. Nos anos seguintes, Paulo Freire traz a ideia da alfabetização popular como conscientização crítica e libertadora do educando. Mas, após o golpe militar de 1964 só foram permitidos modelos de alfabetização conservadores.

No período de 30 a 70, mesmo havendo avanços no número de pessoas que estavam à margem da sociedade devido à implantação do capitalismo, como afirma Romanelli (2010, 73),

É certo que a República falhou em suas tarefas educacionais. Mas falhou por incapacidade criadora: por não ter produzido os modelos de educação sistemática exigidos pela sociedade de classes e pela civilização correspondente, fundada na economia capitalista, na tecnologia científica e no regime democrático.

O Estado acabou por expandir o sistema educacional quantitativamente, mantendo a mesma forma de educação do passado. Esquecendo que havia um novo estilo de vida e das opções da República. Tínhamos escolas rígidas e arcaicas descontextualizadas.

Durante a década de 70 expandiu-se o MOBRAL (Movimento Brasileiro para Alfabetização) que conseguiu progressos notáveis, mas com um rendimento escolar ainda bastante baixo. Em 1989, após permanecer no exílio por 16 anos, volta ao Brasil o pedagogo, Paulo Freire, e criou o Movimento Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova). Ele pôde colocar em prática o seu trabalho, pois foi convidado para estar como Secretário de Educação da cidade de São Paulo. A repercussão do seu trabalho foi grande porque diversos países copiaram o modelo de inclusão dele. Desde então, podemos dizer que houve uma expansão da educação a fim de acompanhar o desenvolvimento econômico do país.

Mas, no ano de 94 publicou-se uma manchete na Folha de São Paulo (15/03/94) noticiando a distribuição, nas escolas da rede pública de São Paulo, de uma história em quadrinhos da Turma da Mônica destinada a ensinar às crianças os “fundamentos do liberalismo”. O gibi trazia o ataque conservador e liberal à educação pública e a outros elementos da esfera pública.

Esse se tornou um discurso hegemônico internacional, inaugurado nos Estados Unidos e Inglaterra como os primeiros governos de Ronald Regan e Margaret Thatcher que reprime visões contrapostas à liberal/capitalista. Esse movimento traz as visões dos neoliberais que são conhecidos como golpistas militares de 64. Vemos esse discurso muito mais forte nos políticos de direita.

Em seu conjunto, esse processo faz com que noções tais como igualdade e justiça social recuem no espaço de discussão pública e cedam lugar, redefinidas, às noções de produtividade, eficiência, “qualidade”, outro termo, aliás, submetido a um processo de redefinição. (GENTILLI; SILVA, 2001, p. 14)

Esse é um discurso que manipula as pessoas através do afeto, do sentimento. Traz a eficiência dos órgãos privados em oposição à ineficiência dos órgãos públicos. O agente político torna-se um agente econômico, o cidadão torna-se um cliente. Dentro desse projeto global temos a redefinição da educação como mercado.

Assim, a estratégia liberal de retirar a educação institucionalizada da esfera pública e submetê-la às regras do mercado significa não mais liberdade (a palavra-fetiche da retórica neoliberal) e menos regulação, mas precisamente mais controle e “governo” da vida cotidiana na exata medida em que a transforma num objeto de consumo individual e não de discussão pública e coletiva. Outra das operações centrais do pensamento neoliberal em geral e, no campo educacional, consiste em transformar questões políticas e sociais em questões técnicas. (GENTILLI; SILVA, 2001, p. 18)

Dessa forma, eles fazem as pessoas pensarem que os problemas educacionais dizem respeito aos professores, aos métodos ineficientes, à má administração, à formação inadequada, ao desperdício de recursos, à má vontade dos políticos. O neoliberalismo utiliza o discurso da **Qualidade Total da Educação** que esconde uma proposta política com propósitos de legitimação, trazendo uma ilusão de democracia. A população é manipulada porque é levada a pensar que nunca poderia estar contra uma iniciativa de qualidade da educação.

De acordo com Gentilli & Silva (2001, P. 21), Os “clientes” estão livres para determinar o que querem, mas aquilo que querem já está determinado antecipadamente quando todo o quadro mental e conceitual está previamente definido em termos empresariais e industriais.

Esse discurso tornou-se hegemônico, colocando novos conceitos na mente da população e reprimindo qualquer outro conceito, ideia ou categoria. Faz a população esquecer-se de ideias antigas que foram motivo de lutas no passado. Ele deseja que a população formule em suas mentes a visão de um bom futuro, diferente do presente desordenado.

O discurso neoliberal, em relação à educação, esconde o fato de que a falta de qualidade e de justiça para certa classe social ocorre devido ao exagero de qualidade para outros grupos. Por isso as escolas privadas não são mais eficientes que as escolas públicas porque há um bom trabalho, uma boa administração,

professores formados. Mas, porque a população que hoje faz parte da escola pública está numa situação subordinada em relação aos grupos dominantes.

Na visão neoliberal, o ponto de referência para condenar a escola atual não são as necessidades das pessoas e de grupos envolvidos, sobretudo aqueles que mais sofrem com as desigualdades existentes, mas as necessidades de competitividade e lucro das empresas. (GENTILLI; SILVA, 2001, p. 25)

Os neoliberais querem que as escolas públicas funcionem de acordo com as necessidades do mercado. Eles pretendem dar ao aluno da escola pública um ensino técnico, oferecendo-lhes apenas aquilo que as indústrias precisam. Por outro lado, sabemos que a classe dominante sempre lutará por mais qualidade de ensino em relação à literatura, à cultura e às artes. Garantindo, assim, sua posição na estrutura econômica e social. Já as classes subordinadas continuarão na base da pirâmide e a desigualdade social perpetuará.

A educação é algo estratégico dessa ofensiva precisamente porque constitui uma dessas principais conquistas sociais e porque está envolvida na produção da memória histórica e dos sujeitos sociais. Integrá-la a lógica e ao domínio do capital significa deixar essa memória e essa produção de identidades pessoais e sociais precisamente no controle de quem tem interesse em manipulá-la e administrá-la para seus próprios e particulares objetivos. (GENTILLI; SILVA, 2001, p. 28)

No Brasil, a evolução da cultura, a economia e a política sempre estiveram em desacordo com a educação escolar porque as elites brasileiras sempre agiram pelos seus objetivos e deixaram de lado os objetivos da sociedade brasileira como um todo. Por isso, hoje, temos uma desigualdade social bastante acentuada. A educação é um dos fatores que acentuam essa desigualdade, pois nem todos os brasileiros têm acesso à educação e a classe dominante tem acesso a um tipo de educação diferenciada.

(...) Dessa forma, a modernização, só ajudou a mudar os atores da cena política, a redefinir pelo reforço, a expansão econômica com vistas a uma melhor integração do Brasil no processo de desenvolvimento do capitalismo, tem, contudo, colaborado para que, através do produto acabado que a Universidade e o ensino de modo geral proporcionam, o país se mantenha na periferia desse processo. (ROMANELLI, 1987, 259)

A luta pela escola no Brasil, desde quando se iniciou a demanda social de educação, tornou-se uma verdadeira luta de classes. As pessoas tinham e ainda têm em mente que se estudarem poderão ascender socialmente. Mas o que é interessante é que a educação não lhes dará a certeza de um bom futuro, apenas lhes dará uma possibilidade se ela for igual para todos.

## 2.TESSITURA METODOLÓGICA: O PROCESSO INVESTIGATIVO

O plano, nesta pesquisa, relativa às propostas dos então presidentes Dilma Rousseff e José Serra em relação à educação durante a campanha para as eleições 2010. A investigação baseou-se na perspectiva da Análise Crítica de Discurso, teoria descritivo-analítica e crítica e na semântica argumentativa, apontando para uma abordagem qualitativa que atende aos objetivos deste estudo.

Essa abordagem também propicia uma compreensão dos elementos linguísticos que compõem as práticas discursivas como fator de mudança ou de manutenção de valores, crenças e hábitos sociais. Torna-se mais viável explorar a experiência dos sujeitos na sua vida cotidiana, tendo por base seus relatos da realidade que, a rigor, não podem ser quantificados uma vez que se referem ao entender, ao conhecer, ao explorar e ao interpretar. Portanto, essa visão “de dentro”, bem aproximada do grupo pesquisado, só pode ser alcançada pela investigação qualitativa.

Conforme lembra-nos Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2004)

(...) esse planejamento não precisa e nem deve ser apriorístico no sentido mais estrito, pois, nos estudos qualitativos, a coleta sistemática de dados deve ser precedida por uma imersão do pesquisador no contexto a ser estudado. Essa fase exploratória permite que o pesquisador, sem descer ao detalhamento exigido na pesquisa tradicional, defina pelo menos algumas questões iniciais, bem como os procedimentos adequados à investigação dessas questões.

Os dados foram obtidos através de meios de comunicação (TV Bandeirantes, Rede Globo de Televisão e de vídeos do Youtube) que divulgaram os discursos dos presidentes Dilma Rousseff e José Serra durante a campanha para as eleições 2010. Diversos discursos dos presidentes foram divulgados pela mídia, mas nós selecionamos alguns daqueles que enfatizam as propostas dos respectivos candidatos para a educação. Ouvimos e vimos os discursos e os debates e fizemos as transcrições do mesmo, pois essa prática nos possibilitou fazer

uma melhor análise.

Através dos mesmos tivemos acesso ao que os candidatos entendiam sobre educação, como eles interpretavam essa realidade, pudemos identificar os aspectos ideológicos e o poder que perpassa esses discursos políticos. Os discursos contribuíram também, para que pudéssemos identificar e analisar as diversas vozes que falam através da voz de cada um dos presidentiáveis e os operadores argumentativos que introduzem justificativas, comparações, pressuposições e a polifonia.

### 2.1. Os sujeitos do estudo

Foram selecionados para a pesquisa os dois então presidentiáveis, Dilma Rousseff e José Serra, que estavam à frente nas pesquisas e disputaram no segundo turno. Temos discursos predominantes que tinha reais chances de assumir o poder e de se tornarem uma política educacional no Brasil.

Selecionamos então, três discursos de cada um dos presidentiáveis relacionados à educação. No caso da presidentiável Dilma Rousseff selecionamos um pronunciamento do dia 15/10/2010, justamente no Dia do Professor. Já o pronunciamento de Serra aconteceu no dia 10/04/2010 tendo os dois a forte presença do tema “Educação”.

Os outros dois discursos selecionados foram dois debates, na TV Bandeirante (1º turno) no dia 05 de agosto de 2010 e na Rede Globo de televisão (2º turno) no dia 10 de outubro de 2010. Diferentemente, dos pronunciamentos, nos debates há perguntas e respostas com tempo determinado. No caso do debate da Rede Globo, estiveram presentes pessoas de vários lugares do Brasil para expuseram seus questionamentos aos candidatos.

Fomos levados a fazer um levantamento da contextualização política, no nosso país, de fatos relevantes para nossa análise que precederam as eleições 2010, sobre a realidade econômica, social e educacional do Brasil. Buscamos alguns dados escolares como: a remuneração do professor, a formação do professor, a assiduidade do aluno na escola, etc. Poderemos analisar, assim, nos discursos dos candidatos se os mesmos conhecem a realidade educacional do Brasil e se suas propostas serão passíveis de realização.

## 2.2.. Procedimentos

Usamos os procedimentos teórico-metodológicos da ACD, concentrando-nos nos problemas sociais e procurando explicá-las em termos da estrutura social e da interação social e focar especificamente como as estruturas do discurso produzem, legitimam, confirmam e reproduzem o poder e a dominação. Analisaremos os interesses que estão por trás desses discursos e como esses grupos dominantes controlam a mente e a ação dos grupos menos favorecidos.

## 2.3. Categorias de Análise Textual e das Práticas Discursivas

Como já afirmamos no capítulo anterior, considera-se, neste trabalho, que o discurso é o uso que se faz da linguagem como forma de prática social. Pois o discurso é uma ação, ação através da qual as pessoas podem agir sobre o outro. Por outro lado, o discurso mantém uma relação dialética com a estrutura social. Pois tem influência sobre a mesma e ao mesmo tempo é moldado por ela.

Sendo a prática discursiva um modo de ação sobre o outro, há, portanto, o desejo de comunicar ideias, vontade de dizer coisas aos outros através do discurso. Preocupando-se, assim, a quem se dirigem seus discursos para que possa formular bem seus argumentos. Portanto, temos o discurso onde a sociedade é seu campo de batalha.

No caso do discurso político proferido por profissionais, sabemos que encontraremos a forte presença da persuasão. Pois há a representação, o desejo de prescrever a adoção de alguns comportamentos que apresentem conclusões socialmente positivas. Há, portanto, uma disputa de ideias pronunciadas livremente através das quais cada um dos candidatos precisa convencer a população brasileira de que será a melhor opção para ocupar o cargo de Presidente do Brasil.

Conforme Citelli (2004: p.86), o discurso político elabora três grandes movimentos estratégicos: **divulgação**, na qual os candidatos costumam apresentarem-se ao público dizendo o que pretendem e para isso se municiam de palavras de ordem, símbolos, bandeiras, broches; **adesão**, eles precisam manter adeptos, garantindo assim que a opinião pública adira às mensagens enunciadas;

**justificativas/ explicações**, o candidato precisa explicar e justificar suas ações.

De modo esquemático, agregamos outras referências mais específicas que nos ajudarão na análise dos discursos políticos.

### 2.3.1. Análise da prática social e relações

Matriz social do discurso: “Especifica as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância da prática social e discursiva; como essa instância aparece em relação a essas estruturas e relações (é convencional e normativa, criativa e inovadora, orientada para reestruturá-las, opositivas, etc.); e que efeitos ela traz, em termos de sua reprodução ou transformação?” (Fairclough, 2008, p. 289-290)

Efeitos ideológicos e políticos do discurso: “Focaliza os seguintes efeitos ideológicos e hegemônicos particulares: sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais (eu)”.(Fairclough, 2008, p. 289-290).

### 2.3.2. Caráter do enunciador

Ethos: essa palavra refere-se aos valores morais, atitudes comportamentais e intelectuais de um povo ou de uma pessoa. O ethos é bastante utilizado no discurso político, pois o candidato está a todo o momento enfatizando seus pontos negativos e desqualificando o adversário. Ocorre, portanto, o *ethos* e o *antiethos*.

A situação arrola seus atributos positivos, como competência, seriedade, visão de futuro, preocupação com o social \_\_ o que significa, em última instância, mostrar que não existe motivo para levar a oposição ao poder. A oposição, por seu turno, expressão momentânea do *antiethos*, para sair dessa incômoda situação necessita afirmar o seu próprio *ethos*, evocando para si termos como capacidade administrativa, honestidade, espírito de diálogo, vocação democrática \_\_ equivale dizer: precisa apresentar razões que a qualifiquem para o desejado exercício do poder. (CITELLI, 2004, 88)

### 2.3.3. O tom apelativo

Apelos emocionais: as frases, expressões com carga afetiva são evocadas para criar uma espécie de cumplicidade entre enunciadores e destinatários. Gentili e Silva (2001,17) explicam:

(...) há uma nova economia do afeto e do sentimento, uma forma nova e muito mais sutil de envolvimento e engajamento dos sujeitos e das consciências que a crítica tradicional, baseada em noções racionalistas e instrumentais de poder e interesse, pode ser incapaz de perceber, captar, penetrar e contestar. Essa nova configuração de manipulação e administração das energias e dos investimentos afetivos, com finalidades políticas, está no âmago da dinâmica cultural e tem sido muito mais bem compreendida e utilizada pela direita que pela esquerda.

#### 2.3.4. Polifonia

Polifonia enunciativa: o sujeito da enunciação não fala por si só. Num mesmo texto ouvimos várias vozes que falam de perspectivas ou pontos de vista diferentes. No caso dos políticos, sabemos que não há apenas a voz do mesmo, mas também do partido ao qual ele está inserido e dos empresários que financiam suas campanhas. Ele introduz, muitas vezes, em seu discurso a voz do povo, porque sabe o que a população deseja, necessita.

#### 2.3.5. Os operadores argumentativos

Classe argumentativa: é um conjunto de enunciados que podem servir de argumentos para uma mesma conclusão.

Justificativa ou explicação: operadores (porque, que, já que, pois, etc.) que introduzem uma justificativa relativa ao enunciado anterior. Os candidatos divulgam em suas campanhas: quem são, de onde vieram, o que pretendem a fim de gerar adeptos. E através dos operadores, eles mantêm esses adeptos, justificando as suas propostas.

Como afirma Van Dijk (2008, 42), um exercício crucial no exercício ou na preservação do poder é que, para “**A**” exercer controle sobre “**B**”, “**B**” precisa conhecer os desejos, as vontades, as preferências ou as intenções de “**A**”.

Pressuposição: são operadores argumentativos que são introduzidos como conteúdos pressupostos. Como afirma Ducrot (1987, 17) pressupor não é dizer o

que o ouvinte sabe ou o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse.

Subentendido: é a possibilidade de novos valores semânticos derivados por implicação. Pois, diferentemente do pressuposto que está relacionado à produção, o subentendido é um implícito que está relacionado à recepção.

Comparação: são usados nos discursos políticos operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos que remetem a uma dada conclusão. São eles: **como, mais que, menos que, tão...como**, etc.

Conclusões contrárias: são operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias. São eles: mas, embora. O “mas” possui um valor pragmático de retificação, por isso pode ser substituído por “ao contrário”. Dessa forma, ele permite uma descrição polifônica, pois há uma conclusão contrária para um enunciado anterior. Conforme Koch (2011, p. 138): A condição para que haja polifonia é, pois, que o locutor L seja diferente do enunciador L': **o locutor L faz com que o outro personagem diga algo no interior do seu próprio discurso.**

### 3. ANÁLISES

Conforme já foi mencionado, selecionamos dois candidatos à presidência da república nas eleições 2010. Havia cinco candidatos à presidência, mas selecionamos apenas os discursos dos presidenciáveis José Serra do PSDB e Dilma Rousseff do PT. Selecionamos os discursos desses dois então candidatos porque foram eles que estavam à frente nas pesquisas. Esses dois candidatos mantiveram-se por toda campanha em uma disputa bastante acirrada e foram os dois que participaram da disputa no segundo turno.

É sabido, o PT (Partido Trabalhista) e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) já comandaram o País por oito anos cada um. Dessa forma, ficou mais fácil saber quais as realizações e as falhas de cada um. O que as duas siglas fizeram nesses períodos alternados de poder constitui um excelente material para o discurso da oposição e também para os brasileiros que precisavam comparar as diferenças e as vantagens de cada modelo antes de conceder o seu voto. Isso nos ajudou bastante enquanto analistas críticos de discurso, pois nos deu a possibilidade de analisar, além de outras coisas, a ideologia e o poder que perpassam esses discursos.

O Brasil logrou um imenso capital social e econômico nesses 16 anos. O PT e o PSDB ficaram marcados por diretrizes econômicas e ações políticas divergentes na maioria das vezes. O PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) foi fundado em 25 de junho de 1988 e seu símbolo é um tucano nas cores azul e amarelo e, por essa razão, seus membros são chamados de tucanos. Foi fundado por importantes figuras da política brasileira, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, participante ativo de estudos nos grupos marxistas, e o seu código eleitoral é 45.

Seus militantes e participantes geralmente se identificam como de centro-esquerda. Ele encontra-se entre o centro e a esquerda no aspecto ideológico. Uma das ideologias que o coloca como centro-esquerda é a social-democrata, que tem origem no socialismo e deseja representar a social democracia no Brasil. Entre as principais propostas do partido, temos: o enxugamento da máquina, a instituição do parlamentarismo e uma economia de mercado regulada pelo Estado, com participação livre das empresas privadas e de investidores internacionais. Alguns críticos e intelectuais o consideram de esquerda. E outros por acharem que o partido

toma postura liberal em determinados momentos afirmam que ele é de centro-direita.

Mas, o PSDB é tido como neoliberal desde a sua fundação. E esse fato ficou mais notório no governo de Fernando Henrique (1995 – 2002) por causa das privatizações que são umas das características do neoliberalismo, mesmo que arrecadando fundos para a área social (educação, saúde e moradia). E nas eleições 2010 tivemos novamente José Serra como candidato à Presidência. O PSDB disputa com o PT a hegemonia política no Brasil. E os outros partidos subordinam suas ações políticas a esses dois partidos.

O PT (Partido dos Trabalhadores) foi fundado no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio de Sion, em São Paulo, através de movimentos sindicais, religiosos e intelectuais. A Congregação Nossa Senhora de Sion foi fundada em São Paulo em 1901, oferecia educação rígida para a elite paulistana. Aqueles que fazem parte do partido dizem que o mesmo surgiu da organização sindical espontânea de operários paulistas liderados por Luiz Inácio Lula da Silva e outras lideranças de trabalhadores dentro do vácuo político criado pela repressão do regime militar aos partidos comunistas tradicionais e aos grupos de esquerda então existente. Mas nos inquieta a questão de o partido ter sido formado por operários paulistas num colégio para elites.

Assim, o PT foi criado com um viés socialista democrático, ele é fruto da aproximação dos movimentos sindicais brasileiros e das comunidades religiosas que seguiam a teologia da libertação. Esse partido foi reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982. O PT é um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América do Sul.

O PT organizou-se a partir de formulações intelectuais marxistas e socialistas, mas nunca afirmou ser seguidor do marxismo e/ ou do comunismo. Seus membros procuraram botar em prática uma nova forma de socialismo democrático. Apesar de alguns dos seus membros adotarem políticas neoliberais como privatizações, cortes drásticos de gastos públicos. Seus símbolos são a bandeira vermelha com uma estrela branca ao centro. Seu código eleitoral é 13. Desde 2003, foi o PT que se manteve na presidência com Luiz Inácio Lula da Silva.

A despeito de convicções ideológicas tão exacerbadas durante a campanha eleitoral, os dois partidos (PSDB e PT) inegavelmente estão na lista dos líderes mais importantes da história do Brasil. Ambos tiveram méritos e defeitos,

erros e acertos, e é impossível não creditar à dupla o excepcional momento vivido pelo País.

Durante nossa pesquisa, observamos que nas áreas econômica e social, a análise dos números indica que a gestão petista tem resultados melhores para apresentar. Nesse aspecto, o primeiro dado que chama a atenção é a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), que traduz o aumento da riqueza de um país. Nos dois mandatos de FHC, a taxa média anual de crescimento foi de 2,3%. Nos governos Lula, o índice foi de 4%. Lula também conseguiu elevar a renda per capita brasileira a US\$ 10 mil, um marco que aproxima o índice brasileiro do indicador observado em países desenvolvidos. Nesse ponto, FHC não brilhou. Mas é importante ressaltar que FHC enfrentou duas sérias crises (da Ásia e da Rússia).

De acordo com muitos especialistas, o principal acerto do governo Lula foi a política de crédito. Como afirma Aldo Fornazieri, diretor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. “Ela gerou empregos, estimulou investimentos das empresas e blindou o Brasil diante das crises financeiras internacionais”. A partir desse momento as pessoas passaram a comprar mais bens, o que contribuiu para o aumento da produção industrial, mobilizada para atender a crescente demanda. Nesse ciclo mais empregos foram gerados e, como consequência veio o aumento da renda da população.

Houve em consequência disso não só pontos positivos, mas também pontos negativos, pois algumas pessoas quando perceberam a facilidade de compra endividaram-se bastante porque obtiveram o crédito, mas não tinham salários com valores suficientes para quitar as parcelas das suas dívidas. Pois um dos efeitos colaterais da lógica capitalista é a alta inflacionária.

Embora PSDB e o PT tenham convergido em alguns pontos, eles possuem características distintas. No caso FHC, seu maior legado foi a estabilidade da moeda, façanha reconhecida por economistas por alguns economistas. Ele notabilizou-se, no campo das realizações, pelas privatizações.

E temos como a principal marca do PT, a política desenvolvimentista. Nos últimos anos, foram criadas as condições para que o consumo se acelerasse e as empresas incrementassem o nível de investimento. O Nordeste atingiu, na era PT, grande desenvolvimento. Em 2010, os três Estados que apresentaram maior avanço no PIB foram Bahia, Ceará e Pernambuco.

No governo do PSDB, dois milhões de pessoas deixaram a linha da pobreza. No governo petista, o contingente chegou a 23 milhões. De 2003 a 2008, a renda dos 10% mais pobres aumentou 8% ao ano, enquanto os ganhos dos ricos cresceram 1,5%. Ou seja, na divisão da riqueza nacional, os pobres começaram enfim a reduzir a gigantesca desvantagem em relação aos ricos. O PSDB criou programas bem-sucedidos como o programa “Bolsa Escola” e o “Cartão Alimentação” que em 2002 atendeu 3,6 milhões de famílias. Esse governo também foi marcado pela disseminação dos remédios genéricos.

Para muitos especialistas, uma conquista que se deve aos dois governos é o inédito protagonismo internacional alcançado pelo Brasil. E em relação à educação, sabemos que desde 2002, último ano do governo FHC, os recursos federais para a educação mais do que triplicaram. R\$ 5,5 bilhões foi quanto o presidente Fernando Henrique Cardoso destinou em 2001 ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), voltado exclusivamente à educação básica. Enquanto o presidente Lula o presidente Lula destinou para o FNDE em 2010 R\$ 15,5 bilhões.

Os então presidenciáveis Dilma Rousseff filiada ao PT e José Serra filiado ao PSDB têm uma grande e importante história na política. Dilma Rousseff estudou em um dos colégios mais tradicionais do Brasil, mas também estudou em escola pública e hoje é graduada em Ciências Econômicas. Desde muito cedo ingressou na política. Ela está filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 2001. Coordenou a equipe de Infra-Estrutura do Governo de transição entre o último mandato de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro de Lula. Durante o governo Lula Dilma foi ministra da pasta das Minas e Energia, depois passou a ser Ministra da Casa Civil desde a demissão de José Dirceu de Oliveira e Silva. Dilma foi candidata à presidência pelo PT, recebendo todo o apoio do então presidente Lula.

O então candidato à presidência José Serra, representante do PSDB. Cursou Engenharia Civil na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, onde se tornou líder da União Nacional dos estudantes (UNE). Possui duvidoso Mestrado em economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia na Universidade do Chile, com segundo suposto Mestrado e também Doutorado em Economia pela Universidade de Cornell. Foi eleito governador do estado de São Paulo em 2006. Serra também já exerceu os cargos de deputado federal constituinte (1987-1991), deputado federal (1991-1995), senador (1995-2003) e prefeito de São Paulo (2005-

2006) e os cargos de secretário de Planejamento de São Paulo (1983-1986), ministro do Planejamento e Orçamento (1995-1996) e ministro da Saúde (1998-2002). Ele foi candidato à presidência em 2002 pela coligação PSDB-PMDB, mas foi derrotado no segundo turno por Luiz Inácio Lula da Silva.

### Operadores Argumentativos

Classe Argumentativa e escala argumentativa, como afirma Koch (2008) e Ducrot, uma Classe Argumentativa é construída de um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para (apontam para: →) uma mesma conclusão (a que, por convenção, se denomina *R*).

Como diz Koch (2008), quando dois ou mais enunciados de uma classe se apresentam em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão, tem-se uma escala argumentativa. Exemplo:

Fragmento (01)

“Isso significa que nós já entramos no caminho para fazer com que esse país inclua homens e mulheres, melhore a vida das pessoas. Sabemos qual foi: bolsa família, aumento do salário mínimo, o crédito para toda a população.”(Pronunciamento: DILMA, l. 6-9)

(...) entramos no caminho para fazer com que esse país inclua homens e mulheres melhore a vida das pessoas.

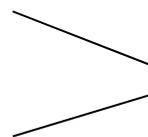
Sabemos qual foi: (Conclusão R)

Arg. 1 – Bolsa Família

Arg. 2 – Aumento de Salário Mínimo

Argumentativa

Arg. 3 – O Crédito para toda a população



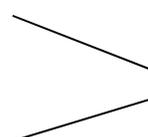
Classe

1. “(...) entramos no caminho para fazer com que esse país inclua homens e mulheres, melhore a vida das pessoas. Sabemos qual foi: (Conclusão R)

Arg. 1 – Aumento do Salário Mínimo

Arg. 2 – Bolsa Família

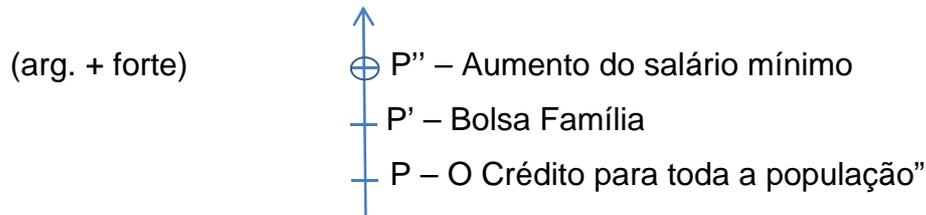
Arg. 3 – O Crédito para toda a população



Escala Argumentativa

Costuma-se representar graficamente a escala argumentativa da seguinte forma:

R: “(...) entramos no caminho para fazer com que esse país inclua homens e mulheres, melhore a vida das pessoas. Sabemos qual foi:



O salário mínimo teve um aumento muito significativo durante o governo Lula. De 2003 a 2008, a renda dos 10% mais pobres aumentou 8% ao ano e isso ajudou bastante a classe popular. O programa “Bolsa Família” que foi a unificação de alguns programas instituídos no governo de Fernando Henrique funciona como uma redistribuição de renda. E em relação ao crédito para toda a população, sabemos que realmente hoje a classe popular brasileira tem mais facilidade para comprar. Muitos brasileiros têm crédito, mas muitos compram o que não cabe no orçamento. Dilma exalta as ações de Lula, pois essa afirmação dessas práticas enaltece a sua candidatura. Apesar de existir algumas conseqüências negativas em relação a algumas medidas do governo Lula, não podemos negar que ele deu ênfase na dimensão social. Nesse governo houve uma transferência de renda muito grande que possibilitou a ascensão social de milhões de pessoas.

Ano	Salário	Porcentagem
2000	151	
2001	180	20%
2002	200	10%
2003	240	20%
2004	260	8,33%
2005	300	15,38%
2006	350	16,67%
2007	380	8,57%
2008	415	9,21%
2009	465	12,05%

2010	510	9,68%
2011	545	6,86%
2012	622	14,13%

(02)

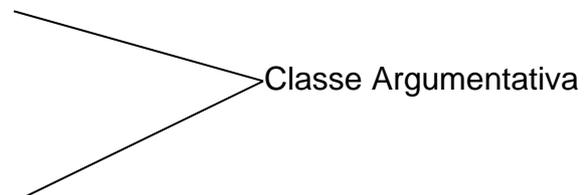
“ E aí ficar falando só em qualidade da educação de nada adianta sem que você crie as condições para que socialmente se valorize o professor. E uma dessas questões é o salário decente, é plano de carreira, é ter em relação ao professor política de formação continuada. E uma outra questão que é fundamental, porque nenhum ser humano se move sem incentivo: é respeito e diálogo”. (Pronunciamento: DILMA, I. 25 – 30)

Arg. 1 – O Salário mínimo decente

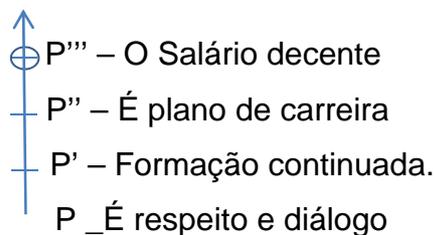
Arg. 2 – É plano de carreira

Arg. 3 – É ter em relação ao professor política de formação continuada.

Arg. 4 – É respeito e diálogo.



(arg. + forte)



A então candidata Dilma Rousseff utiliza esses quatro argumentos para a melhoria da educação porque no ranking da ONU sobre a qualidade de ensino, o Brasil está no 88º, perdendo para a Bolívia e Equador. Portanto, foi constatado que metade dos alunos do ensino fundamental chega ao 3º ano sem conhecimentos básicos de português e matemática. A então candidata faz uma crítica sutil ao governo Lula e a Serra, utilizando quatro argumentos. Pois durante o governo Lula, o piso nacional não foi instituído por todos os estados e municípios, seguindo o plano de cargos e carreiras.

Quanto à formação do professor foi constatado pelo Censo Escolar 2010, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (Inep) que pelo menos 160 mil docentes brasileiros que estão em atividade não têm formação adequada. Em 2009, Lula lançou o Parfor (Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica), mas apenas 42% da oferta foram preenchidas devido ao percurso burocrático e também porque estados e municípios não têm uma logística organizada para levantar as informações necessárias sobre a formação dos professores.

E quando ela menciona sobre respeito e diálogo em relação ao professor, a candidata faz uma crítica ao então candidato José Serra que não manteve um bom relacionamento com os professores, sendo bastante autoritário e não quis negociar. O então governador desqualificou o movimento dos grevistas denominando-o de “político-eleitoral”, colocando a Polícia Militar para conter os professores. Então, 60% dos professores passaram um bom tempo em greve.

(03)

“Nessa eleição, está em questão dois projetos para o Brasil. Esses dois projetos vão se decidir no dia 31 de outubro. De um lado, o projeto que nós conhecemos e **além do** desemprego, **além da** desigualdade, **além da** estagnação, fez várias coisas com a educação. Primeiro havia na nossa constituição uma determinação de interiorizar as universidades. Foi tirada da nossa constituição por iniciativa do PSDB. Com isso, foi paralisada a interiorização de ensino federal público no nosso país. O ProUni que é uma das melhores iniciativas nossas, porque dá condições de famílias mais pobres chegarem à Universidade privada. Nós sabemos que o PROUNI é um dos programas de grande inclusão social. (Pronunciamento: DILMA, I. 34-44)

Como afirma Koch (2008), há operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão (isto é, argumentos que fazem parte de uma mesma classe argumentativa) “e também”, “ainda”, “nem (se não)”, “não só”, “mas também”, “tanto... como”, “além de...”, “além disso...”, “a par de...”, etc. Como é o caso da expressão “além de”, na afirmação da presidente Dilma Rousseff, que utiliza a expressão “além de” para somar os argumentos negativos sobre o momento.

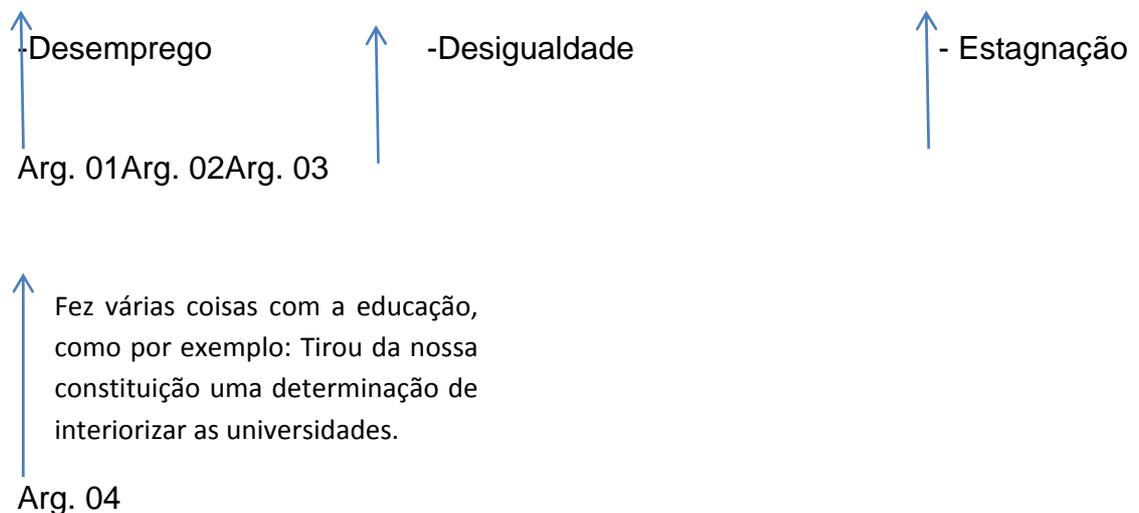
Dilma introduz o operador argumentativo “**além de**” para somar os pontos negativos do PSDB quando o mesmo manteve-se no poder. Isso sempre ocorre no discurso político. Por mais que os políticos afirmem não querer falar mal do outro

isso acaba ocorrendo. O ataque ao adversário é uma das estratégias de persuasão desse tipo de discurso. Eles tentam sempre colocar em evidência a imagem negativa do inimigo. Inimigo da nação, da população, nesse caso, inimigo da educação, inimigo do professor, do aluno. Como afirma DIJK (2008: p. 229),

“Os papéis e as identidades participantes, por exemplo, nos debates parlamentares são indexados multiplamente pelos pronomes (“Nós” versus “Eles”), formas de tratamento (“honroso”, “amigo”) e por estratégias de polidez, enquanto, ao mesmo tempo expressam formas de inclusão ou exclusão política e social”

Dilma refere-se diretamente ao PSDB que passou assim como o PT oito anos dominando a cena política e não trabalhou tanto pelo social quanto o governo Lula. Mas não podemos deixar de mencionar que os dois partidos possuem características diferentes. O PT tem uma política desenvolvimentista, preocupa-se muito com o social e conseguiu diminuir a desigualdade social no país, investindo em pesquisa, inovação e tecnologia e vai encerrar seu governo com 10 milhões a mais de empregos gerados do que Fernando Henrique Cardoso. E o PSDB enquanto esteve no poder manteve a inflação sob controle e Lula deu continuidade a esse processo, O PSDB também popularizou os genéricos e o protagonismo internacional que o Brasil tem hoje também se deve a ele.

“Esses dois projetos vão se decidir no dia 31 de outubro. De um lado, o projeto que nós conhecemos



(04)

“Com isso, afetaram de morte a qualidade da educação **porque** os nossos professores não foram contemplados com educação e formação continuada e afetaram **também** a inovação e a política científica e tecnológica que precisa de pesquisadores, precisa de recursos, precisa da formação nas Universidades Federais.” (Pronunciamento: DILMA, l. 16-20)

Primeiramente, a presidenciável afirma que o PSDB afetou bastante a qualidade da educação e explica sua afirmação quando introduz o operador argumentativo “**porque**”. E o operador argumentativo **também** é introduzido para somar os argumentos a favor de uma mesma conclusão. A então presidenciável desqualifica o adversário e é essa uma boa estratégia persuasiva na qual ela enfatiza o seu bom caráter. Essa crítica é pertinente porque desde 2002, último ano de Fernando Henrique, os recursos para a educação triplicaram. Fernando Henrique destinou R\$ 5,5 bilhões em 2001 ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), voltado exclusivamente à educação básica. Enquanto o atual presidente Lula destinou para o FNDE em 2010 R\$ 15,5 bilhões.



Fontes: IBGE e Ministério da Educação. Revista Istoé.

(05)

“E **nós** temos que prestar a atenção no **retrocesso** grave dos últimos anos. É a **estagnação** da escolaridade, o percentual dos adolescentes que vai à

escola praticamente estancou nos últimos anos.” (Pronunciamento: SERRA, l.45-46)

O então presidente José Serra do PSDB utiliza a expressão “**nos últimos anos**” referindo-se ao Governo Lula, pois desqualificando o atual governo ele desqualifica a sua maior adversária Dilma Rousseff que traz em seus discursos o objetivo de dar continuidade aos projetos do governo Lula. Serra afirma que houve um retrocesso grave na educação do Brasil nos últimos anos. A palavra RETROCESSO é muito forte, pois imaginamos que o país retrocedeu, recuou, diminuiu. Essa palavra foi utilizada com o objetivo de chocar a população brasileira, mas o então presidente se contradiz quando introduz as palavras “ESTAGNAÇÃO, ESTANCOU”. Não entendemos se o número de alunos que vai à escola diminuiu no governo Lula, ou continuou o mesmo, pois o candidato se contradiz nas palavras utilizadas.

Em oito anos do governo FHC, o número de alunos entre 15 a 17 anos fora da escola passou de 33% para 18%: redução de 45%. E em oito anos do governo Lula passou de 18% para 14,34% os alunos fora da escola, o que apontaria para uma redução de 20%. Nesse caso, constatamos que esse número nem retrocedeu, nem estancou, foi apenas menor que o do governo FHC.

(06)

“Para a qualidade de ensino, a gente tem de enfrentar um problema **sério**, que é o problema do professor. Temos que pagar bem ao professor e temos **também** de dá ao professor a oportunidade de uma formação continuada.”  
(Debate 1º turno: DILMA, l. 5-8)

Nesse caso, na fala de Dilma temos a utilização do operador argumentativo “também”, que é introduzido em seu discurso para somar argumentos a favor de uma mesma conclusão. Dilma afirma que o seu governo terá que enfrentar um problema sério que é o problema do professor. E como solução para esse problema, ela utiliza dois argumentos: pagar bem ao professor e dar ao professor a oportunidade de uma formação continuada.

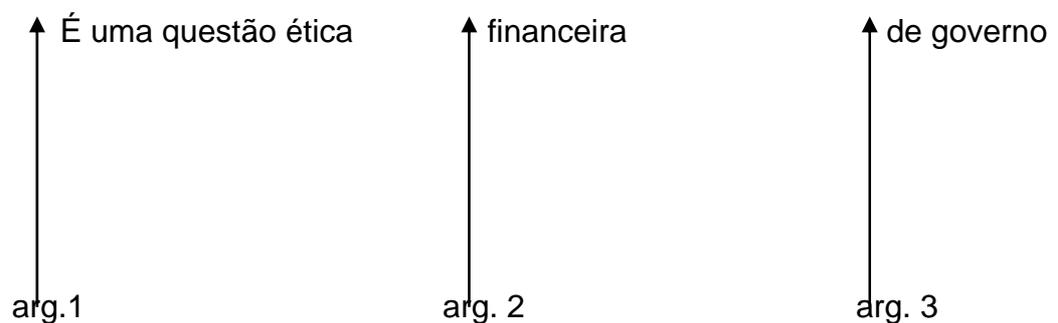
Enfim, temos a confirmação no discurso da presidenciável de que o governo Lula deixará um problema SÉRIO que pode ser sanado pela candidata se a mesma for eleita pelo povo brasileiro, dando ao professor um salário digno e formação continuada.

Outra questão que foi analisada nesse enunciado é quando ela diz: “(...) a gente tem de enfrentar um problema sério, que é o problema **do** professor (...)”. Surge a ambigüidade: não sabemos se ela quis dizer que esse é um problema que diz respeito ao professor, problema nas políticas governamentais em relação ao professor ou é um problema do próprio professor. Conscientemente a candidata joga com isso.

(07)

“É uma questão ética, **mas também** tem de ser uma questão financeira **e** de governo.” (Debate 1º turno: DILMA, l. 9-10)

Dilma declara, nesse enunciado, que o Brasil tem hoje uma visão estratégica da educação, da creche a pós-graduação, argumentando, assim, que isso se deve a uma questão **ética, financeira** e de **governo**. Portanto, os operadores “mas também” e “e” são introduzidos no enunciado para somar os três argumentos que comprovam o compromisso do atual governo com a educação dos brasileiros.



A questão ética está relacionada ao fato de que a educação mantém ou em certos casos transforma o ser humano, pois a educação tem o poder de manter as pessoas no meio social ou inclui as que estão à margem da sociedade. O **governo** precisa ter o compromisso com a educação do país, pois o sistema político

influencia no desenvolvimento da mesma. A forma como se organiza a política está diretamente relacionado a forma como se organiza o ensino. E quanto a questão financeira, como afirma Romanelli (2010, p. 14), “o sistema econômico pode ou não criar uma demanda de recursos que devem ser preparados pela escola.

## EXPLICAÇÃO

Como afirma Citelli (2004, p.86):

Se a divulgação pode gerar adesões, a manutenção ou continuidade delas dependerá da capacidade de o partido/candidato/instituição explicar e justificar suas ações. É preciso, portanto, dirigir-se com uma constância ao público para dizer o que está sendo feito, por que determinadas iniciativas foram ou não tomadas.

(08)

“Nos últimos anos eu tive a honra de coordenar a equipe de ministros do Presidente Lula. E quero dizer para vocês que essa foi a experiência mais vigorosa e importante da minha vida. Primeiro, **porque** conviver com a generosidade e a inteligência do Presidente Lula me deu uma experiência única e foi também a realização do sonho de muitas gerações. Segundo, **porque** nós quebramos todas as barreiras que muitos acreditavam intransponível. **E fizemos** com que o povo brasileiro tivesse oportunidades no seu próprio país que eles **nunca tinham tido**.”(Debate 1º turno: DILMA, l.16-23)

Dilma Rousseff declara a honra de poder coordenar a equipe de ministros do Presidente Lula, pois sabe da popularidade do atual presidente e com isso afirma que teve papel importante no trabalho dele. Ela utiliza três argumentos introduzidos pelo “porque”, operador que exprime uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior.

Dilma desqualifica o adversário enaltecendo o governo de Lula. É difícil para a criatura dissociar-se do seu criador, ainda mais tendo o criador uma grande popularidade. Ela sabe que o povo brasileiro espera que o novo presidente dê continuidade ao trabalho de Lula, deve seguir o caminho dele. Pois o governo Lula

transformou o Brasil no país mais poderoso da América Latina. Dilma jamais poderia deixar de mencionar que teve papel importante no governo Lula.

Ao usar a expressão “nunca tinham tido” ela coloca diretamente em seu discurso que o seu maior adversário o PSDB durante os oito anos de governo não deu oportunidade ao povo brasileiro como fez o PT. Subentende-se que o PSDB e nenhum outro partido além do PT merece a confiança do povo brasileiro, portanto, não merece o voto do povo brasileiro.

Essa linguagem é bastante utilizada no discurso político. Traz as características positivas do governo Lula como algo único, algo que apenas o PT fez e nenhum outro fez. É como Dilma afirma: “a realização de um sonho”. Tudo de bom foi feito, barreiras foram quebradas quando o PT esteve no poder.

(09)

“Acabamos com uma oposição falsa que olhava a educação não de forma integrada, mas fragmentada e dizia: “se a gente vai dar peso para o ensino básico não podemos gastar dinheiro com o ensino superior e pós-graduação. Com isso, afetou de morte a qualidade da educação, **porque** os nossos professores não foram contemplados com educação e formação continuada e afetaram também a inovação e a política científica e tecnológica que precisa de pesquisadores, precisa de recursos, precisa da formação nas Universidades Federais” (Pronunciamento: DILMA, I. 12-20)

Mais uma vez a então candidata coloca em evidência as falhas do adversário. O dinheiro destinado à educação no governo Fernando Henrique era destinado exclusivamente à educação básica e não investiu tanto em inovação, tecnologia, no social como o presidente Lula. Essa é uma das estratégias persuasivas que a então presidenciável utiliza para convencer os eleitores a votarem nela. E quando ela introduz o verbo “acabamos” no início do enunciado ela refere-se ao grupo a que ela pertence e exclui o adversário político.

(10)

“(...) afetaram também a inovação e a política científica e tecnológica que precisa de pesquisadores, precisa de recursos, precisa da formação nas Universidades Federais. **Porque**, infelizmente, o nosso país não tem uma

tradição de investimento privado em ciências e tecnologia como tem outros países.” (Pronunciamento: DILMA, I. 17-22)

Dilma desqualifica o governo de Fernando Henrique, pois dessa forma ela desqualifica Serra que é o então candidato do PSDB. Quanto à questão de comparar o Brasil com outros países é impertinente, pois nenhum país pode copiar as medidas utilizadas por outro. A não ser que sejam modelos básicos porque cada nação tem uma realidade específica.

(11)

“Por isso que as instituições de ensino federais devem ser valorizadas. Tanto por causa que nós precisamos de professores, precisamos valorizá-los com formação e com salário digno. **Porque** socialmente não se respeita quem não tem salário decente.”(Pronunciamento: DILMA, I. 22-25)

Dilma declara que hoje as instituições de ensino não são valorizadas, os professores não são valorizados com formação e salário digno. Nesse enunciado Dilma faz uma crítica sutil ao governo Lula, pois coloca em evidência os problemas do atual presidente, tentando, dessa forma, aumentar o número de adeptos à sua campanha. Ela deixa claro que solucionará o que não foi resolvido por ele.

(12)

“O ProUni que é uma das melhores iniciativas **nossas, porque** dá condições de famílias mais pobres chegarem à universidade privada.”  
(Pronunciamento: DILMA, I. 41-43)

Dilma fala sobre o ProUni que é uma dos programas mais conhecidos do Governo e sempre se inclui nas iniciativas do governo Lula. Ela usa a desigualdade social, a miséria, a pobreza para persuadir a população, pois devido às medidas utilizadas no governo Lula, hoje o Brasil é um país menos desigual. Dessa forma, ela pretende convencer a classe popular a votar nela em busca da continuidade do trabalho de Lula.

(13)

“Esse projeto que nós criamos há oito anos e que vou expandir. **Porque** para mim, sobrou a melhor parte. Veja vocês a sorte que eu dei, uma enorme sorte porque está construído um alicerce. Nesse alicerce está construído um país estável, um país que já tirou da miséria milhões de pessoas.” (Pronunciamento: DILMA, I. 64-68)

Ela afirma que apenas expandirá o projeto de Lula porque tem como objetivo manter os adeptos de Lula. Pois ela sabe que esse é um momento importante em que o Brasil escolherá o primeiro presidente da era pós-Lula. Entretanto, há uma contradição com o que foi dito no fragmento (05 e 12), pois a então candidata, critica sutilmente algumas medidas que não foram tomadas no governo Lula e que ela terá que resolver se for eleita. Assim, ela aumenta o número de adeptos, mostrando que não é apenas um fantoche de Lula.

(14)

“E acho que o Brasil pode sim, virar uma potência desenvolvida. Para isso, essa questão de **igualdade de oportunidades**, ela é crucial. E ela começa na creche onde a raiz da desigualdade está. **Porque** está provado que a criança bem tratada com estímulo chega ao 1º ano com melhores condições. **Por isso** faremos 6.000 creches é essa a proposta.” (Debate 1º turno: DILMA, I. 70-75)

A presidenciável fala sobre **igualdade de oportunidades**, pois Lula tornou o país menos desigual aumentando a renda dos mais pobres unificando programas de redistribuição de renda instituídos por Fernando Henrique e criou o ProUni que deu oportunidade a classe popular de estudar em uma Universidade. A desigualdade social é uma questão social e a escola é um dos pontos principais para que isso seja mitigado.

(15)

“A educação é o futuro. **Por isso** eu costumo dizer que o Brasil está nascendo no 1º ano do Ensino fundamental em todos os estados”. (Debate 2º turno: SERRA, I.08-10)

A educação é um fator importante para o futuro da população, mas o futuro não é predeterminado. Ter uma educação de qualidade não nos certifica que teremos um bom futuro. Não só a educação, mas também saúde, segurança, alimentação nos dão a possibilidade de termos um bom futuro. Esse é um pensamento neoliberal que trata a educação como servidora das empresas e indústrias e os educandos são tidos como clientes que são persuadidos a formular em suas mentes um futuro diferente do presente indesejável.

Como afirma Gentili e Silva (2001, p. 21):

Assim, o discurso da qualidade total, da privatização em educação da escolha e soberania por parte do “consumidor”, da política como participação no consumo não se apresenta apenas como uma outra possibilidade ao lado e ao mesmo nível de outras. Ele tende a suprimir as categorias com as quais tendiam a pensar a vida social e a educação ajudando-nos a formular um futuro e uma possibilidade que transcendem a presente e indesejável situação social.

(16)

“A Coreia do Sul há 30, 40 anos era um país pobre, hoje está no clube dos países ricos. Se você for ver bem, foi **porque** ela foi avante à educação, na pesquisa, na ciência, na tecnologia. Então, nós temos que ter um entendimento que passe por cima de partido, de sindicatos. Que na verdade, muitas vezes, são meros instrumentos partidários de interesses mesquinhos” (Debate 2º turno: SERRA, l. 19-25)

Serra menciona a Coreia do Sul no seu discurso, pois a Coreia é uma das civilizações mais antigas do mundo. A sua história foi bastante turbulenta, pois enfrentou várias guerras. Porém, sua economia tem crescido rapidamente desde a década de 1950. Hoje é a 13ª maior economia do mundo. Também é reconhecido como um dos países mais avançados tecnologicamente do mundo e um dos melhores em comunicação. Mas como já foi mencionado não é pertinente comparar o Brasil com outros países, pois cada nação tem uma realidade específica. E quando Serra fala que nós precisamos ter um entendimento que passe por cima de partido, de sindicatos, ele faz uma crítica ao PT que é um partido formado por movimentos sindicalistas.

(17)

“Eu quero dizer que a alfabetização do aluno que entra no ensino fundamental é básico. Porque se ele sai do 1º, 2º ano sem está alfabetizado, ele não vai se recuperar mais. **Por isso**, inclusive, é que como Prefeito e Governador eu adotei uma ideia que foi ter dois professores por sala de aula: um professor e um ajudante (que é uma estudante universitária de pedagogia). Isso diminuiu pela metade, o analfabetismo das crianças que saem do 1º ano”.(Debate 2º turno: SERRA, I.27-33)

Serra faz uma crítica ao governo Lula porque os pontos negativos do governo Lula foram o pequeno avanço na alfabetização e na educação de Jovens e Adultos (EJA) e o papel limitado da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). Com essa declaração Serra também nega a eficácia dos projetos criados para a alfabetização de jovens e adultos. Não podemos deixar de mencionar que é bem melhor para o aluno que ele seja alfabetizado na idade adequada. Mas sabemos que há programas eficazes de alfabetização de jovens e adultos e o que falta é o interesse político.

De acordo com Roberto Catelli, coordenador do EJA da Ação Educativa, entidade que promove cursos (Diário de Pernambuco (08/01/2012, p. A14 brasil): “Falta interesse político, sem dúvida, é um problema generalizado dos governos locais na hora de promover a alfabetização e continuidade dos estudos de adulto”.

(18)

“Nós começamos fazer o piso nacional do magistério elevando o salário para R\$ 1. 024, 00. É pouco? É pouco. **Porque** o professor para ser valorizado ele precisa ganhar bem e mais. Ele precisa ter formação continuada. Não se pode também estabelecer com o professor uma relação de atrito quando o professor pede melhores salários, recebê-los com cassetete ou interromper o diálogo.” (Debate 2º turno: DILMA, I.38-43)

Dilma critica sutilmente o governo Lula, afirmando que o professor ainda não é valorizado porque não recebe um salário digno e ainda não tem formação continuada adequada. Dilma se contradiz em relação ao fragmento (13). Ela faz outra crítica, mas agora em relação a Serra quando foi governador de São Paulo. O mesmo não manteve diálogo com os professores durante a greve e usou a Polícia Militar para conter as manifestações.

(19)

“Então, pra gente falar em creche, pra gente falar em educação básica, ensino fundamental nós precisamos ter professores bem formados e ter professores bem pagos. Aí sua filha vai ficar orgulhosa, seus filhos vão ficar orgulhosos: ‘Olha, eu sou professora e sou reconhecida socialmente’. Por isso que eu farei da campanha pra pagamento de salário de professores uma das questões fundamentais do meu governo. Pagar bem ao professor é o grande desafio que nós temos nos próximos anos. Pra além de qualquer outra coisa a educação não irá pra frente se não remunerar professor.”  
(Debate 2º turno: DILMA, I. 47-55)

Nesse enunciado Dilma Rousseff se contradiz em relação ao que é dito no fragmento (13). Quando ouvimos esse pronunciamento imaginamos que a presidenciável não teria problemas se vencesse as eleições, pois a mesma afirma que apenas expandirá um projeto criado há oito anos e governará um país estável. Mas neste debate do 2º turno a presidenciável se contradiz dizendo que terá como prioridade e grande desafio a campanha para pagamento de salário de professor.

Dilma tem propósitos com suas afirmações, ela exalta o governo Lula porque precisa manter os adeptos na sua campanha e ao mesmo tempo ela precisa dizer que terá que fazer algo, dar soluções para alguns problemas e se diferenciar um pouco do então presidente para que ela não seja vista só como uma marionete de Lula e também está a fim de ampliar bases de apoio, garantindo novas fidelidades.

## **PRESSUPOSIÇÃO**

“A pressuposição é um ato, pois o que se pressupõe é o que os filósofos da linguagem, como Searle, chamam de uma “Proposição, (poder-se-ia também falar de “conteúdo”). O que se subentende, ao contrário, é um ato. Subentende-se ,afirma, coloca em questão, pergunta, ou mesmo pressupõe este ou aquele conteúdo. Mas esta distinção não pode ser considerada como uma oposição. (...) para mim, a pressuposição é parte integrante do sentido dos enunciados. “O subentendido, por sua vez, diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário”.  
(DUCROT, 1487, p. 41)

(20)

“Por isso eu acredito que nosso país tem **hoje** uma característica especial.”  
(Pronunciamento: DILMA, I.33-34)

O operador argumentativo “hoje” é um dos operadores que têm por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos. Nesse caso, o operador “hoje” faz com que o eleitor pressuponha que ele remete-se ao governo do Presidente Lula. A palavra “especial” difere este governo de qualquer outro governo. Subentende-se que os adversários não merecem o voto do eleitor. E como Dilma é a então candidata apoiada pelo atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva, ela deve em vários momentos elogiá-lo e afirmar que continuará seu trabalho como estratégia persuasiva para manter adeptos.

(21)

“O Brasil **hoje** tem uma visão, visão estratégica da educação” (Debate 1º turno: DILMA, I.8)

A então candidata engrandece o momento, engrandece Lula, pois Lula está presente em Dilma e ele engrandece sua campanha. Dessa forma, pressupõe-se que o Brasil antes do governo Lula não tinha uma visão estratégica da educação.

(22)

“O Brasil de **amanhã** vai ser reflexo do que é a educação **hoje**.” (Debate 2º turno: SERRA, I. 10-11)

O amanhã se refere ao futuro e o hoje refere-se ao presente. Temos uma relação de causa e efeito. Mas o problema é que não se tem uma garantia de um bom ou ruim futuro. O que existe é apenas uma probabilidade. Isso é apenas o conceito neoliberal de educação que ajuda-nos a incutir em nossas mentes a certeza de um bom futuro diferente do presente. Serra coloca-se como salvador do povo brasileiro, aquele que mudará nosso presente em função de um futuro.

## COMPARAÇÃO

(23)

“A Educação no meu governo, **como** foi no governo do presidente Lula, é **tudo para todos**.” (Pronunciamento: DILMA, l. 86-88)

De acordo com Koch (2008), há operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, com vistas a uma dada conclusão. Como é o caso do operador argumentativo “como”. Nesse enunciado a presidente Dilma Rousseff faz uma comparação do governo Lula com o seu governo, se ela for eleita. Essa comparação remete a uma conclusão: no governo do Presidente Lula “tudo para todos” e no governo de Dilma Rousseff, caso ela ganhe, será da mesma forma “tudo para todos”. Estando Lula apoiando sua candidatura e sendo um presidente com grande popularidade, nada melhor do que essa comparação usada como estratégia persuasiva. As pessoas imaginam que se Dilma ganhar as eleições Lula interferirá de alguma maneira no seu governo. Mas esta expressão “tudo para todos” é falaciosa, não diz nada.

(24)

“Uma educação em que o filho do pobre frequente uma escola **tão** boa **quanto** o filho do rico.”(Pronunciamento: SERRA, l. 43-44)

“**Tão... quanto**” é um dos operadores argumentativos que estabelece relações de comparação entre elementos com vistas a uma dada conclusão. Ao introduzir esse operador argumentativo em seu discurso o presidente José Serra declara o seu compromisso de dar uma educação de qualidade ao filho do pobre assim como tem o filho do rico.

Outra questão é que Serra deixa-nos inferir em seu discurso que a escola do rico (escola privada) que é de qualidade e a escola do pobre (escola pública) não é de qualidade. Isso é um discurso neoliberal, pois vê a qualidade da educação fora do contexto social. Esse é um discurso dominante, bem servido de poder.

De acordo com Gentili (2001, p.20):

As escolas privadas não são mais eficientes que as escolas públicas por causa de alguma qualidade inerente transcendental da natureza da iniciativa privada (o contrário valendo para a administração pública), mas porque um grupo privilegiado em termos de poder e recursos pode financiar privadamente uma forma privada de educação (...). As escolas públicas não estão no estado em que estão simplesmente porque gerenciam mal seus

recursos ou porque seus métodos ou currículos são inadequados. Elas não têm os recursos que deveriam ter porque a população a que servem está colocada numa posição subordinada em relação às relações de dominantes de poder.

(25)

“Saúde, educação e segurança são **como** três órgãos do corpo humano: **coração, fígado e intestino**. Ou seja, os três são indispensáveis pro organismo econômico-social brasileiro, são fundamentais” (Debate 1º turno: SERRA, I. 80-83)

O candidato José Serra compara saúde, educação e segurança com os três indispensáveis órgãos do corpo humano. Dessa forma, ele enfatiza que saúde, educação e segurança são indispensáveis para a sociedade, ou seja, indispensáveis para o organismo econômico-social brasileiro.

Ao fazer essa comparação Serra esquece que os órgãos do corpo humano funcionam em conjunto para o bem estar do ser humano, sem conflitos, contradições, desentendimentos, hierarquia. Mas a sociedade não funciona dessa forma. Há muitos conflitos, contradições, hierarquia. Essa é uma visão bastante ingênua em relação ao social.

(26)

“Agora, a saúde e a segurança têm a ver com a vida, enquanto a educação tem a ver com o futuro. E para mim são três grandes prioridades”. (Debate 1º turno: SERRA, I. 83-85)

Saúde, segurança e educação de qualidade têm a ver com o social, com qualidade de vida das pessoas. Mais uma vez temos um discurso neoliberal que nos faz acreditar num futuro diferente do presente indesejável.

## CONCLUSÕES CONTRÁRIAS

Como afirma Koch (2008), o esquema de funcionamento do MAS (o “operador argumentativo por excelência” segundo Ducrot) e de seus similares é o seguinte: o locutor introduz em seu discurso um *argumento possível* para uma conclusão R, logo em seguida, opõe-lhe um *argumento decisivo* para uma

conclusão contrária *não* – R ( $\sim$ R). **MAS** é um operador que contrapõe argumentos orientados para conclusões contrárias.

Como já foi mencionado na Metodologia, o “**mas**” possui um valor pragmático de retificação, por isso pode ser substituído por “**ao contrário**”. Dessa forma, ele permite uma descrição polifônica, pois há uma conclusão contrária para um enunciado anterior. Conforme Koch (2011, p. 138): A condição para que haja polifonia é, pois, que o locutor L seja diferente do enunciador L’: **o locutor L faz com que o outro personagem diga algo no interior do seu próprio discurso.**

(27)

“A gente tem que perceber que houve vários ganhos materiais no governo Lula, mas não sabemos que as pessoas além da televisão que puderam comprar, do carro, da casa (por conta do Minha Casa, Minha Vida). Isso é importante, sem dúvida, **mas** tem uma coisa que é muito importante e é isso que nós estamos fazendo aqui hoje, que é a educação.” (Pronunciamento: DILMA, I. 73-80)

A presidenciável Dilma Rousseff fala sobre o aumento do crédito gerado no governo Lula e através do operador “hoje” pressupomos que ela está preocupada com a educação diferentemente do então presidente Lula. Dilma também introduz o operador “mas” que traz uma retificação do enunciado anterior que por sua vez é uma declaração de outra pessoa. Nesse caso, temos a polifonia.

O aumento do crédito para a população no governo Lula gerou empregos, fez com que as pessoas pudessem possuir mais bens, aumentando a produção industrial e ajudou o país durante as crises internacionais. Certamente houve os pontos negativos como alta inflacionária, endividamento das pessoas. Mas Lula não deixou de atender à educação, pois desde 2002 (último ano do governo FHC) os recursos destinados à educação mais que triplicaram.

(28)

“(…) nós não podemos perder de vista que o nosso país pode ser uma das maiores economias do mundo, **mas** ele só vai ser uma grande sociedade e uma nação desenvolvida se nós soubermos aproveitar os 190 milhões e apostar na educação.” (Pronunciamento: DILMA, I. 90-93)

Há um reducionismo nessa afirmação de Dilma, pois apenas aproveitar os 190 milhões de brasileiros e apostar na educação não podemos predeterminar que teremos uma nação desenvolvida. Nesse caso, a então candidata traz a educação com uma função redentora em relação à sociedade. É preciso apostar em muito mais questões como: saúde, segurança, alimentação. O que quer dizer aproveitar os 190 milhões de brasileiros nesse enunciado? Isso não quer dizer nada.

(29)

“Eu ia para sentir a situação da escola. **Mas** eu vou dizer a vocês, eu ia também para me reencontrar comigo mesmo.” (Pronunciamento: SERRA, I. 9-10)

Serra faz questão de colocar em seu discurso que dava aula para sentir a situação da escola. Depois introduz o operador argumentativo “mas” a fim de colocar uma conclusão contrária afirmando que ia à escola realmente para se reencontrar com ele mesmo. Nesse caso, ele introduz outra voz em seu discurso processo que conhecemos como polifonia. Ele exalta o ambiente escolar, mostrando que vê na escola o lugar que nos constitui como sujeitos. Dessa forma, tenta chegar mais perto dos eleitores, principalmente aqueles que convivem no ambiente escolar. Ele apela para a subjetividade, para a emoção, envolvendo sutilmente os eleitores para conseguir seus interesses.

Gentili e Silva (2001, p. 17) afirmam:

(...) há uma nova economia do afeto e do sentimento, uma forma nova e muito mais sutil de envolvimento e engajamento dos sujeitos e das consciências que a crítica tradicional, baseada em noções racionalistas e instrumentais de poder e interesse, pode ser incapaz de perceber e contestar. Essa nova configuração da manipulação e administração das energias e dos investimentos afetivos, com finalidades políticas, está no âmago da dinâmica cultural e tem sido muito mais bem compreendida e utilizada pela direita do que pela esquerda.

(30)

“E tinha uma escola, um pré que eu fiz num colégio de padres que eu não vou dizer qual era. Embora, eu os ame até hoje. Que era ajoelhar no milho

cada vez que havia alguma bagunça. **Mas**, é por isso tudo, por isso tudo mesmo, que eu sempre lutei e luto pela educação dos milhões de filhos do Brasil.” (Pronunciamento: SERRA, I. 20-24)

Serra traz nesse enunciado uma concepção tradicional de educação na qual predomina a autoridade do professor, exigindo atitude receptiva do aluno e impede qualquer interação entre os alunos na sala de aula, pois eles devem dar toda atenção à aula que é transmitida pelo professor como verdade absoluta. Essa prática é utilizada atualmente em algumas escolas, principalmente nas escolas religiosas ou leigas.

Como afirma Luckesi (1993, p.56)

A atuação da escola tradicional consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade. O compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem à sociedade. O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos, desde que se esforcem. Assim, os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar o lugar junto aos mais capazes. Caso não consigam, devem procurar o ensino mais profissionalizante.

Ele tenta envolver e manipular os eleitores quando utiliza a palavra “amor” para descrever o seu sentimento pelos seus professores primários. Outra questão é a utilização da expressão “por tudo isso” que não diz nada, trata-se de um vazio manipulado discursivamente.

(31)

“Eu estou convencido de uma coisa: bons prédios, serviços bons de merenda, transporte escolar, atividades esportivas e culturais. Tudo isso é muito importante e deve ser muito aperfeiçoado, **mas** a condição fundamental é a melhora do aprendizado na sala de aula. Propósito, aliás, bem declarado por este governo, **mas** que praticamente nunca saiu do papel”. (Pronunciamento: SERRA, I. 31-36)

. Entendemos que o aprendizado na sala de aula é fundamental, mas ele é consequência dos outros bons serviços.

De acordo com Freire (2000, P. 22):

Se não apenas construímos mais salas de aula, mas também as mantemos bem-cuidadas, zeladas, limpas, alegres, bonitas, cedo ou tarde a própria

boniteza do espaço requer outra boniteza: a do ensino competente, a da alegria de aprender, a da imaginação criadora tendo liberdade de exercitar-se, a da aventura de criar.

Nesse enunciado ele desqualifica o adversário, desenhando seu caráter negativo. Esse é um dos componentes estruturais do discurso político. Como fora colocado na Fundamentação Teórica, os políticos tomam posições políticas, expressam suas opiniões, suas ideologias e as de seu partido e ao mesmo tempo atacam as opiniões dos outros políticos e as dos seus partidos através da argumentação.

### O POSSÍVEL COMO REGRA

(32)

“**Nós** governamos para 190 milhões de brasileiros. O meu compromisso é governar para esses 190 milhões de brasileiros. Educação, ciência e tecnologia para o jovem, para toda a juventude, para as crianças são algo que altera cada vez mais uma das questões mais importantes do **nosso** governo.” (Pronunciamento: DILMA, I. 1-5)

(33)

“Porque no meu governo será o meu compromisso estratégico a questão do professor. Porque no meu governo será o meu compromisso estratégico a questão da qualidade do ensino. E é estratégico está no centro dele o professor. E aí eu repito os três pontos principais: **1º ponto: salário digno** – é tudo o que exige um salário digno (plano de carreira, valorização); **2º ponto – formação continuada**. Todos os professores da creche a pós-graduação tem que ter obviamente. Principalmente o do ensino médio e da pré-escola e da creche tem que ter formação universitária” (Pronunciamento: DILMA, I.106-112)

(34)

“Por isso nesse dia esse compromisso é um compromisso de fé. É também que a área de educação, a área de ciência e tecnologia terão os recursos necessários para se desenvolver. Significa construir as 6 mil creches, significa que nós vamos dar estatuto de política de estado à questão da criança, à questão das creches. E não uma política anexa a algo que seja um adereço. Por isso, que é tão importante para o país fazer e ganhar essa

corrida de inovação. Sem ela, nós também não avançamos”  
(Pronunciamento: DILMA, I. 124-130)

(35)

“Eu estou convencido, meus amigos e minhas amigas, o **Brasil pode mais**”.  
(Pronunciamento: SERRA, I.57-58)

Uma das referências que é utilizada na análise de discurso político é o possível como regra. De acordo com Citelli (2004; p. 89), é preciso que o discurso traga a todo o momento a possibilidade de resolver alguns problemas, pois se o político não declara em seu discurso que tem a solução para determinados problemas, ele é visto como incompetente. “Seja em virtude de certa cultura política que aceita a promessa como motivo eleitoral, seja pelo segundo o qual o pacto de verdade com os cidadãos não rende votos, o fato é que saídas – algumas quase milagrosas – existem para todos os males que nos assolam”.

É praticamente impossível ver num discurso político o candidato falar que não poderá resolver problemas, ou que os resolverá em longo prazo. Pois não é isso que a população deseja ouvir, ou seja, deseja que ocorra.

(36)

“Emprego pra juventude que é castigada pela falta de oportunidade de subir na vida. O desemprego entre jovens está em torno de 20%, um em cada 5. E vamos fazer isso de forma descentralizada, silenciosa e eficaz, em parcerias com estados e municípios que garante uma vinculação entre as escolas técnicas e os mercados locais. Onde os empregos são, afinal de contas gerados.” (Pronunciamento: SERRA, I. 50-55)

(37)

“E na educação vamos enfatizar o ensino profissionalizante, 1 milhão de vagas a mais no ensino técnico e criar o PROTEC que será o ProUni do ensino técnico de nível médio”. (Debate 1º turno: SERRA, I. 95-98)

Esse discurso neoliberal de educação como comércio tem por objetivo fazer com que as escolas e universidades se voltem para as necessidades do mercado de trabalho (indústria e comércio). O problema é que através dessa

iniciativa o governo não está pensando nas necessidades das pessoas, mas nas necessidades das empresas.

Conforme Gentili e Silva (2001, p. 25):

(...) essa redefinição neoliberal da educação como treinamento também tende a acentuar as presentes divisões na medida em que os esquemas propostos serão aplicados sobretudo às crianças e jovens das classes subalternas. As classes com poder e recursos continuarão a lutar por pedagogias e currículos que garantam seu investimento em capital cultural e sua posição na estrutura econômica e social.

### CARÁTER DO ENUNCIADOR

De acordo com Citelli (2004; p. 88)

De um lado, pretende-se desenhar o caráter positivo de quem fala – seja um indivíduo, uma instituição, um partido, uma representação – e, de outro, desqualificar adversários. No interior desse arranjo, a situação e a oposição podem se revezar, afirmando o *Ethos* e o *antiethos*.

(38)

“Foi ,sobretudo, na construção do presente, mirando o futuro que nós demos um passo especial quando nós acabamos com o sucateamento na educação que havia neste país. Acabamos com uma oposição falsa que olhava a educação não de forma integrada, mas fragmentada e dizia: “Se a gente vai dar peso para o ensino básico, não podemos gastar dinheiro com o Ensino Superior e a pós-graduação”. Com isso, afetaram de morte a qualidade da educação porque os nossos professores não foram contemplados com a educação e formação continuada e afetaram também a inovação e a política científica **que** precisa de pesquisadores, precisa de recursos, precisa da formação nas Universidades Federais.”(Pronunciamento: DILMA, I. 10-20)

(39)

“Nessa eleição está em questão dois projetos para o Brasil. Esses dois projetos vão se decidir no dia 31 de outubro. De um lado, o projeto que nós conhecemos, e além do desemprego, além da desigualdade, além da estagnação fez várias coisas com a educação. Primeiro, havia na nossa constituição uma determinação de interiorizar as Universidades. Foi tirada

da nossa constituição por iniciativa do PSDB. Com isso foi paralisada a interiorização do ensino Federal público no nosso país. O ProUni que é uma das melhores iniciativas nossas, porque dá condições de famílias mais pobres chegarem à Universidade privada.”(Pronunciamento: DILMA, I. 34-43)

(40)

“O piso nacional de professores que aqui foi mencionado em São Paulo não foi necessário aplicar porque o piso lá era mais alto. Agora, ficou valendo pro Brasil, mas muitos estados e municípios não estão pagando nem o piso. Havia compromisso do Governo Federal de cobrir a diferença, não cobriu. Então, eu se for eleito presidente eu vou fazer com que o Governo Federal apóie todos esses Estados e Municípios pra poder pelo menos pagar o piso que existe e ampliarem o volume de professores”. (Debate 2º turno: SERRA, I. 77-85)

Dilma fala sobre os pontos positivos do governo Lula, pois isso enaltece a sua campanha. E ao mesmo tempo desqualifica o adversário. Ela fala sobre a visão fragmentada e da falta de investimento do PSDB em relação á educação.

O presidenciável José Serra critica o pagamento do piso salarial. Desqualificando o governo Lula, Serra desqualifica a sua rival Dilma Rousseff. Além de desqualificar o adversário, ele desenha o seu caráter positivo. Isso é algo inerente ao discurso político que traz a possibilidade que o candidato tem para resolver os problemas que não foram resolvidos por outros governos.

Serra introduz uma pressuposição quando diz que o no Estado de São Paulo não foi preciso aplicar o piso, pois já era pago antes da votação. Pressupõe-se que isso ocorreu porque Serra era o atual governador do estado de São Paulo. Subentende-se que se ele ganhar ele pagará o piso aos demais Estados.

(41)

“Você está na Bahia, é um estado governado pelo PT, um partido do Governo Federal nem assim fez-se milagres na educação. Por quê? Porque tem que fazer um trabalho muito grande que vá além do discurso e da boa intenção. Tem que ser uma coisa que na prática funcione”. (Debate 2º turno: SERRA, I. 85-89)

Serra desqualifica o adversário dizendo que a educação não poderia estar tão ruim no Estado da Bahia, pois é um Estado governado pelo PT, um partido do Governo Federal. Pressupõe-se que se ele for eleito ele dará mais oportunidades para os estados governados pelo PSDB. Subentende-se, então, que ele não será um bom presidente, não merece o voto do eleitor. Portanto, temos uma contradição do candidato, pois ele afirma no fragmento (40) que se for eleito apoiará todos os estados e municípios que não puderem pagar o piso.

### **O TOM APELATIVO**

Como afirma Citelli (2004,p.90),

Junto com os argumentos marcados pela racionalidade, os apelos emocionais podem acompanhar o discurso político. Frases, expressões com carga afetiva, são evocadas para criar uma espécie de cumplicidade entre enunciadores e destinatários.

(42)

“Eu, há uma semana estive na periferia de Brasília em Taguatinga, lá morava uma moça que era filha do senhor que ganhava R\$ 1.200,00. Verão ela ao vivo e a cores, pois ela está no meu programa. Ela passou no ENEM e foi selecionada não como ela disse pra mim: “Por uma faculdade qualquer, mas por uma das melhores faculdades de medicina ali do entorno de Brasília. E a mensalidade era R\$ 3.300,00 e a família ganhava R\$1.200,00. Nunca que ela poderia ter cursado uma escola de medicina, jamais. E o presidente Lula deu essa oportunidade para ela. E a família entrou numa verdadeira festa. E ela disse pra mim duas coisas que eu acho que é fundamental: ‘Eu ganhei a realização do meu sonho de ser médica, coisa que eu jamais imaginei que eu poderia ser sem o ProUni. “Segundo, eu ganhei respeito e dignidade’.” (Pronunciamento: DILMA, I. 45-58)

Os candidatos usam o tema da desigualdade social do Brasil para prestigiarem-se com alguns projetos criados a favor da população de baixa renda. A então presidenciável faz ainda questão de mencionar duas vezes a renda familiar da jovem que conseguiu o ProUni e o valor do curso que ela nunca poderia pagar devido a renda muito baixa. Mas sabemos que a população está tendo apenas o direito que lhe assiste que é estudar.

A então candidata utiliza o discurso de uma aluna bolsista do ProUni para falar sobre aquilo que muitos brasileiros gostariam de ter: a oportunidade de estudar. Esse enunciado tem um tom apelativo, pois mexe com a emoção de muitos brasileiros que sonham em fazer um curso superior, mas que não tem oportunidade em um país onde a renda é muito mal distribuída.

(43)

“Aí eu digo a coisa mais bonita. Foi um pai que disse pra mim: “Quem nasce pobre agora não precisa morrer mais pobre”. Não há nenhuma lei que fale que as pessoas não podem melhorar de vida”. (Pronunciamento: DILMA, I. 73-75)

Dilma apela para a figura paterna, pois no Brasil as figuras maternas e paternas são sagradas. Pois os pais são vistos como aqueles que sempre querem o melhor para seus filhos, lutam pelos direitos dos seus filhos, pela educação deles. O pai percebe que o determinismo que era causado pela desigualdade social está sofrendo mudanças. Alguns programas do então governo estão dando essa oportunidade aos brasileiros da classe popular, diminuindo a desigualdade social. E a presidenciável Dilma Rousseff usa isso como estratégia persuasiva.

(44)

“Eu vejo cada criança na escola, menino que eu fui cheio de esperanças, o peito cheio de crenças no futuro. Quando prefeito e depois governador, eu passei anos indo às escolas para dar aula. Aula de verdade, eu nunca levei imprensa. Mas uma, duas vezes um jornalista foi comigo, sem tirar fotografia, sem falar nada, sem fazer reportagem, para assistir aula. E eles mesmos disseram: ‘Pô, você dá aula de verdade. Até dando bronca, mudando criança do lugar, etc’. Pra criançada do 4ª série. Eu dava gráficos e tabelas. Fazia testes de matemática, aritmética e de português. Eu ia pra sentir a situação da escola, mas eu vou dizer a vocês, eu ia pra me reencontrar comigo mesmo. Sabe por quê? Porque tudo o que eu sou eu aprendi em duas escolas: A escola pública e a escola da vida pública”.(Pronunciamento: SERRA, I. 1-12)

Ele se compara a todo o momento com a classe popular brasileira. Ele se compara com o professor, uma das profissões menos privilegiadas da população brasileira atualmente. Identificar-se com a classe popular brasileira dizendo que

passou por dificuldades, sofrimentos, alegrias é algo muito importante para ser usado como estratégia persuasiva.

Se o então candidato realmente dava aula, ele tinha um forte objetivo, pois, do contrário, ele não falaria sobre esse assunto durante a campanha eleitoral. O que ele realmente gostaria era que essa atitude fosse divulgada, levada a público.

(45)

“Eu, com freqüência, uso senha de computador baseadas no nome de minhas professoras do curso primário. Sabiam disso? É impossível quando você escreve a senha, você não se lembrar de uma delas, não é? Da fisionomia, da sua voz, do seu esforço, das broncas e até puxão de orelhas.” (Pronunciamento: SERRA, I. 13-17)

Mais uma vez o candidato à presidência José Serra apela para a emoção, comentando sobre a importância das suas ex-professoras. O candidato traz os professores e as professoras do Brasil para mais perto dele, criando uma cumplicidade entre ele e os professores.

(46)

“No país que eu sonho para os meus netos. Que aqui está minha mulher. Mas os seres que mais me preenchem no mundo são meus netos, são irresistíveis. Quando eu penso mais adiante, eu penso neles. Como é que vai está o mundo da Gabi? Como é que ela vai ser com 30, 40 anos. Eu quando penso nesse mundo deles eu penso que o melhor caminho para o sucesso e a prosperidade será a matrícula numa boa escola e não a carteirinha de um partido político.” (Pronunciamento: SERRA, I.24-131)

Serra apresenta-se como pai, avó, marido. Mostra ao povo brasileiro que faz parte de uma família tradicional, baseada no amor. Depois ele, mais uma vez, relaciona a qualidade da educação com um futuro melhor. Mas sabemos que a matrícula em uma escola de qualidade não dará a certeza de que as crianças terão um bom futuro, isso é apenas uma possibilidade. Mais uma vez ele desqualifica a política, criticando o partido político. Ele faz isso com o objetivo de criticar o PT.

(47)

“O que me move não é um projeto pessoal. O que me move é a realização do sonho de milhões e milhões de brasileiros e de brasileiras que vem participando dessa obra, que vão me ajudar a fazer o Brasil seguir em frente”. (Debate 1º turno: DILMA, I. 35-38)

Nesse enunciado temos o apelo emocional da presidenciável Dilma Rousseff que afirma não estar candidata à presidência da República por um projeto pessoal, mas pela realização do sonho de milhões e milhões de brasileiros que espera a continuidade da obra iniciada pelo então presidente Lula. A presidenciável é bastante solidária ao povo brasileiro, pois ela está passando por toda a campanha eleitoral cheia de altos e baixos, de disputas acirradas apenas pelo povo brasileiro. Nesse caso é alguém que apenas representa os anseios do povo brasileiro.

O tom do discurso se torna ainda mais apelativo, com uma grande carga emocional, no momento em que Dilma declara que os milhões de brasileiros a ajudarão a fazer com que o Brasil siga em frente. Incluindo os brasileiros em seu projeto, ela constrói uma cumplicidade com eles.

(48)

“Eu tive uma experiência, porque eu sou professor. A vida inteira dando aula. E quando Prefeito e quando Governador eu ia dar aula na 4º série do ensino fundamental. Dar aula! Com começo, meio e fim. Sobre um tema: gráficos, tabelas, como fazer, tal. Aproveitava pra testar conhecimento de português e conhecimento de aritmética, de matemática, E eu vi com muita clareza aquilo que meus assessores, secretária diziam: “A questão fundamental, hoje, está na sala de aula”. E a sala de aula depende muito da qualificação e do treinamento de professores. Claro que passa pela remuneração, passa também pelo incentivo material, passa pelo estímulo, passa pela formação, passa por uma reciclagem permanente pra ter qualidade na aula. Do contrário a coisa não anda. Agora, a remuneração é fundamental”. (Debate 2º turno: SERRA, I. 56-77)

Além dos apelos emocionais analisamos também uma contradição do presidenciável, pois ele diz primeiramente que a questão fundamental está na sala de aula. Depois ele conclui o enunciado dizendo que a remuneração é fundamental.

(49)

“E a minha preocupação não é uma questão eleitoral, política, de cobrar disso, daquilo, minha preocupação é com o Brasil, com as nossas crianças, com o nosso futuro” (Debate 2º turno: SERRA, I. 89-91)

Serra afirma não ter objetivos pessoais em sua campanha, pois se diz preocupado com o país, com as crianças e com o futuro. Essa é uma estratégia persuasiva na qual o candidato cria uma imagem de bom homem, dedicado ao país.

Ao fazer a análise crítica dos discursos dos então presidentiáveis José Serra e Dilma Rousseff sobre a educação brasileira, percebemos que no primeiro turno a disputa foi mais acirrada. Os então candidatos excederam as agressões, houve até mesmo ofensas pessoais. Na tentativa de denegrir a imagem do outro, os então candidatos esqueceram algumas vezes de expor suas propostas, tirando a chance dos brasileiros de confrontar as ideias de cada um deles. Apesar ter havido cinco candidatos nessa campanha percebemos através das análises que Dilma e Serra sempre se remetiam um ao outro. Já na campanha para o segundo turno, os então candidatos se mostraram mais passivos, pois se preocuparam principalmente em expor suas propostas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a análise, percebemos que os discursos eram bem contextualizados, persuasivos e até manipuladores. Os então candidatos sabiam o que os eleitores desejavam ouvir, pois o discurso político tem por objetivo atender às necessidades e interesses dos eleitores para poder controlar suas mentes, que por sua vez, controlam as suas ações.

Dilma Rousseff e José Serra apresentaram os grandes movimentos estratégicos do discurso político: a **divulgação**, **adeptos** e as **justificativas**. Eles divulgaram e justificaram suas propostas e ações, desqualificando o adversário e exaltando a si mesmos. Dessa forma, eles conseguiram manter e ampliar o número de adeptos.

Foi nosso objetivo analisar os efeitos ideológicos dos discursos e também a legitimação do poder, ou seja, o abuso do poder, da dominação inseridos nos discursos. Os operadores argumentativos foram introduzidos diversas vezes nesses discursos políticos para mostrar a força argumentativa dos enunciados e em que direção eles apontam. Analisamos os enunciados e seus operadores argumentativos para identificar a ideologia partidária dos então candidatos.

Temos candidatos inteligentes, com discursos inteligentes interagindo com o real com um alto grau de poder e de persuasão. Mas como foi colocado na fundamentação (p.50): Para a ACD a linguagem não detém o poder por si mesmo, a ideologia é responsável pela criação e pela manutenção do poder no discurso.

Nossa análise preocupou-se com a forma como esse poder é exercido, manifestado, ou legitimado pelos discursos políticos em um determinado contexto social. Como já foi mencionado, os políticos fazem uso especial da mídia, pois podem pronunciarem-se nos horários nobres. Dessa forma, percebemos o poder que ele exerce sobre a sociedade, pois discursar na mídia é algo para os mais poderosos.

As relações de poder manifestaram-se durante a interação entre os políticos e os eleitores. O grupo 1 (políticos) têm poder sobre o grupo 2 (eleitores). As ações dos políticos exercem um controle sobre as ações dos eleitores. Isto é, controlam-se primeiramente a mente dos eleitores que por sua vez controlam suas ações.

Em outras palavras, o poder social é geralmente indireto e age por meio da “mente” das pessoas, por exemplo, controlando as necessárias informações ou opiniões de que precisam para planejar ou executar suas ações. (DIJK, p. 41-42)

É importante mencionar que as pessoas têm reações diferentes ao poder inserido nos discursos políticos. Elas podem e resistem à tentativa de controle de suas mentes. Outras se deixam controlar pelos discursos persuasivos, nesse caso, os discursos políticos.

No caso da candidata Dilma Rousseff a mesma utiliza como estratégia persuasiva o bom caráter do atual Presidente Lula. Ela fez questão de enfatizar bastante sua adesão ao presidente Lula e de afirmar que dará continuidade ao seu trabalho. E fez isso porque sabia da sua popularidade, da grande aprovação que teve seu governo.

Já o presidenciável José Serra por ser da oposição ao governo coloca em evidência seu trabalho como ministro da saúde no estado de São Paulo e também como Prefeito, colocando sua posição, suas opiniões, seus valores. José Serra não pode mencionar o nome do ex- presidente Fernando Henrique, pois essa menção minimizá-lo-ia devido a pouca popularidade do ex-presidente.

Os então candidatos utilizam os apelos emocionais para chegar mais perto da população. Encontramos diversas expressões com carga afetiva nos discursos dos presidenciáveis. Mas os discursos proferidos por Serra apresentaram muito mais expressões com carga afetiva do que os discursos proferidos por Dilma Rousseff. Isso implica dizer que Serra apostou bastante na sua cumplicidade com os eleitores. A questão é que a esquerda neoliberal tem utilizado e compreendido melhor essa manipulação através do afeto. Como foi mencionado nas análises:

(...) há uma nova economia do afeto e do sentimento, uma forma nova e muito mais sutil de envolvimento e engajamento dos sujeitos e das consciências que a crítica tradicional, baseada em noções racionalistas e instrumentais de poder e interesse, pode ser incapaz de perceber, captar, penetrar e contestar. Essa nova configuração da manipulação e administração das energias e dos investimentos afetivos, com finalidades políticas, está no âmago da dinâmica cultural e tem sido muito mais bem compreendida e utilizada pela direita que pela esquerda.(GENTILLI; SILVA: 2001, p.17)

Analisando a polifonia presente nos discursos, vimos a mesma bastante evidente no discurso político. Cada candidato não fala por si só, eles inserem sua subjetividade em seus discursos ,mas também inserem os valores, as crenças, as pretensões dos partidos aos quais estão filiados e dos empresários que patrocinam suas campanhas. Encontramos a outra voz no discurso dos então presidentiáveis no momento em que eles introduzem o operador argumentativo “mas”, a fim de negar o que foi dito por outro locutor.

Os então presidentiáveis tomam posições diferentes em relação à educação. José Serra tem uma visão fragmentada da educação e traz em seu discurso um conceito neoliberal. A educação apresenta-se como tendo um papel estratégico nessa proposta. Os neoliberais desejam intervir na educação com o objetivo de servir às necessidades empresariais e industriais.

Como afirma Gentili (2001, p. 12),

Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal.

Já a então presidentiável Dilma Rousseff traz em seus discursos uma visão mais geral da educação. Pois ela apresenta propostas para a educação escolar da pré-escola a Pós-graduação. A então candidata tem um discurso mais próximo do real do que o discurso do então candidato José Serra. Porém, os argumentos e as propostas que ela apresenta são do senso comum. Quem não sabe que o professor precisa de salário digno, formação adequada, diálogo e respeito para ser valorizado?

Tanto Dilma quanto Serra trazem em seus discursos conceitos, propostas muito vagos em relação à educação. Pois são discursos produzidos para um determinado momento nos quais estão inseridos interesses, previsões e expectativas. São discursos que apenas representam os sonhos, os desejos de um povo. Os políticos são personagens que trabalham tudo isso de forma sutil e precisa, sem nenhum objetivo de expor a realidade.

Preocupamo-nos com os discursos políticos em relação à educação, pois a educação é um dos pontos principais para o desenvolvimento do país e que ainda precisa ser vista de maneira bastante séria. Pois de acordo com Luckesi (1993, p. 30-31):

“A educação é um típico “quer-fazer”, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida. A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo, ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos. A sociedade dentro da qual ela está deve possuir alguns valores norteadores de sua prática.”

Este trabalho pretendeu mostrar o que há inteligentes discursos, tentando mostrar ao povo que conhece a realidade da educação do nosso país. Discursos muito bonitos, cheios de afeto, de bondade e com diversas vozes. Mas, não podemos esquecer que são discursos baseados em interesses de um determinado grupo.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos do Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 2. Ed. São Paulo: Unicamp, 2004.

CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. 16. ed. São Paulo: Ática, 2004.

COURTINE, j. j. Definition d'orientations Théoriques et Construction de Procédures en Analyse du Discours: Philosophiques, vol. 9, número 2, 1982.

DIJK, Teuna A. van. Discurso e poder. São Paulo: Contexto, 2008.

DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. São Paulo: Pontes, 1987.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman.; WODAK, R. Critical Discourse Analysis. In: Van Dijk, T. A. (ed). Discourse studies. A multidisciplinary introduction: vol. 2. Discourse as social interaction. London: Sage, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, 2008 (reimpresso).

\_\_\_\_\_. Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis. *Journal of Pragmatics*, 9, 1985.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19. Ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FRAZÃO, Thereza Jardim. Sistema de Cotas e discurso da imprensa; o que é publicado e a reação da opinião pública. Recife: FCAP Books, 2007.

FREIRE, P. A educação na cidade; prefácio de Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres; notas de Vicente Chel. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADET, Françoise. Prefácio. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani et. al. Campinas, São Paulo, 1993.

GENTILLI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu. Neoliberalismo, qualidade total e educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. The functional basis of language. In: BERNSTEIN, B. (ed) *Class, codes and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1973.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Argumentação e Linguagem. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. A interação pela linguagem. 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KRESS, Gunther; THREADGOLD, T. Towards a social theory of genre. *Southern Review*, 1988.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1993.

MAX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Ciências Humanas, 1977.

MUSSALIM, Fernanda.; BENTES, Anna Christina. Introdução à lingüística 2 – domínios e fronteiras. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ORLANDI, Eni P. Análise do discurso – princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2002.

OSAKABÉ, H. Argumentação e Discurso Político. São Paulo: Kairós, 1979.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. As grandes teorias da Linguística: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (org.). Por uma Análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. Analyse Du Discours, Langue ET Idéologie. Paris: Languages, 1975.

PENNYCOOK, Alastair. Incommensurable Discourses? Applied Linguistics, 1994.

PEREIRA, M. G. D.; BASTOS, C. R. P.; PEREIRA, T. C. Discursos socioculturais em interação: interfaces entre a narrativa , a conversação e a argumentação: navegando nos textos da escola, saúde, empresa, mídia, política e migração. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

REVISTA Istoé. São Paulo: Três, novembro, ano 34, n. 21 e 38, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil: (1930/1973). 36.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, S. M. Harris. O discurso e a questão da forma: controvérsias e perspectivas. In: Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ANEXOS

<p>5</p> <p>10</p> <p>15</p> <p>20</p> <p>25</p> <p>30</p> <p>35</p> <p>40</p> <p>45</p>	<p>DISCURSO DILMA NO DIA DO PROFESSOR (15 de outubro)- parte 02</p> <p>Nós governamos para 190 milhões de brasileiros. O meu compromisso é governar para esses 190 milhões de brasileiros. Educação, ciência e tecnologia para o jovem, para toda a juventude, para as crianças é algo que altera cada vez uma das questões mais importantes do nosso governo. Educação de qualidade é o próximo grande passo para que o país elimine a desigualdade social, assegure oportunidades iguais. Isso significa que nós já entramos no caminho para fazer com que esse país inclua homens e mulheres, melhore a vida das pessoas. Sabemos qual foi: bolsa família, aumento do salário mínimo, o crédito para toda a população. Foi sobretudo na construção do presente, mirando o futuro que nós demos um passo especial quando nós acabamos com o sucateamento da educação que havia nesse país. Acabamos com uma oposição falsa que olhava a educação não de forma integrada, mas fragmentada e dizia: “se a gente vai dar peso para o ensino básico não podemos gastar dinheiro com o ensino superior e a pós-graduação”. Com isso, afetaram de morte a qualidade da educação porque os nossos professores não foram contemplados com educação e formação continuada e afetaram também a inovação e a política científica e tecnológica que precisa de pesquisadores, precisa de recursos, precisa da formação nas Universidades Federais. Porque, infelizmente, o nosso país não tem uma tradição de investimento privado em ciências e tecnologia como tem outros países. Daí porque o Estado Nacional tem que dar conta desse... Por isso que as instituições de ensino federais devem ser valorizadas. Tanto por causa de que nós precisamos de professores, precisamos valorizá-los com formação e com salário decente. E aí ficar falando só em qualidade da educação nada adianta sem que você crie as condições para que socialmente se valorize o professor. E uma dessas questões é o salário decente, é plano de carreira, é ter em relação ao professor política de formação continuada. E uma outra questão que é fundamental, porque nenhum ser humano se move sem incentivo: é respeito e diálogo. Porque nenhum ser humano se move sem incentivo. E não o cassetete, e não o rompimento do diálogo. Porque o diálogo é a prova de que em todas as áreas a democracia está viva. Por isso eu acredito que o nosso país tem hoje uma característica especial. Nessa eleição está em questão dois projetos para o Brasil. (...) Esses dois projetos vão se decidir no dia 31 de outubro. De um lado, o projeto que nós conhecemos, e além de desemprego, além de desigualdade, além da estagnação fez várias coisas com a educação. Primeiro, havia na nossa constituição uma determinação de interiorizar as universidades. Foi tirada da nossa constituição por iniciativa do PSDB. Com isso, foi paralisada a interiorização de ensino federal público no nosso país. O PROUNI que é uma das melhores iniciativas nossas, porque dá condições de famílias mais pobres chegarem à Universidade privada. Nós sabemos que o PROUNI é um dos programas de grande inclusão social. O depoimento dessa Rosane, bolsista do PROUNI, é um depoimento muito comovente. Eu, há uma semana atrás estive na periferia de Brasília em Taguatinga, lá morava uma moça que era filha de um senhor que ganhava R\$1.200,00. Verão ela ao vivo e à cores,</p>
--	--

50	pois ela está no meu programa. Ela passou no ENEM e foi selecionada pelo PROUNI. Ela foi selecionada não como ela disse pra mim: “Por uma faculdade qualquer, mas por uma das melhores faculdades de medicina ali do entorno de Brasília. E a mensalidade era R\$ 3.300,00 e a família ganhava R\$ 1.200,00. Nunca que ela poderia ter cursado uma escola de medicina, jamais. E o presidente Lula deu essa oportunidade pra ela. E aí a família entro numa verdadeira festa. E aí ela disse, pra mim. Duas coisas
55	que eu acho que é fundamental: “Quando eu passei ganhei duas coisas: eu ganhei a realização do meu sonho de ser médica, coisa que eu jamais imaginei que eu poderia ser sem o PROUNI. Segundo, eu ganhei respeito e dignidade”. E na discussão nós chegamos à conclusão, eu tenho certeza que a Rosane acha isso também. Ela ganhou também uma outra coisa, a
60	consciência de que seu país não era feito contra ela mais, mas era feito a favor dela. Não era feito de costas para ela, mas era feito a favor dela. E isso é fundamental no país, que ele seja feito a favor das pessoas e não a despeito das pessoas, sem levar em consideração as pessoas. Então, quando a gente olhar dia 31, vão estar dois projetos: esse projeto que nós
65	criamos a oito anos atrás e que vou expandir. Porque pra mim sobrou a melhor parte. Vejam vocês a sorte que eu dei, uma enorme sorte porque está construído um alicerce. Nesse alicerce está construído um país
70	estável, um país que já tirou da miséria 3 milhões de pessoas. Três, eu acho que dá dois Chiles e meio, mais ou menos. Dois Chiles e meio nós tiramos da miséria. Mais ou menos falta tirar do Brasil 21 milhões e meio. A nossa meta sem a menor dúvida tem de ser não perder um dia sem
75	querer tirar os outros 21 milhões da miséria. Elevá-los significa melhorar a vida de todo mundo. Aí eu digo a coisa mais bonita. Foi um pai que disse pra mim: “Quem nasce pobre agora não precisa morrer mais pobre”. Não há nenhuma lei que fale que as pessoas não podem melhorar de vida. A
80	gente tem que perceber que houve vários ganhos materiais no governo do presidente Lula, mas nós sabemos que as pessoas além da televisão, que puderam comprar, do carro, da casa por conta do Minha Casa, Minha Vida. Isso é importante, sem dúvida. Mas tem uma coisa que é muito importante e é isso que nós estamos fazendo aqui hoje, que é a educação. A
85	educação é o valor imaterial que garante que cada brasileiro e cada brasileira terão oportunidades e a gente cada vez mais quer que seja oportunidades iguais de sair da posição em que estão. E cada um melhorar e cada um subir de vida mesmo. E é isso que nós queremos. Por que também não dizer daquela mãe, ela disse pra mim: “A educação é
90	tudo, com educação eu consigo as outras coisas”. A educação no meu governo como foi no governo do presidente Lula é tudo para todos. As pessoas cantam: Olé, OLÊ, OLÊ, OLÁ! Dilma, Dilma! Eu queria dizer uma coisa para vocês que eu considero muito importante na educação. Que é o seguinte, nós não podemos perder de vista que o nosso país pode ser uma das maiores economias do mundo, mas ele só vai ser uma grande
95	sociedade e uma não desenvolvida se nós soubermos aproveitar os 190 milhões e apostar na educação, mas também na ciência e tecnologia. O Brasil do futuro precisa de cientistas, tecnólogos, profissionais de ensino técnico. Saídos tanto do ensino médio, quanto das universidades, do pós-graduação., das instituições federais de ciências e tecnologia. Sem isso nós não vamos criar os empregos de qualidade no Brasil. (...) Mas eu vou

100	fechar hoje fazendo homenagem ao Dia do Professor. Porque o professore é a coisa que unifica. Tanto unifica os jovens aqui, como unifica uma política de ciência, tecnologia e inovação ou a política da educação propriamente dita. Uma aposentada. A nossa aposentada também se sente unificada com a política de qualidade na educação. A Manuela também tá unificada, né Manuela? Até porque a Manuela é uma guerreira da juventude formada lá na ... Bom, mas eu volto a falar na questão do professor. Porque no meu governo será o meu compromisso estratégico a questão da qualidade do ensino. E é estratégico ta no centro dele o professor. E aí eu repito os três pontos principais: 1° ponto- salário digno e tudo o que exige um salário digno (plano de carreira. Valorização); 2° ponto – formação continuada. Todos os professores da creche ao pós-graduação tem de ter obviamente. Principalmente o do ensino médio e da pré-escola e da creche tem que ter formação universitária. E não podem fazer como fazem aqui em São Paulo. Aqui tem as três maiores e entre também as três melhores faculdades, universidades do Brasil. A UNICAMP, a USP e a UNESP. As três maiores. Então, como é que acontece isso que Mercadante estava falando que dos 216 mil professores, 100 mil, perto de 100 mil não têm concurso. São temporários, estão numa situação de fragilidade. E aí eles fazem os exames que dizem que os professores não fazem. Mas eles formaram os professores, eles deram oportunidade aos professores tendo três escolas de qualidade para serem formados. Por isso é que o meu compromisso com o professor é um compromisso sólido e fundamental. Central no meu programa. É aquele compromisso que tem por objetivo assegurar que o Brasil dê um salto para frente. Por isso nesse dia esse compromisso é um compromisso de fé. É também que a área de educação, a área de ciência e tecnologia terão recursos necessários para se desenvolver. Significa construir as 6 mil creches , significa que nós vamos dar estatuto de política de estado à questão da criança, á questão das creches. E não uma política anexa ou algo que seja um adereço. Por isso, que é tão importante para o país fazer e ganhar essa corrida de inovação. Sem ela, nós também não avançamos. E eu concludo dizendo que tudo isso é para que a juventude desse país e as crianças desse país, que é por onde se mede um país, tenham direito a uma veda com todas as suas possibilidades e potenciais realizados. Um abraço para vocês. E vamos pra vitória no dia 31.
105	
110	
115	
120	
125	
130	
135	

José Serra 4-5 \_\_ Fala sobre educação e saúde no Brasil pode mais. Wmv.

Pronunciamento

José Serra

Vídeo: 4/5

Data: 10 de Abril de 2010

WWW. Canaldaqui.com.br

Sobre educação e saúde concluiu que “O Brasil pode mais”.

5 Eu vejo cada criança na escola, menino que eu fui. Cheio de esperanças, o peito cheio de crença no futuro. Quando prefeito e depois governador eu passei anos indo às escolas para dar aula. Aula de verdade, eu nunca levei imprensa. Mas uma, duas vezes, um jornalista foi comigo. Sem tirar fotografia, sem falar nada, sem fazer reportagem, para assistir aula. E eles mesmos disseram: “Pô, você dar aula de verdade. Até dando bronca, mudando criança de lugar, etc”. Pra criançada da 4° série.

10 Eu dava gráficos e tabelas, fazia testes de matemática, aritmética e de português. Eu ia para sentir a situação da escola. Mas eu vou dizer a vocês, eu ia também para me reencontrar comigo mesmo. (palmas). Sabe por quê? Porque tudo o que eu sou eu aprendi em duas escolas: a escola pública e a escola da vida pública. (palmas). Aliás, eu vou contar uma coisa a vocês que é perigosa nesse mundo de rackers. Eu com frequência uso senha de computador baseadas no nome de minhas professoras do curso primário. Sabiam disso? É impossível quando você escreve a senha, você não lembrar de uma delas, não é? Da fisionomia, da sua voz, do seu esforço, das broncas e até do puxão de orelhas. Porque devo dizer naquela época puxão de orelhas era considerado pedagogia de 1° classe.

15 Depois acabou isso aí, eu sempre dizia para os meus filhos: vocês não sabem como é que é, é na orelha. E tinha uma escola, um pré que eu fiz num colégio de padres que eu não vou dizer qual era, embora eu os ame até hoje. Que era ajoelhar no milho cada vez que fazia alguma bagunça. Mas é por isso tudo, por isso tudo mesmo que eu sempre lutei e luto tanto pela educação dos milhões de filhos do Brasil. (palmas). No país que eu sonho para os meus netos, que aqui tá minha, minha mulher. Mas os seres que mais me preenchem no mundo hoje são meus netos. São irresistíveis. Quando eu penso mais adiante eu penso neles. Como é que vai tá o mundo da Gabi? Como é que ela vai ser com 30, 40 anos. Eu quando penso nesse mundo deles eu penso que o melhor caminho para o sucesso e a prosperidade será a matrícula numa boa escola e não a carteirinha de um partido político. (palmas). Eu estou convencido de uma coisa: bons prédios, serviços bons de merenda,, transporte escolar, atividades esportivas e culturais. Tudo isso é muito importante e deve ser muito aperfeiçoado, mas a condição fundamental é a melhoria do

20 aprendizado na sala de aula. (palmas). Propósito, aliás, bem declarado pô este governo, mas que praticamente nunca saiu do papel. Nós temos que valorizar e preparar bastante, incessantemente os nossos professores e professoras. (palmas). Serão necessários mais recursos? Serão necessários mais recursos. Nós vamos pensar no custo que representa

25

30

35

40  45  50  55	<p>para o Brasil não ter essa nova educação. Nós temos que correr todos os sacrifícios inclusive conseguindo mais recursos. Utilização melhor dos recursos existentes para ter essa nova educação. O aprendizado na escola, a qualidade do ensino. Uma educação em que o filho do pobre freqüente uma escola tão boa quanto o filho do rico. Este é meu compromisso. (palmas). E nós temos que prestar a atenção no retrocesso grave dos últimos anos. É a estagnação da escolaridade, o percentual dos adolescentes que vai à escola praticamente estacionou nos últimos anos. Para essa faixa de idade embora não exclusivamente para ela, nós vamos turbinar o ensino técnico e o ensino profissional. Aqueles que viram emprego. Emprego para a juventude que é castigada pela falta de oportunidade de subir na vida. O desemprego entre jovens está em torno de 20% no Brasil, 20%, um em cada 5. E vamos fazer isso de forma descentralizada, silenciosa e eficaz, em parcerias com estados e municípios que garante uma vinculação entre as escolas técnicas e os mercados locais. Onde os empregos são, afinal de contas gerados. Um ensino de qualidade de custos moderados que nos permitirá por 2 ou por 3 os alunos no país inteiro no período de governo. Eu estou convencido meus amigos, o Brasil pode mais.</p>
----------------------------------	--

<http://dilmanaweb.com.br> 05/08/2010

Debate na Band: Dilma fala sobre educação.

5 O governo sempre tem de atender simultaneamente e priorizar todos aqueles temas que afetam diretamente a população. Saúde, segurança e educação são os três pilares da política pública no Brasil. A questão da educação dando prioridade à dois problemas: a qualidade do ensino. Para a qualidade do ensino a gente de enfrentar um problema sério, que é o problema do professor. Temos de pagar bem ao professor e temos também de dar ao professor a oportunidade de uma formação continuada. O Brasil hoje tem uma visão, visão estratégica da educação. Da creche ao pós-graduação. É uma questão ética, mas também tem de ser uma questão financeira e de governo. Tem de haver o comprometimento do governo ganho como nós tivemos. E acho também que o Brasil pode sim virar uma potência desenvolvida. Essa questão de igualdade de oportunidades, ela é crucial. E ela começa na creche. Porque ta provado que a criança bem tratada com estímulo chega ao 1º ano com melhores condições. Por isso faremos 6.000 creches é essa a proposta.(...) Nos últimos anos eu tive a honra de coordenar a equipe de ministros do 'Presidente Lula. E quero dizer a vocês que essa foi a experiência mais vigorosa e importante da minha vida. Primeiro, porque conviver com a generosidade e a inteligência do Presidente Lula me deu uma experiência única e foi também a realização do sonho de muitas gerações. Segundo, porque nós quebramos todas as barreiras que muitos acreditavam intransponível. E fizemos com que o povo brasileiro tivesse oportunidades no seu próprio país que eles nunca tinham tido. Eu considero que participar desse processo de mudança me transformou também numa pessoa muito melhor. E me deu também imensa confiança no futuro do país. O nosso governo devolveu ao país é... a auto-estima e a certeza de que nós temos sim um futuro de que nós podemos sim ser um país desenvolvido. Eu considero muitas coisas nós conquistamos. Agora temos muito a conquistar. Eu tenho compromisso com a erradicação da pobreza e da miséria do nosso país. E dar oportunidade para todos os estudantes e jovens. E eu tenho um desejo que é o mesmo do Presidente. Que sempre disse: "Um trabalhador não pode errar". Uma mulher também não pode. E eu quero dizer: as mulheres desse país estão preparadas para serem presidentes da República. O Brasil está preparado para elas. O que me move não é um projeto pessoal. O que me move é a realização dos sonhos de milhões e milhões de brasileiros e de brasileiras que vem participando dessa obra, que vão me ajudar a fazer o Brasil seguir em frente.

40 Marina Silva pergunta: Eu tive a oportunidade de pautar, nesse processo, a questão da educação. Em função, até mesmo, da educação está visceralmente ligada a minha vida. Só estou aqui com os senhores pela fresta que tive através do MOBREAL aos 16 anos para me educar. Eu disse que nós poderíamos investir até 7% do PIB em educação, você concordou e disse que isso poderia ser feito imediatamente. A pergunta que eu faço é: Como isso pode ser feito imediatamente?

45 Dilma Rousseff: Cada vez mais, Marina, isso tá acontecendo no Brasil. Nós temos aumentado de forma muito significativa os recursos que nós viemos aplicando na educação. Hoje nós chegamos a algo próximo, éh,

50	em torno de 5% a 6%. Eh, e vai ser crescente a necessidade de recursos para a educação para que o Brasil possa aproveitar essa chamada janela etária que ele tem. Uma população maior, produtiva, e uma população menor de crianças e idosos. E aproveitar essa oportunidade significainvestir em educação de qualidade. Daí porque nós temos tanto empenho nas escolas profissionalizantes por isso que fizemos 214 novas
55	escolas. Sendo que nos últimos anos até nós chegarmos apenas 140 escolas técnicas federais tinham sido feitas. Eu considero, Marina, que é muito importante acabar com a progressão aritmética e continuada. É importante que as crianças tenham, éh, tenham testado seus conhecimentos até pra gente poder reforçar quanto não estiverem adequados. Expandir as Universidades públicas é fundamental com o PROUNI que garante bolsa para os estudantes pobres chegarem às
60	Universidades privadas e com a expansão e interiorização do ensino universitário. Nós criamos 14. Eu vou criar, éh, escolas técnicas e integrá-las são ensino médio e vou continuar interiorizando o ensino universitário.
65	Sem sombra de dúvida o Brasil tem hoje, uma visão estratégica da creche ao pós-graduação. Eu considero que é possível, é possível até a gente colocar 7% de gatos, mas também fazer um enorme esforço pra que cada vez mais, mais recursos sejam colocados na educação. É uma questão ética mas também tem de ser uma questão financeira e de governo. Tem de haver o comprometimento do governo com isso como nós tivemos. E acho que o Brasil pode sim virar um potência desenenvolvida. Pra isso essa questão da igualdade de oportunidades, ela é crucial. E ela começa na creche, na creche onde a raiz da desigualdade está. Porque ta provado que a criança bem tratada, com estímulo chega ao 1º ano com melhores condições. Por isso, faremos 6.000 creches no Brasil, é essa a proposta.
70	
75	

**Debate na Band1° turno: José Serra**

80 **José Serra:** Eu queria, em primeiro lugar dar boa noite àqueles que hoje estão aqui nos vendo, nos escutando. Já pensando naquilo que vão decidir que é o futuro do nosso país. Queria dar meu boa noite ao Boechar, queria dar meu boa noite ao Joemir, ao Zé Paulo que vão nos fazer perguntas e dirigir o debate no dia de hoje. Saúde, educação e segurança são como três órgãos do corpo humano: coração, fígado e intestino. Ou seja, os três são indispensáveis pro organismo econômico-social brasileiro, são fundamentais.(...) Agora, a saúde e a segurança tem a ver com a vida, enquanto a educação tem a ver com o futuro. E para mim são três grandes prioridades. Na segurança, o fundamental será por o governo Federal no combate ao crime mais diretamente, mais abrangentemente.. O crime organizado, hoje, é cada vez mais nacional. E o combate ao crime não pode ser apenas estadual, o governo federal tem que se envolver bastante mais que tem se envolvido. Até porque a

85

90 constituição entrega essa responsabilidade aos estados, mas nós temos que mudar isso. E pra isso, inclusive, eu vou criar um ministério da segurança que vá, que vai condensar, sintetizar todos os esforços federais. Na saúde, muita coisa, vamos acelerar novamente a saúde no Brasil. Inclusive encurtando o tempo de espera de consultas e dos exames fazendo mais de 150 centros de especialidades para isso. E na educação, vamos enfatizar o ensino profissionalizante. 1 milhão de vagas no ensino técnico e criar o PROTEC que será o PROUNI do ensino técnico de nível médio. (...) Agora no intervalo eu e minha filha queridíssima, Ana, eu adoro ela. Ela disse: "Papai sorriu pouco durante... éh ... sorria mais". Eu disse:

95

100 mas olha filha eu to muito feliz. Mas fiquei felicíssimo com esse debate em todos os momentos, muito descontraído. E queria também cumprimentar o Plínio, a Dilma, a Marina, meus concorrentes nessa eleição, pelo nível do nosso debate. Eu acho que acrescentou, ainda falta muita coisa por diante, mas sem dúvida, acrescentou pras pessoas que viram, que

105

amanhã vão comentar mais conhecimento a respeito de nós e das ideias que cada um têm.

**Debate 2º turno 06 Globo Eleições2010**

SERRA TOCA O PAINEL: EDUCAÇÃO (CoracyTavera Vieira) Salvador, BA. Enviado por diaplus ([WWW.diaplus.com.br](http://WWW.diaplus.com.br)) em 29/10/2010.

Tema: Educação. Debate 2º turno entre os candidatos à presidência do Brasil realizado pela TV Rede Globo dia 29-Out-2010 na cidade do Rio de Janeiro.

**William Bonner:** Vem da Bahia, o tema educação. Coracy que vai fazer a pergunta. Pode perguntar Coracy.

5 **Coracy:** Meu nome é Coracy Vieira, tenho 53 anos, vendo Literatura de Cordel. Sou mãe de Raquel, Albert e Alexandre. Dois dos meus filhos são professores. As condições de trabalho são péssimas e os salários são muito baixos. Minha filha me pergunta por que a deixei se formar em professora, ela vive fazendo concursos e nunca é chamada. O que pode ser feito para mudar essa situação?

10 Serra: Coracy, baiana, boa noite! Muito obrigado pela pergunta. A educação é o futuro, saúde e segurança são a vida. A educação é o futuro. Por isso eu costumo dizer que o Brasil tá nascendo no 1º ano do Ensino fundamental em todos os estados. O Brasil de amanhã vai ser reflexo do que é a educação hoje. Então, é uma coisa séria. Com relação, eu tenho dito e vou fazer isso. Se eu for eleito farei isso. Tem o plano Nacional da Educação e tem o pacto, um acordo. Inclusive, entre partidos, por cima dos partidos, com a sociedade, com todo mundo para ter um pacto nacional pela educação, acima das disputas políticas eleitorais que não resolve o problema da educação. Muitas vezes se tornam instrumentos de batalha eleitoral, só isso. E não se voltam pras crianças que são objeto central da educação. Têm países, há países que fizeram isso. Por exemplo: a Coreia do Sul, a Espanha, a Irlanda e deu certo. A Coreia do Sul, há 30, 40 anos era um país pobre, hoje ta no clube dos países ricos. Se você for ver bem, foi porque ela foi avante na educação, na pesquisa, na ciência, na tecnologia. Então, nós temos que ter um entendimento que passe por cima de partido, de sindicatos. Que na verdade, muitas vezes, são meros instrumentos partidários, de interesses mesquinhos. Temos que ter um grande acordo nacional para isso. Na questão do ensino fundamental que é básica, não na pré-escola, na creche, aí estão os lances principais. Eu quero dizer que a alfabetização do aluno que entra no ensino fundamental é básico. Porque se ele sai do 1º ano, 2º ano sem tá alfabetizado, ele não vai se recuperar mais. Por

15

20

25

30

isso, inclusive, é que como Prefeito e Governador eu adotei uma idéia que foi ter dois professores por sala de aula: um professor e um ajudante, que é uma estudante universitária de pedagogia. Isso diminuiu pela metade, éh, o analfabetismo das crianças que saem do 1º ano.

35 Dilma: Coracy, éh, eu acho que a sua pergunta tem sentido e vai além da professora da sua filha. Você tem toda razão. Se não houver pagamento digno para a professora, não há valorização pela sociedade da profissão professor. Então, não há como, no Brasil, se fazer qualidade da educação sem pagar bem o professor. Nós começamos fazer o piso nacional do magistério elevando o salário para R\$1.024,00. É pouco? É pouco. Porque

40 o professor pra ser valorizado ele precisa de ganhar bem e mais. Ele

45	precisa de ter formação continuada. Não se pode também estabelecer com o professor uma relação de atrito quando o professor pede melhores salários, recebê-los com cassetete ou interromper o diálogo. O diálogo é fundamental no respeito a essa profissão. E o Brasil ó irá sair dessa situação de país emergente pra uma situação de país desenvolvido se a gente assegurar qualidade de educação pros nossos filhos e pras nossas crianças. Então, pra gente falar em creche, pra gente falar em educação básica, ensino fundamental nós precisamos ter professores bem formados e ter professores bem pagos. Aí sua filha vai ficar orgulhosa, seus filhos vão ficar orgulhosos: “Olha, eu sou professora e sou reconhecida socialmente”. Por isso que eu farei da campanhapro pagamento de salário de professores uma das questões fundamentais do meu governo. Pagar bem ao professor é o grande desafio que nós temos nos próximos anos. Pra além de qualquer outra coisa, a educação não irá pra frente se não remunerar professor.
50	
55	
60	Serra: Eu tive uma experiência, porque eu sou professor. A vida inteira dando aula. E quando Prefeito e quando Governador eu ia dar aula na 4ª série d ensino fundamental. Dar aula, com começo, meio e fim. Sobre um tema: gráficos, tabelas, como fazer, tal. Aproveitava pra testar conhecimento de Português e conhecimento de aritmética, de matemática. E eu vi com muita clareza, aquilo que meus assessores, secretária dizia: “A questão fundamental, hoje, ta na sala de aula”. E a sala de aula depende muito da qualificação e do treinamento de professores. Claro que passa pela remuneração, passa também pelo incentivo material, passa pelo estímulo, passa pela formação, passa pela reciclagem permanente pra ter qualidade na sala. Do contrário, a coisa não anda. Agora, a remuneração é fundamental. O piso nacional, éh, de professores que aqui foi mencionado, éh, em São Paulo não foi necessário aplicar porque o piso lá era mais alto. Agora, ficou valendo pro Brasil, mas muitos estados e municípios não estão pagando nem o piso. Havia compromisso do Governo Federal de cobrir a diferença, não cobriu. Então, em muitos lugares nem o piso consegue pagar. Então,eu, se for eleito Presidente, eu vou fazer com que o Governo Federal apoie todos esses estados e municípios pra poder pelo menos pagar o piso que existe e ampliarem o volume de professores. Você ta na Bahia, é um estado governado pelo PT, um partido do Governo Federal nem assim, éh, fez-se milagres na educação. Por quê? Porque tem que fazer um trabalho muito grande que vá além do discurso e da boa intenção. Tem que ser uma coisa que na prática funcione. E a minha preocupação não é com questão eleitoral, política, de cobrar disso, daquilo, minha preocupação é com o Brasil, com as nossas crianças, com o nosso futuro.
75	
80	
85	
90	